

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**O TESTEMUNHO DAS IMAGENS: A
TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE DE SANTA MARIA-
RS RETRATADA A PARTIR DO ACERVO DOS
ARQUIVOS HISTÓRICOS: 1885 - 2010**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Andreia Herkert Netto

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**O TESTEMUNHO DAS IMAGENS: A TRANSFORMAÇÃO DA
CIDADE DE SANTA MARIA-RS RETRATADA A PARTIR DO
ACERVO DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS: 1885 - 2010**

Andreia Herkert Netto

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Lauro César Figueiredo

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**O TESTEMUNHO DAS IMAGENS: A TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE
DE SANTA MARIA-RS RETRATADA A PARTIR DO ACERVO DOS
ARQUIVOS HISTÓRICOS: 1885 - 2010**

Elaborada por
Andreia Herkert Netto

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Lauro César Figueiredo, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Vilma Dominga Monfardini Figueiredo (UNIFRA)

Carlos Blaya Perez (UFSM)

Santa Maria, 5 de Maio de 2014.

Esta dissertação é dedicada ao meu companheiro Flávio César Lemes e minhas filhas Natália Netto Lemes e Heloísa Netto Lemes.

AGRADECIMENTOS

Ao término de mais uma etapa, venho agradecer, primeiramente a Deus e em segundo lugar ao meu orientador Prof. Dr. Lauro César Figueiredo que se mostrou um amigo e conselheiro durante todo o trabalho. Faço um agradecimento especial às pessoas encarregadas pelos Arquivos Históricos de Santa Maria e Casa de Memória Edmundo Cardoso que prontamente me receberam. Agradeço, também, aos meus verdadeiros amigos pelo companheirismo, sinceridade e convivência.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.” (Arthur Schopenhauer)

“A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos”. (Marcel Proust)

"A melhor coisa sobre uma fotografia, é que ela não muda mesmo quando as pessoas mudam." (Andy Warhol)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria.

O TESTEMUNHO DAS IMAGENS: A TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE DE SANTA MARIA-RS RETRATADA A PARTIR DO ACERVO DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS: 1885 - 2010

Autora: ANDREIA HERKERT NETTO
Orientador: LAURO CÉSAR FIGUEREDO
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 5 de maio de 2014.

A fotografia é um meio de comunicação que serve à problematização e à compreensão da dinâmica social, sendo utilizada por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, como Geografia, Antropologia, Sociologia. Através da fotografia, torna-se possível entender os processos que estruturam a sociedade espacial e temporalmente. Por meio da imagem fotográfica, pode-se identificar, estudar, problematizar e tematizar o quadro social por diversos ângulos: a infância, a juventude, a velhice, a ambiência urbana, rural e os eventos sócio históricos. Assim, a paisagem cultural da cidade de Santa Maria revelou-se como problemática de estudo servindo como referência empírica, em que, por meio da imagem fotográfica, encadeiam-se múltiplas paisagens imagéticas, visuais. A partir daí, elegeu-se trabalhar a paisagem citadina de Santa Maria. Essa escolha recai na proposição de singularizar, evidenciar e ressaltar os campos simbólico-imaginários da paisagem por meio da fotografia, dado o fato que essa última é entendida e problematizada como dispositivo de leitura da paisagem real-imaginária citadina. Objetivou-se nesta pesquisa a luz dos referenciais teóricos e metodológicos analisar as relações sócio históricas da cidade de Santa Maria/RS a partir do acervo fotográfico do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Foi necessário olhar para o passado, não somente por meio da história oficial institucionalizada, mas também focar a memória associada a ela. Com este propósito, esta pesquisa sustentou-se na abordagem qualitativa assentada no método fenomenológico, pois valoriza a consciência e as experiências vividas por cada sujeito em relação ao lugar. Neste viés, valorizou-se a fotografia como instrumento para a leitura da paisagem citadina de Santa Maria.

Palavras-chave: Fotografia. Paisagem Citadina. Geografia. História. Arquivos Fotográficos.

RESUMEN

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria.

EL TESTIMONIO DE LAS IMÁGENES: LA TRANSFORMACIÓN DE LA CIUDAD DE SANTA MARIA-RS RETRATADA A PARTIR DEL ACERVO DE LOS ARCHIVOS HISTÓRICOS: 1885 – 2010

Autora: ANDREIA HERKERT NETTO
Orientador: LAURO CÉSAR FIGUEREDO
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 5 de maio de 2014.

La fotografía es un medio que sirve para problematizar y comprender la dinámica social, siendo utilizado por investigadores de diversas áreas del conocimiento, tales como Geografía, Antropología, Sociología. A través de la fotografía, se hace posible entender los procesos que estructuran la sociedad espacial y temporal. A través de la imagen fotográfica, se puede identificar, estudiar y discutir temas sobre la adhesión de diferentes ángulos: la infancia, la juventud, la vejez, ambiente rural-urbana y los acontecimientos socio históricos. De este modo, el paisaje cultural de la ciudad de Santa María ha demostrado ser problemática para estudiar servir como referencia empírica, en la que, a través de la imagen fotográfica, entretejido a las imágenes múltiples, paisajes visuales. A partir de ahí, fue elegido trabajar el paisaje urbano de Santa María. Esta elección se basa en la premisa de un sencillo, resaltar y enfatizar los campos simbólicos imaginario del paisaje a través de la fotografía, dado el hecho de que este último se entiende y problematizado como un paisaje urbano real-imaginario dispositivo de lectura. El objetivo de esta investigación a la luz de los marcos teóricos y metodológicos para analizar las relaciones socio históricas de la ciudad de Santa Maria / RS de la colección fotográfica del Archivo Histórico del Estado de Santa María y la Casa de la Memoria Edmundo Cardoso. Era necesario mirar hacia el pasado, no sólo a través de la historia oficial institucionalizada, pero también se centran en la memoria asociada a ella. Para ello, esta investigación fue apoyada en el enfoque cualitativo sentado en el método fenomenológico, ya que mejora la conciencia y las experiencias de cada sujeto en relación a otro. Con valores de sesgo esta si la fotografía como herramienta para la lectura del paisaje de la ciudad de Santa María.

Palabras clave: Fotografía. paisaje urbano. Geografía. Historia. Archivos Fotográficos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa de Localização Área de Estudo.....	16
Figura 02: Esquema teórico-metodológico da dissertação.....	87
Figura 03 - Primeira Igreja.....	98
Figura 04 – Monumento em Homenagem ao Coronel Niederauer.....	99
Figura 05 – Construção Catedral.....	100
Figura 06 - Casa do Barão de Nonoai.....	101
Figura 07 – Supermercado Trevicenter.....	102
Figura 08 - Praça Saldanha Marinho.....	103
Figura 09 – Vista da Rua do Acampamento.....	103
Figura 10 – Praça Saldanha Marinho.....	104
Figura11– Praça Saldanha Marinho.....	105
Figura12– Praça Saldanha Marinho.....	103
Figura 13 – Trecho Rua Dr. Bozano.....	107
Figura 14 - Primeiro Quiosque.....	107
Figura 15 - Estação da Gare.....	108
Figura 16 - Praça Saldanha Marinho.....	109
Figura 17 - Construção do Chafariz.....	111
Figura 18 - Construção do Chafariz.....	112
Figura 19 – Praça Saldanha Marinho.....	113
Figura 20 – Praça Saldanha Marinho	113
Figura 21 – Praça Saldanha Marinho.....	114
Figura 22 – Uma visão da Avenida Rio Branco.....	115
Figura 23 - Ônibus da Empresa Medianeira.....	116
Figura 24 – Chafariz da Praça Saldanha Marinho.....	117
Figura 25– Visão da Rua do Acampamento.....	118
Figura 26 – Construção do Prédio da Antiga Reitoria.....	118
Figura 27 – Vista Parcial de Santa Maria.....	119
Figura 28– Avenida Rio Branco.....	120
Figura 29 – Vista da Catedral Diocesana.....	120
Figura 30 - Vista da Vila Belga.....	126

Figura 31 - Vista aérea do Campus.....	127
Figura 32 - Vista aérea parcial do parque da viação.....	128
Figura 33 - Vista aérea da Zona Sul.....	129
Figura 34 - Vista aérea Parcial.....	130
Figura 35 – Vista Parcial de Santa Maria.....	131
Figura 36 – Avenida Fernando Ferrari.....	132
Figura 37 - Vista Norte-sul.....	133
Figura 38 - Vista aérea.....	134
Figura 39 – Vista Parcial.....	135
Figura 40 – Estação Ferroviária.....	136
Figura 41 – Estação Ferroviária.....	136
Figura 42 - Teatro 13 de Maio.....	139
Figura 43 – Rua do Acampamento.....	140
Figura 44 - Entrada do Campus.....	133
Figura 45 – Entrada do Campus.....	141
Figura 46 - Vista Aérea Parcial.....	143
Figura 47 - Figura 48 – Planta da Cidade de Santa Maria em 1902.....	145
Figura 48 – Planta da Cidade de Santa Maria em 1902.....	147
Figura 49 – Diferença entre a divisão em bairros.....	151
Figura 50 – Evolução da Ocupação Urbana de Santa Maria.....	153
Figura 51 – Divisão Urbana de Santa Maria em 2014.....	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - MEMÓRIA: O USO DA FOTOGRAFIA NA LEITURA DA PAISAGEM CITADINA	20
1.1 Memória e identidade.....	20
1.1.1 Memória Urbana	29
1.1.2 Fotografia: Uma fonte histórica.....	32
1.1.3 A Cidade e as suas várias imagens.....	35
1.1.4 A fotografia entendida como comunicação.....	38
1.1.5 A Paisagem na leitura cidadina	44
1.2 Arquivos Históricos.....	56
1.2.1 Importância dos Arquivos Históricos.....	56
1.2.2 Os Arquivos como fontes de Investigação.....	60
1.2.3 Arquivos Históricos e documentos fotográficos.....	63
CAPÍTULO II - SANTA MARIA E A GEOHISTÓRIA	65
2.1 Santa Maria: Contextualização Histórica.....	64
2.1.1 Panorama Geral Sócio Histórico de Santa Maria	66
2.1.2 Construção da Paisagem Urbana Santa-mariense - Século XVIII aos dias atuais.....	72
2.1.3 Origem da cidade e a influência lusitana - Século XVIII e Século XIX	73
2.1.4 Cidade Ferroviária e o Ecletismo – final século XIX e início século XX.....	74
2.1.5 Século XX, década de 30 a 60 /cidade comercial e o Art Decó.....	75
2.1.6 Século XX, década de 60 a 80/cidade de serviço e o Modernismo Funcionalista	75
2.1.7 Fim do Século XX e início do Século XXI/cidade Universitária e o Contemporâneo.....	76
2.2 Geografia Histórica.....	78
2.2.1 A Geografia Histórica e a Dimensão Temporal do Espaço.....	80
CAPÍTULO III - METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS	88
3.1 Procedimentos metodológicos.....	90
3.1.1 Procedimentos Técnicos.....	93
CAPÍTULO IV - DO MEIO NATURAL AO MEIO TÉCNICO - CIENTÍFICO - INFORMACIONAL	97
4.1 Do meio natural ao meio técnico - científico – informacional.....	98
4.1.1 O meio natural.....	98
4.1.2 O meio técnico.....	111
4.1.3 O meio técnico-científico-informacional.....	122
4.1.3.1 O conhecimento como recurso.....	125
4.2 Processo de transformação Geohistórico de Santa Maria.....	145
4.2.1 Formação Administrativa de Santa Maria.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	163

INTRODUÇÃO

A fotografia, especificamente, desde os tempos de seu anúncio oficial, em 1839, por Louis-Jacques Mandé Daguerre, refletiu o interesse dos fotógrafos pelo registro das cidades. Esse meio de comunicação e informação, fruto do século XIX, foi, por excelência, aquele que assistiu e pontuou as transformações urbanas acarretadas pela modernidade, revelando a intensidade e a rapidez com que ocorreram.

A fotografia é Uma forma de registro que serve à problematização e à compreensão da dinâmica social, sendo utilizada por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, como Geografia, Antropologia, Sociologia. Através da fotografia, torna-se possível entender os processos que estruturam a sociedade espacial e temporalmente. Por meio da imagem fotográfica pode-se identificar, estudar, problematizar e tematizar o quadro social por diversos ângulos: a infância, a juventude, a velhice, a ambiência urbana, rural e os eventos sócio históricos.

Na trajetória de pesquisa, ainda como bolsista de iniciação científica do Projeto Reuni e, depois, como colaboradora em projeto financiado pelo CNPQ, cujo título é PERMANÊNCIAS E MEMÓRIAS DA URBE: DESCOBRINDO A CIDADE DE SANTA MARIA-RS A PARTIR DA FOTOGRAFIA, tive a oportunidade de trabalhar com fotografias e documentos no Arquivo Histórico Municipal, bem como na Biblioteca Pública Municipal. Desta vivência, surgiram múltiplas possibilidades de abordagem no campo fotográfico e que também justificam o meu interesse por essa temática. Contudo, a paisagem cultural da cidade de Santa Maria revelou-se como problemática de estudo servindo como referência empírica, em que, por meio da imagem fotográfica, encadeiam-se múltiplas paisagens imagéticas, visuais¹. A partir daí, elegeu-se trabalhar a paisagem citadina de Santa Maria. Essa escolha recai na proposição de singularizar, evidenciar e ressaltar os campos simbólico-imaginários da paisagem por meio da fotografia, dado o fato que essa última é entendida e problematizada como dispositivo de leitura da paisagem real-imaginária citadina.

¹ Entende-se a fotografia enquanto uma teia imagético-simbólica que reveste a paisagem; mostrando-se como parte e parcela de uma configuração espacial.

Faz-se necessário destacar que, ao longo das referências consultadas, pode-se perceber, nas produções acadêmicas, uma contradição em termos de escala disciplinar, já que, em âmbito nacional, há uma imensa produção de trabalhos que versam sobre a fotografia (de modo especial, nas áreas de Comunicação, Sociologia, Antropologia e História). Todavia, nos estudos geográficos, não há como pensar a constituição e a consolidação de uma vertente de trabalhos que evidenciem e problematizem a imagem fotográfica, embora seja necessário reconhecer a presença atuante do NEPEC² como grupo de renovação da agenda geográfica brasileira. O NEPEC tem desenvolvido alguns estudos voltados à fotografia, embora se possa afirmar de forma ainda bastante tímida.

De outra parte, essa contradição no que se refere ao número reduzido de trabalhos que versam sobre a fotografia, perpassa uma esfera espacial, ou seja, há, no plano nacional, muitos trabalhos sobre imagem e mídia, mas eles concentram-se principalmente na região sudeste do país. Sendo assim, observa-se uma carência de trabalhos voltados à fotografia nas demais regiões brasileiras. Dado que, contudo, não inviabiliza a presente proposição de trabalho, posto que Santa Maria apresenta-se como um objeto singular a ser estudado.

Kossoy (2001) assevera que a imagem “encarcerada” na superfície fotográfica fornece testemunho visual e material aos espectadores ausentes da cena passada. Uma fotografia, para o autor, é o resultado final de um evento, de um acontecimento, é um fragmento congelado de uma dada realidade e/ou paisagem. A partir dessa reflexão, percebe-se que a imagem fotográfica permite aproximar, alcançar, narrar e desvelar as camadas superpostas de vivências, experiências e segredos, que percorrem as fronteiras citadinas, dando sentido à paisagem e proporcionando uma maior compreensão das permanências e mudanças que marcam a paisagem. Associado a essa questão da transformação do espaço pelo homem, Paul Claval (2001) destaca a necessidade de pesquisar sobre as formas

² NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura – do Departamento de Geografia da UERJ criado em 1993, pelos professores Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl, com interesse em discutir, produzir e publicar artigos, resenhas, e informações sobre Geografia Cultural. Nesse sentido, o núcleo lança em 1995 o periódico Espaço e Cultura, bem como uma série de livros sobre “Geografia Cultural”. As publicações, os simpósios, os eventos promovidos pelo NEPEC envolvem um número crescente de geógrafos que têm trilhado caminhos distintos no âmbito da Geografia Cultural.

espaciais, posto que a experiência humana, na elaboração dos ambientes, facilitou um número inimaginável de aventuras, poderes, alegrias e transformações.

A fotografia, no contexto geográfico e cultural, pode desvelar as camadas de significados que integram a paisagem simbólico-imaginária que codifica a cidade. Essas camadas de significados tornam a paisagem uma cartografia permeada por múltiplos sentidos, de modo que a representação propicia destacar a paisagem como fenômeno que agrega símbolos da vida social e/ou como campo construído linguístico, visual e epistemologicamente. De certa forma, essa observação aproxima-se da proposta teórico-conceitual apontada por Duncan (2004) referente à *intertextualidade*, em que, para esse autor, o significado da paisagem dá-se em relação a um sistema cultural. A intertextualidade relacionada à paisagem não se mostra como questão simples, ou como imagem parcial da realidade concreta, revela-se como parte constituinte de significado da realidade em que inventariam diferentes meios de representação. A intertextualidade da paisagem como texto deriva de um sistema de criação de signos, por meio dos quais a vida social é transmitida, reproduzida, experimentada e ressaltada. Duncan (2004) expressa que a paisagem é conteúdo e continente do sistema cultural, onde todos os sistemas de criação de signos processam temporal e espacialmente mecanismos intertextuais.

Assim sendo, diante desses signos, sejam eles culturais, religiosos ou políticos, os quais são transmitidos de geração em geração e cada geração agrega novos signos, os fenômenos urbanos e fotográficos acabaram por colocar em discussão a problemática da construção e da perpetuação da memória urbana entendida como decorrente da utilização de meios que desempenham o papel de fazê-la presente de uma determinada maneira. Nesse panorama, à fotografia coube, sobretudo, levar ao público, através de sua circulação em periódicos, cartões postais ou exposições nacionais e internacionais, a imagem do progresso da cidade, da ação civilizadora de governos que associavam os avanços e as descobertas da tecnologia à beleza, ao saneamento e à implementação de diversas melhorias em cidades que, até então, exibiam as suas feições marcadamente coloniais, relacionadas à imagem do atraso, da insalubridade e da ausência de normatizações civilizadoras de uma sociedade até então considerada inadequada para os padrões modernos.

Assim, fotografia e cidade consistem em elementos privilegiados para uma aproximação das discussões entre a comunicação e a memória, em que os elementos estruturais como as edificações, os monumentos, os traçados, as praças que compõem o espaço de uma cidade são parte constitutiva da visualidade que arranjam a paisagem retratada nas fotografias. Tal aproximação ocorre a partir do momento em que as fotografias registram lembranças imutáveis de determinadas circunstâncias, de momentos vividos que são irreversíveis. Esses momentos são animados por sensações e emoções, em que as cidades oferecem testemunho silencioso diante das impressões de seus personagens. De acordo com essa observação, Kossoy (1998) destaca que todo o conteúdo de uma fotografia guarda experiências de vida de um determinado momento e/ou situação significativos. Ao ver uma fotografia, imediatamente as pessoas recordam um determinado período de suas vidas e narram, com riqueza de detalhes e com certa nostalgia, como era a praça por onde andavam, a fachada das casas ou até mesmo como as pessoas vestiam-se.

Possamai (2005, p. 15) assevera que, a partir da cidade, os atores sociais são construídos, tendo como base outras referências ainda mais microscópicas, como o bairro, a rua, a vizinhança; é ela que mobiliza os indivíduos em torno dos chamados problemas urbanos. É sobre a cidade que se travam disputas e conflitos relacionados às diferentes visões que se tem do urbano; é, ainda no seu espaço real ou imaginário que convivem ou entram em conflito cidades materializadas, cidades de sonho, cidades imaginadas, tornando a cidade, chamada “real”, um mosaico onde se desenham desejos, sensibilidades, vontades, interesses dos atores cidadãos; além disso, é, na cidade, que entram em jogo os interesses econômicos, que veem o espaço urbano como fonte exclusiva de lucro e, finalmente, é a cidade a grande ágora que convida seus cidadãos ao exercício do fazer político.

Choay (2001, *apud* Possamai, 2005, p. 15), afirma que, até o século XIX, as monografias que abordaram a cidade como memória do passado preocuparam-se com os seus monumentos e os símbolos, interessando-se pelo urbano do ponto de vista das instituições jurídicas, políticas e religiosas, das estruturas econômicas e sociais. Por sua vez, o processo de industrialização, o crescimento urbano, o desenvolvimento científico e tecnológico juntamente com a explosão demográfica e

o surgimento da cultura de massas são algumas das características constitutivas do processo de modernização vivido pelas sociedades ocidentais. Nessas sociedades contemporâneas, as grandes cidades passam por um processo contínuo de reconstrução, onde modernizar tornou-se o novo estereótipo das cidades, preservar a memória de um lugar fez-se economicamente inviável. Tal processo contínuo de reconstrução vem ao encontro da visão de alguns gestores públicos que acreditam que o antigo é velho e “sem serventia” e que para uma cidade acompanhar o processo de modernização e desenvolvimento faz-se necessário a presença de prédios imponentes e contemporâneos, dando aquele falso ar de poderio. É importante conhecermos e preservarmos os referenciais de identidade de uma cidade, embora existam marcos históricos que caracterizam a colonização de Santa Maria, preservar a sua memória através dos fragmentos fotográficos é uma nova forma de balizar-se em outros referenciais que não se pode ter acesso de outra forma a não ser através da fotografia. Os meios para a preservação da memória devem ser discutidos pela sociedade em geral. Pensamos que uma alternativa para tornar viável a preservação dos locais de memória passa por um trabalho amplo de sensibilização a respeito da importância dos patrimônios dentro das diversas camadas sociais, devendo incluir tanto educação formal quanto não formal. A seguir, (Figura 01) um mapa de localização da área de estudo em questão.

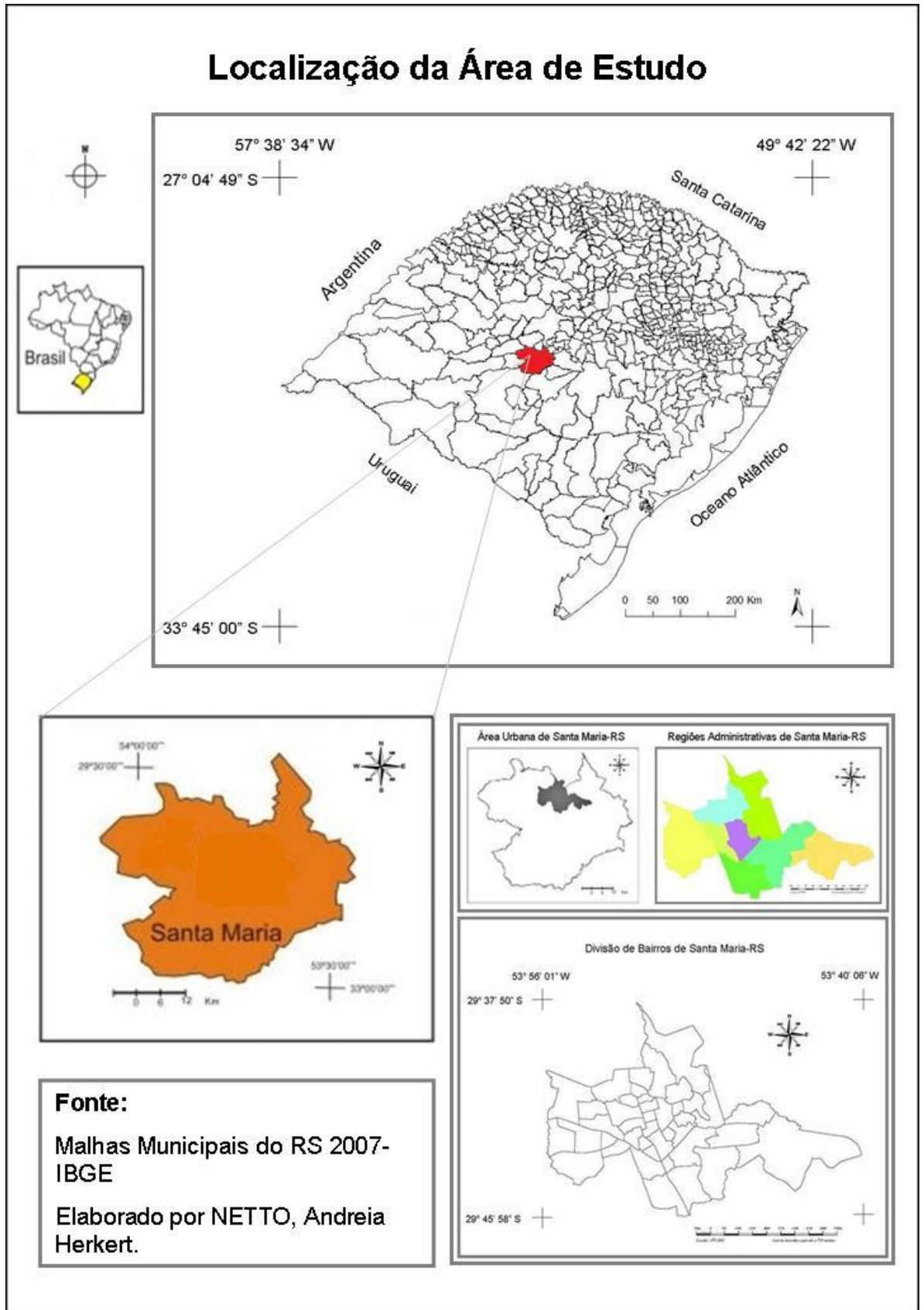


Figura 01 - Mapa de Localização da Área de Estudo.
 Fonte: NETTO, Andreia Herkert, 2010.

A partir da fotografia é possível entender a organização espacial local, posto que o processo de configuração deixou marcas impressas no município, à citar: nas edificações; nos traçados das ruas, nas disposições das casas construídas ao longo das vias, entre outros. E, para além dessa materialidade e suas relações, a paisagem citadina está registrada na memória da população, o que permite afirmar que Santa Maria apresenta estrutura paisagística muito rica com valor patrimonial, que não é salvaguardada, mas que representa a história e a identidade local. A partir dessa reflexão surge uma questão: como a fotografia testemunhou o espaço urbano da cidade em imagens conhecidas como bairros e que permitem reconhecer pontos de referencia significativos dessas temporalidades?

Em geral objetiva-se nesta pesquisa a luz dos referenciais teóricos e metodológicos analisar as relações sócio históricas da cidade de Santa Maria/RS a partir do acervo fotográfico do Arquivo Histórico e da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Para tanto, se fez necessário identificar nos conjuntos fotográficos registros das dinâmicas cotidianas envolvendo suas edificações; e que permitem reconhecer pontos de referencia significativos das diversas temporalidades; periodizar pontualmente as transformações ocorridas no processo de expansão da cidade e seus efeitos sobre a cultura; espacializar períodos de tempo localizados expressos nas imagens que testemunham as transformações do espaço urbano em questão.

Diante do exposto, para viabilizar a discussão, a dissertação foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata da geohistória de Santa Maria, trazendo uma breve contextualização do município.

A fundamentação teórica traz a fotografia como instrumento para a leitura da paisagem citadina além da acuidade dos arquivos históricos como importantes fontes de investigação e pesquisa, configurando o segundo capítulo.

O terceiro capítulo direciona-se à discussão metodológica do trabalho, que entrelaça o método fenomenológico com a abordagem qualitativa. Nele, são relatados os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa, que possibilitaram a agregação de informações para a construção do presente trabalho, a citar: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo.

O ultimo capítulo trata da divisão das imagens iconográficas em três momentos históricos: meio natural, meio técnico-científico e meio técnico-científico-informacional. Este capítulo foi dedicado à identificação dos elementos que compõem a paisagem citadina de Santa Maria, tendo como referência o autor Milton Santos como subsídio para a periodização do trabalho.

1 MEMÓRIA: O USO DA FOTOGRAFIA NA LEITURA DA PAISAGEM CIDADINA

1.1 Memória e identidade

Os museus, longe de serem meros depósitos do passado, estão hoje comprometidos com o futuro de cada nação, estudando e tornando compreensíveis os elos que nos unem aos nossos antepassados, para que possamos identificar como parte de uma mesma herança cultural e, assim, construirmos um futuro mais digno e coerente para os que virão depois.

Os museus possuem também a capacidade de revelar para o visitante que ele mesmo faz parte do processo histórico, e nesta mesma perspectiva, este estudo observará: o que é a memória, a preservação e conservação do documento/monumento, e a importância dos museus e casas de memória no papel de proteger estas fontes para que o pesquisador possa ter a satisfação em ter um lugar, um centro de conservação de fontes primárias para que possa desenvolver seus trabalhos.

A memória, entendida como elemento fundamental na formação da identidade cultural individual e coletiva, na instituição de tradições e no registro de experiências significativas, deve ser valorizada e preservada. Preservar a memória de uma sociedade não significa atrelá-la ao passado e impedir o seu desenvolvimento, mas sim conservar seus pilares constituintes a fim de não perder conhecimentos e identidades.

À medida que avançam a ciência e a tecnologia, e novas ordens sociais se instauram com novos paradigmas, valores e linguagens, a ruptura com o passado torna-se inevitável. O esfacelamento da memória cultural, das tradições, desvincula o homem de suas raízes, aliena-o da “realidade objetiva”, impossibilita-o de compreender como e porque se dão as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, porque faltam-lhe os elos que dão sentido aos acontecimentos, tornando-o, dessa forma, presa fácil de manipulação e dominação.

O historiador Le Goff (2003), que trabalhou significativamente com a relação entre a história e a memória; assevera que o desenvolvimento da escrita permitiu a documentação e a legitimação da memória, inevitavelmente, porém, a transmissão

oral continua sendo um excelente meio de manter a memória de um grupo. Seguindo ainda os preceitos de Le Goff (2003), pode-se considerar que, no final do século XIX e início do século XX, apareceram dois elementos importantes de representação memorial. O primeiro surgiu após a Primeira Guerra Mundial; trata-se da construção de monumentos aos mortos, que representa uma homenagem material e visível, com a finalidade de manter a representação das pessoas que já faleceram. O segundo é o surgimento da fotografia, que tem a perspectiva de democratizar e multiplicar a memória, dando-lhe veracidade visual, permitindo, de certa maneira, “guardar” a memória no tempo e evidenciá-la cronologicamente.

No entanto, foi na década de 1970 que as abordagens patrimoniais e memoriais sofreram uma guinada analítica, assim como a ciência geográfica. A partir desta época, conforme Tedesco (2004) começa-se a estudar menos os outros, o excepcional e passa-se a estudar o cotidiano, o normal, ou seja, as experiências vividas pelos grupos. Nesta perspectiva, surge a necessidade de estudar a memória, já que “[...] é uma propriedade de conservar certas informações e experiências do passado”. (LE GOFF, 2003, p. 419). Sob esta ótica, a memória representa uma capacidade de recuperar evocações do passado, sendo assim é uma leitura seletiva de lembrar o que é mais significativo e importante, visto que é formada por representações de afetividade e sentimentos, mas, além disso, ela é uma renovação do passado.

Para Bosi (1994), que trabalha com a psicologia social (em especial, memória de idosos), indica que a lembrança é um processo da memória que tem um caráter evocativo, sendo o que sobrevive no inconsciente humano da relação com a sociedade. Perante deste pressuposto, compreende-se que, apesar de ser um processo individual, a memória é efetivamente estabelecida a partir de experiências coletivas que constituem as representações socioculturais. Essa afirmação baseia-se na concepção do sociólogo Halbwachs, que ganha destaque na presente discussão, posto que ele acredita que o indivíduo carrega consigo as lembranças construídas a partir da interação com a sociedade. O estudioso indica que “nossos pensamentos mais pessoais têm sua origem em meio as circunstâncias sociais definidas”. (HALBWACHS, 2006, p. 41).

Na mesma perspectiva, Kessel ([1999], p. 03) acrescenta que “as memórias individuais alimentam-se da memória coletiva”. A afirmação da autora adquire

relevância, visto que as nossas reflexões são baseadas nas relações sociais e, portanto, coletivas.

[...] De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo as relações que ali ocupa e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influência que são todas de natureza social. (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Assim, toda memória sofre influência coletiva, sendo que até mesmo a própria memória coletiva de um grupo, por ser um fator social, terá uma interpretação diferente para cada indivíduo, já que o mesmo é influenciado por outros grupos, nos quais está inserido. Observa-se, assim, que as relações sociais supõem comunicações e interações, formando uma diversidade cultural e social inclusive, dentro do próprio grupo. Neste sentido, na memória coletiva, há traços individuais, mas se mantém sobre a coletividade, pelos fatos e acontecimentos que foram socializados. Lembrando que este grupo, não é necessariamente um grupo cultural, pode ser uma população que mantém uma memória coletiva direcionada ao território em que vive, a sua paisagem, a sua comunidade, ao seu espaço de convívio social.

Na verdade, a memória coletiva e a individual integram-se, frequentemente, em especial, pelo fato de que a memória individual apoia-se na coletiva, mas não deixa de seguir o seu próprio caminho, porque é a interpretação individual de marcos importantes da vida que é formada por experiências vividas no coletivo. Por isso, Halbwachs (2006, p. 30) registra que “nossas lembranças permanecem coletivas” ainda que “[...] se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”. O homem em si é formado pela sociedade, por isso, que, mesmo estando “sozinho”, agirá a partir de preceitos construídos na coletividade.

Não é possível lembrar-se das impressões da primeira infância nitidamente, porque ainda não se tem uma maturação neurológica e nem uma base relacional social, o indivíduo ainda não se tornou um ser social. A criança, aos poucos, vai se socializando, e a família participa intensamente deste processo, de modo que algumas lembranças da infância, já socializadas, são muito significantes, uma vez

que envolvem uma relação de apego sentimental. Isso porque a família é um núcleo que, de certa forma, não se separa, está sempre em contato, evocando memórias.

Assim compreendidas, as lembranças possuem um elo afetivo com um grupo, que, com o passar dos anos, vai além da família, passando a grupos de outras relações: ao entorno da casa, a escola, o trabalho, etc. Dessa forma, a memória evocada individualmente é uma forma de consciência da representação coletiva, o que permite inferir que o indivíduo é moldado socialmente pela sociedade e pelo espaço, que lhe impõe certos comportamentos e maneiras de ser, dependendo de questões históricas e culturais. Contudo, Bosi (1994) salienta que o indivíduo é o memorizador e recordará o que é significativo para ele com base na cultura e na relação com o espaço, dentro de um âmbito coletivo. Assim posto, existe um núcleo memorial comum que a maioria dos indivíduos compartilha num grupo. Apesar deste substrato comum, nem todos terão os mesmos hábitos incorporados, já que cada pessoa interpreta as representações coletivas de maneira diferente.

No entanto, sabe-se que analisar e estudar a memória coletiva, mesmo sendo apenas um indício e não representando a identidade socioespacial na totalidade, refere-se a pontos semelhantes que se construíram na coletividade e que se mostram importantes para compreender como as representações e as percepções definem-se no espaço. Além disso, essa memória coletiva evocada por várias pessoas de um determinado lugar pode ser comparada com os documentos escritos e ajudar a entender as lacunas existentes na história tida como verdadeira, dessa maneira, auxiliando a compreender a dinâmica espacial e temporal do lugar.

Um ponto importante a ser destacado, em consonância com Halbwachs (2006), é que a memória coletiva de um lugar não pode ser confundida com a história deste mesmo lugar, tendo em vista que a memória coletiva é dinâmica, sendo que os seus limites temporais são irregulares e incertos. A memória coletiva é marcada por uma descontinuidade dos registros do tempo, uma vez que se pode lembrar momentos da infância e, logo depois, o que se fez ontem, sem a necessidade de uma sequência cronológica bem definida dos fatos acontecidos entre essas duas lembranças.

O lembrar é descontínuo, pois, segundo Tedesco (2004, p. 102- 103), “entre a memória e o esquecimento, os limites não são nunca definidos”, já que: “[...] a memória e o esquecimento não se anulam, nem se excluem, mas entrecruzam-se e

podem até se compensar”. Dessa forma, a memória não consegue guardar todos os acontecimentos da vida, até mesmo pelo fato de que o lembrar é um processo de releitura das etapas vividas que foram significantes. Coaduna-se com essa ideia, o pensamento de Bosi (1994, p. 415), quando expõe que “a sucessão de etapas na memória é toda dividida por marcos [...]”, esses marcos significativos cultural e afetivamente são as referências da noção de tempo, que normalmente não é exato. Por esse motivo quando as pessoas narram suas lembranças, geralmente, elas não datam exatamente os acontecimentos, dão ênfase aos fatos marcantes da sua vivência, pois, neste caso, o tempo é lembrado pelas emoções.

Já a história especializada estrutura o tempo cronologicamente, em períodos, com datas bem definidas, que se distinguem dos demais, pois cada período tem começo, meio e fim. Assim, a história seria uma espécie de comprovação e de legitimação dos principais acontecimentos que tiveram importância em cada período passado da sociedade, ou seja, ela é seletiva. Sob tal ótica,

[...] a história objetiva esclarecer da melhor forma possível aspectos do passado, a memória busca mais instaurá-lo, uma instauração imanente ao ato de memorização. A história busca revelar as formas do passado, enquanto a memória o modela [...]. A primeira tem uma preocupação de ordenar, a segunda é atravessada pela desordem da paixão das emoções, dos afetos. (CANDAUI, 2011, p. 131).

Parece evidente que a memória recebe ajuda da história, uma vez que a história de nossa vida é formada por lembranças que fazem parte da história geral. Contudo, a memória coletiva demonstra-se, apesar de não definir bem o tempo dos acontecimentos, de maneira mais contínua e densa, porque não se baseia na história aprendida, geral e especializada, mas na história vivida. (HALBWACHS, 2006). Dessa forma, parece plausível afirmar que existem várias memórias coletivas, pois existem inúmeros grupos sociais que compartilham as representações e o patrimônio cultural. Além disso, a memória coletiva pode representar a sociedade em um período histórico, as evocações desta memória coletiva não demonstrarão a exatidão deste período, nem representarão fatos extraordinários, mas fatos do cotidiano que faziam parte de histórias vividas e socialmente compartilhadas.

Comprova-se que também a história institucionalizada e dita como verdadeira pode ser revisada pela memória coletiva uma vez que, conforme Tedesco (2004, p. 126) “os fragmentos de memória possibilitam descobrir os traços ocultos legitimadores da falsa linearidade da história institucional”. Através da memória coletiva, é possível identificar questões que vão além da história escrita e aprendida, sendo admissível compreender as relações sociais estabelecidas dentro da sociedade, que possibilitam entender a dinâmica e a evolução socioespacial de um lugar. No entanto, tanto a memória coletiva como a história (em especial, as histórias das classes mais populares) podem ser instrumentos de poder e domínio de governantes que as controlam, reprimindo-as, dependendo do momento histórico-político vivenciado, fazendo com que seja esquecida.

Deste modo, quanto menor o espaço de atuação do grupo, menor e mais coeso ele será, mais fácil é o compartilhamento, manutenção e conservação da sua memória coletiva, sendo mais difícil de ser manipulada por estratégias de dominação e repressão. Halbwachs (2006, p. 100) sustenta essa ideia, afirmando que

[...] É fácil ser esquecido numa grande cidade, mas os moradores de uma aldeia não param de se observar, e a memória de seu grupo registra fielmente tudo o que se pode observar em fatos e gestos de cada um, porque eles reagem e influenciam toda essa pequena sociedade e contribuem para modificá-la. Nesses meios, a maioria dos indivíduos pensam e se lembram em comum. Cada um é claro tem seu ponto de vista e em relação aos fatos, mas as correspondências tão estreitas com os outros[...].

Então, quando a memória coletiva é valorizada, conservada e mantida, ela pode fortalecer a luta de uma sociedade, de uma classe, reforçando a identidade deste grupo. A memória define-se dinamicamente por processos de seleção e reinterpretação do passado, assim sendo a identidade coletiva, também, não é pronta e estanque, mas construída aos poucos, através de experiências vividas (subjetivas) e memorizadas, alterando-se em conformidade com as transformações culturais e históricas.

Para que a memória e a identidade local sejam mantidas é necessário que as pessoas reconheçam-se como pertencentes ao lugar, por isso, entende-se que a identidade mantém-se por meio da memória. Neste particular, considera-se que a

memória coletiva é o referencial da conduta e identidade de um grupo, uma vez que a identidade provém de lembranças que são herdadas coletivamente e servem para manter a coesão interna de uma sociedade. Isso permite concluir, de acordo com Le Goff (2003, p. 464), que “a memória é um elemento essencial da identidade”, ou seja, há uma interdependência entre as duas, uma define e é definida pela outra, sendo que a identidade coletiva é o que dá visibilidade ao grupo, seria a marca social que é transmitida, conservada e mantida.

A identidade se mantém através da memória, pois ela é um conjunto de informações, fatos e lendas de uma sociedade [...]. Sem memória não há identidade, desaparece a cultura e destrói-se a consciência coletiva, pois é através da memória que mantemos nossos hábitos e costumes. (HAIDET, 2005, p. 103).

Pesavento (2008, p. 04), historiadora que estudou a centralidade urbana e as relações entre a memória e a história da cidade, assegura que “as identidades enquanto sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias e produzem a coesão social e reconhecimento individual”. Observa-se que a identidade é o reconhecer-se e ser reconhecido, apesar de ser uma elaboração imaginária, ela perpetua-se e dinamiza-se nos aparatos reais, tais como hábitos e maneiras de ser, assim como é definidora dos lugares através de características materiais e imateriais.

Assim sendo, na tentativa de compreender a dinâmica socioespacial de um lugar, no presente, é necessário olhar para o passado, não somente por meio da história oficial institucionalizada, mas também focar a memória e a identidade coletiva do grupo, que tem por base as histórias vividas socialmente. Cumpre destacar, neste ponto, que não há grupo que não tenha relação com algum lugar, pois

[...] não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço,

ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembrança reapareça. (HALBWACHS, 2006, p.170).

O espaço é um suporte para as ações culturais e históricas, em que a memória está inserida, servindo como referência para manter a identidade coletiva. Assim, observa-se que a memória não pode ser considerada um processo fragmentado de lembrar do que já passou, mas é uma referência do passado que está ancorada em tradições, crenças e hábitos culturais definidos no presente. Neste sentido, é uma reconstrução do passado com base na vivência do presente, por isso que, de acordo com Halbwachs (2006, p. 91) “[...] a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente”. Assim sendo, o presente não é antagônico ao passado, apenas diferem um do outro pelas acumulações de vivências, experiências e representações materializadas ou lembradas pela sociedade.

O autor Milton Santos (2009) traduz essa relação passado/presente, que é expressa no espaço, de maneira ímpar, assegurando que somente o presente é real, sendo que o passado está, de certa maneira “morto” como tempo, mas não como espaço, pois está expresso nas paisagens e na lembrança que as pessoas têm dos lugares de vivência. Santos (2009) assegura ainda que, para compreender a organização espacial atual de um lugar, é imprescindível um esforço no sentido de voltar-se para as categorias que o passado legou-nos. Em outras palavras, necessita-se voltar para os vestígios do passado, o patrimônio e a memória, para entender a configuração e a transformação do espaço.

Sob esta ótica, Bosi (1994, p. 48), indica que é “do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde”. Neste contexto, o lembrar é uma forma de repensar o passado, através do momento presente. Bosi (1994, p. 55) reforça tal percepção, justificando que:

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela nunca é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nosso juízos de realidade e de valor.

Dessa forma, o passado é revisto com base nos preceitos do presente, já que nunca pode ser lembrado na sua forma integral, pois a própria vida é dinâmica. Por isso, na maioria das vezes, as lembranças são evocadas com certa nostalgia, em que a pessoa mesmo inconscientemente está fazendo uma relação entre como era e como está hoje, transmitindo a sua vontade de (re) vivê-lo. “Não se lê duas vezes o mesmo livro, isto é, não se relê da mesma maneira um livro” (BOSI, 1994, p. 58), visto que o indivíduo quando relê o um livro já possui uma experiência diferenciada, proporcionada pelo tempo que foi vivido a mais.

Nota-se que o recordar pressupõe fazer uma classificação que depende das condições históricas, culturais, sociais que influenciam na formação tanto individual, quanto coletiva. Se a memória está intimamente relacionada com o presente, de acordo com Tedesco (2004), o cotidiano é um espaço de estudo memorial, pois ele é carregado de valores e símbolos coletivos, de grupos, que representam o passado e a história do lugar. Como identifica ainda Tedesco (2004), estudar a memória é mexer com pessoas, com interpretações presentificadas do passado, que têm relação íntima com o lugar de vivência. Esses lugares de memória, seguindo os preceitos de Halbwachs (2006), são lugares que adquirem significados simbólicos para uma coletividade e refletem, nas suas paisagens culturais, a sua configuração histórica.

Neste contexto, a Geografia – que trabalha com o lugar de vivência e com a paisagem cultural - tem muito a contribuir para a análise, a discussão e a recuperação da memória, assim como do patrimônio cultural, na perspectiva de compreender a dinâmica espacial dos lugares formados por paisagens culturais, compostas por indivíduos, bens e grupos culturais. O geógrafo Abreu (1998) dedica-se ao estudo do conceito de memória, sobretudo urbana, ressaltando que ela define as relações afetivas e proporciona um resgate da história local, através da história de vida da população ali existente. No entanto, considera que ainda é necessário superar algumas barreiras interdisciplinares para que a contribuição geográfica, nesta área seja efetiva.

“A memória deve ser tratada como um fenômeno social” (BOSI, 1994, p. 54) propriamente dito, sendo assim deve ser estudada pelas ciências que se inserem no âmbito social, pois é constituída por processo cultural/histórico, e não apenas um

processo psíquico de lembrança e esquecimento. Assim posto, entende-se a necessidade da interdisciplinaridade do tema, já que um objeto antigo, uma música, uma comida ou uma paisagem podem instigar o lembrar, podem representar a identidade e, através dela, propiciar a compreensão espacial de um lugar.

À geografia importa compreender que não é só a base territorial de um lugar que constitui o grupo, mas uma memória ligada a uma sucessão temporal desse lugar, seus usos e a dinâmica socioespacial que o configuram. Desta forma, com o objetivo de assegurar a existência dos valores culturais de Santa Maria e região, por meio de histórias de vida contadas por pessoas que possuem saberes populares, conhecimentos tradicionais e culturais, foi que Edmundo Cardoso passou a disponibilizar para pesquisa seu acervo pessoal à toda comunidade santa-mariense com o intuito de contribuir para a preservação de nossa cultura.

1.1.1 Memória Urbana

O ambiente urbano é dinâmico, modificando-se rapidamente com o avanço tecnológico, sendo que a maior parte dos projetos de recuperação memorial das cidades, ou de fragmentos de sua paisagem, tem a perspectiva de salvaguardar o pouco que resta do passado. O problema é que ainda verificam-se estratégias preservacionistas muito monumentalistas que, apesar de utilizarem a designação de sítio urbano ou de centro histórico, ampliando a área de abrangência, a maior parte dos projetos preserva e reestrutura principalmente os patrimônios materiais. Evidencia-se, então, a necessidade de compreender, em especial, os conceitos que são utilizados nesses processos de (re)vitalização.

A cidade representa um “lugar de concentração e efervescência de vida social [...]” (SPOSITO, 2008, p. 12), porém, com o processo de globalização e de generalizada urbanização seu conceito torna-se complexo. Neste viés, a cidade não é apenas um conjunto de casas, ruas, edifícios com variadas formas e usos diferenciados por onde circulam pessoas e mercadorias, é um território ocupado pelos atores culturais, políticos e econômicos que o modelam em um aspecto socioespacial. Por isso, o geógrafo Sposito (2008, p. 14) explana que é preciso

considerar a cidade “uma concentração de pessoas, necessidades e possibilidades, vislumbrando que, nela, há uma grande capacidade de transformação”, movimento e fluidez. A cidade, além disso, é formada por uma combinação de espaços que dependem de realidades e escalas diferentes entre a relação do privado e do público. E onde está o urbano?

LEFEBVRE (1991, apud FIGUEIREDO, 2011) analisa que o urbano teria como referencial a realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento, ou seja, seria o abstrato, o geral, o externo. A cidade, por sua vez, diria respeito à realidade presente, imediata, ao concreto, ao arquitetônico, ao interno. Sob tal concepção, o urbano é o processo e a cidade é a materialização conjunta de inúmeros processos urbanos.

Observa-se que o urbano, sendo o abstrato e o processo, também não só é formador, mas formado pela memória da população. O geógrafo Figueiredo (2011), na sua pesquisa sobre a evolução paisagística e memorial urbana de Santa Maria/RS, demonstra que a memória é um elemento que possui, como função, afirmar ou reconstruir da identidade da cidade. Por isso, a memória das pessoas que vivem na cidade é de fundamental importância para a manutenção e a conservação dos aspectos urbanísticos, arquitetônicos, culturais e sociais. Sabe-se que a maioria das cidades brasileiras sofre com a negligência e a falta de empenho do poder público no que tange à preservação de suas memórias, desconsiderando, assim, os seus valores culturais.

A memória é um atributo inerente ao ser humano e significa a capacidade de armazenar informações, ela encontra-se sempre associada a um evento ou a um conjunto de eventos que ocorreram em um determinado tempo e em um dado espaço, (ABREU, 1998). Isso possibilita afirmar, conforme Nogué (2011, p. 04) que “la memoria individual y colectiva, así como la imaginación, más que temporales, son espaciales”.

Neste sentido, para que a memória seja mantida, é necessária a manutenção da paisagem cultural, uma vez que a sua preservação viabiliza entender a relação entre um determinado grupo e o seu espaço, assim como a interconexão existente entre o concreto e o abstrato, propiciando uma análise relacional entre o passado e o presente, que se definem na realidade urbana. Bosi (2003, p. 439) reforça que “as lembranças se apóiam nas pedras da cidade”, ou seja, na materialidade, que ajuda a

pessoa a (re)lembrar as vivências que teve naquela cidade, formada por paisagens específicas, condicionadas culturalmente. Avalia-se, porém, que proporcionar à cidade a preservação e a conservação de seu patrimônio requer, além de uma ação efetiva do poder público, uma identificação memorial por parte de sua sociedade.

Conforme referido anteriormente, há uma diferenciação entre a cidade e o urbano, sendo assim, ocorre uma distinção entre memória urbana e memória da cidade. Figueiredo (2005), em seu trabalho sobre a memória urbana de Maringá, assevera que quando se refere à “memória urbana”, faz-se referência ao passado de uma determinada cidade. O mais apropriado seria utilizar-se, neste caso, “memória da cidade”, contudo, soa estranho, já que a cidade não lembra nada, quem lembram são seus habitantes. No entanto, apesar das contradições entre os termos, eles são utilizados e referem-se “ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar [...]”. (FIGUEIREDO, 2005, p. 30).

A memória urbana refere-se às lembranças do modo de viver e agir na cidade, já a memória da cidade refere-se a sua materialidade específica, no entanto, ambas representam a identidade cultural da cidade. Sendo assim, entende-se que a memória urbana e a da cidade inter-relacionam-se, uma vez que, normalmente, a memória é composta por referências espaciais e materiais, já que, muitas vezes, a memória urbana (do modo de vivenciar e pertencer ao urbano) é evocada pelo patrimônio material que sobrevive em meio às transformações da cidade.

Pesavento (2008) reconhece que, na cidade, estão ancoradas memórias que têm, como foco, marcos reconhecidos que fazem (ou fizeram) parte das experiências cotidianas, espaços dotados de significado pessoal ou coletivo, com singularidades culturais e históricas. A autora ainda admite que cada cidadão escolhe, por meio de referências sociais e culturais, pontos de significação que reportam a uma época passada, situados no espaço urbano. Observa-se, que a cidade, por meio da população, é detentora de memória e de história, tendo uma identidade característica, formada culturalmente por seus habitantes. Identifica-se, desse modo, que a cidade é uma obra de seus habitantes que transformam o espaço e agregam-lhe significados e materialidade. Dessa forma, Pesavento (2008, p. 07), ainda, entende que “a cidade é uma paisagem, [...] reveladora da apropriação social do

território”, a qual carrega, em seu aspecto visual, as construções, assim como simbolismo.

Uma cidade possui seus mitos, suas lendas, suas histórias extraordinárias, transmitidas de boca em boca, de geração em geração, através da oralidade. A história e a memória de uma cidade é também o boato, o ouvir dizer, o relato memorialístico que se apóia não só na lembrança pessoal de quem evoca, mas também naquilo que foi contado um dia por alguém cujo nome não mais se sabe. (PESAVENTO, 2008, p. 07).

Figueiredo (2005) assegura que, para a preservação da memória urbana, é fundamental revigorar a identidade da sociedade local, ou seja, substituir a fútil ocupação intensiva e especulativa do solo pela preservação das paisagens que ainda representam a identidade cultural urbana.

Nesse sentido a fotografia assume importante papel para a conservação da memória, além de uma fonte histórica relevante de percepção espacial dos tempos advindos.

1.1.2 Fotografia: Uma fonte histórica

Atrás de uma fotografia existe sempre uma história. Olhar para uma fotografia nos faz refletir a respeito do momento em que ela foi tirada. Kossoy (2009) nos revela que podem existir três estágios bem definidos os quais marcaram a existência de uma fotografia. Em um primeiro momento houve uma intenção para que ela existisse; dependendo da motivação do próprio fotógrafo ou de outra pessoa que o solicitou a registrar a cena. A consequência desse registro é o segundo estágio, o qual originou a materialização da fotografia. O terceiro estágio remete-se aos caminhos percorridos por essa fotografia, os olhares, as emoções que despertou ou os álbuns que a guardaram. O conteúdo presente na superfície fotográfica se manteve, nela o tempo parou. As expressões, os rostos ou até mesmo a paisagem são as mesmas. Somente o artefato (fotografia) é que envelheceu.

Desta forma, Kossoy (2009, p. 45) destaca que “toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente”.

A fotografia é um documento, rico em informações e significados, que nos coloca direto com um momento, um personagem e uma época. Kossoy (2009, p. 47) assevera que “o artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro visual nele contido), constitui uma fonte histórica”.

Realizar a leitura de qualquer fonte exige do pesquisador, um trabalho de reflexão entre as fontes e as hipóteses, o que lhe permitirá estabelecer as “perguntas” que deseja fazer aos documentos. Esta relação fontes-hipóteses sugere a necessidade da “crítica interna” do documento. Nesta fase, o pesquisador procurará, de acordo com as suas hipóteses, indagar ao documento aquilo que ele não deseja revelar, priorizando as informações, ou as “pistas” contidas nas “entrelinhas” do mesmo, sem perder a perspectiva do contexto histórico e do momento cultural responsável, em parte, pela forma e pelo conteúdo assumido pelo documento.

Lissofsky (1983, p. 117-126) assevera que o pesquisador não dispõe de um método que lhe permita prescindir da subjetividade da perspectiva do fotógrafo. Segundo ele, “no processo de produção da fotografia tem-se que combinar três elementos: conteúdo da imagem, o fotógrafo e a tecnologia utilizada.” Com relação ao conteúdo da foto, observa que:

a primeira coisa a mostrar em relação ao conteúdo da fotografia é o momento histórico que ela está retratando: fazer um movimento em direção ao contexto da imagem (. . .). Há outro tipo de movimento de aproximação de conteúdo, que é de comparação daquela foto que interessa com outras fotografias que tenham relação com ela. (LISSOVSKY, 1983, p. 117-126).

Tornou-se comum como forma de comprovar ou acrescentar informações às nossas observações cotidianas o uso da imagem, animada ou não. Tanto a TV como os jornais e as revistas, diariamente, nos trazem, com uma espantosa rapidez, conteúdos completados por imagens, e não raramente, as imagens assumem, em si, o conteúdo básico das informações que nos são transmitidas.

Ainda que conscientes de que o processo tecnológico que envolve nossa sociedade é irreversível, a maioria dos historiadores vê, com algum preconceito e resistência, o uso da imagem como meio para respaldar ou construir suas hipóteses. Este processo implica no entrave ao desenvolvimento teórico-metodológico imprescindível para minimizar os riscos das generalizações ou das particularizações possíveis, quando da utilização inadequada das fontes, sobretudo, das não convencionais.

Rodrigues (1978 *apud* KOSSOY 1980, p. 29) traz uma ressalva muito procedente para a questão da imagem, como fonte histórica:

A fotografia em si, o filme em si não representam, tanto quanto qualquer documento velho ou novo, uma prova de verdade. Toda a crítica externa e interna que a metodologia impõe ao manuscrito impõe, igualmente, ao filme. Todos podem, igualmente, ser 'montados', todos podem conter verdades e inverdades. Existe, naturalmente, para cada espécie de fonte, uma possibilidade especial de falsificação, e conhecê-las é a tarefa de críticos de fontes.

Salienta-se a preocupação com a utilização da fotografia como fonte histórica é recente, uma vez que, até há pouco tempo, a fotografia servia mais para ilustração (prova), ou seja, como forma de referendar uma afirmação textual. Sua finalidade estava restrita ao papel de cristalizar a imagem de uma "verdade", já confirmada e subsidiada pelos textos escritos.

Quiçá a fotografia possa representar a detecção de uma fração especial com inúmeros significados temporais para o pesquisador, especialmente, para o historiador.

Sontag (1983) numa visão poética admite que este, possivelmente, é o seu exercício, pois só a fotografia transforma o passado em objeto de carinhoso respeito, o que faria confundir diferenças morais e desarmar julgamentos históricos, através do patético generalizado - que é o olhar para o tempo passado.

Ao sistematizar o pensamento sobre objeto e espaço, Lisovsky (1983, p. 117-126) muito colabora para o progresso metodológico da utilização da imagem como fonte histórica.

O sujeito, quando olha a fotografia, estabelece uma ponte entre aquele momento e o espaço que está na imagem e o momento que ele está vivendo. Como a distribuição dos objetos no espaço não é gratuita, tudo se posiciona no espaço, devendo serem levadas em consideração as relações entre os objetos. A orientação dos corpos também não é gratuita, eles traduzem orientações: linhas de autoridade, de subordinação, de hierarquia, de disciplina (. . .). A explicação espacial da cultura, da política, das relações sociais pode ser percebida.

O pesquisador se remete à outra problemática quando realiza a observação das imagens, a da interpretação. Neste panorama, Lima (1988, p. 59) contribui para o debate do tema, "a fotografia como fonte", ao expressar que:

a percepção visual é uma atividade puramente ótica: os olhos percebem as formas e as tonalidades dominantes, sem as identificar (. . .). A interpretação é uma ação mental permanente. É nesse estado que se manifesta o caráter polissêmico da foto. De uma forma geral, as pessoas fazem a mesma leitura, mas cada uma interpreta de sua forma, em função de sua idade, do seu sexo, da sua profissão, de sua ideologia, enfim, do seu saber,

e em função de seu objeto de estudo.

Diante do que foi exposto a respeito da fotografia como fonte histórica, esta então, pode ser útil para o processo de leitura da paisagem e suas representações cotidianas uma vez que podem ser desveladas pela imagem. Nas fotografias podemos encontrar elementos importantes que alimentam o imaginário social cidadão. É possível ler a cidade pela trama narrativa, estabelecida entre imagem e imaginário. A fotografia enfim, pode servir para revelar os lugares de memória da cidade.

1.1.3 A Cidade e as suas várias imagens

A cidade é o palco onde se revelam inúmeras transformações sociais e culturais. A cidade é um texto no qual se operam e inter-relacionam diversas concepções de sociedade, inseridas numa densa rede de relações. Dessa forma, a paisagem urbana não pode ser concebida como uma forma que se produz

simplesmente pela contiguidade das moradias ou pelo simples adensamento populacional. Nessa direção, é preciso assumir um pensamento coletivo que envolve as representações e as imaginações como estratégia para a compreensão da paisagem. Claval (2001, p. 55) revela que “o geógrafo cultural estaria designado a analisar as ações humanas enquanto processos capazes de responder acerca de questões estéticas, políticas, sociais, econômicas e culturais projetadas na paisagem”. Nesse sentido, ele manifesta que “os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam” (CLAVAL, 2001, p. 55). Por isso, a leitura da paisagem urbana, feita a partir da fotografia, simboliza a ampliação das discussões estabelecidas pela Geografia Cultural, pois integra os aspectos culturais, sociais, imaginários que tramam a paisagem.

A cidade integra uma lógica que se aproxima do plano disciplinar, para isso, concorrem as ações dos planejadores urbanos. Desse ponto de vista, a aplicação de tecnologias, como um dispositivo capaz de sanar aspectos nocivos ao corpo social urbano, tem sido executada ao longo da experiência humana no espaço citadino. Tecnologias como as que envolvem uma espécie de “amortecedores” na base de prédios ou bombas que bombeiam a água em cidades que são construídas abaixo do nível do mar, por exemplo. É oportuno ponderar que o fazer urbano objetivado, operativo, racional, é a expressão pura de um campo que tem sentido pelo conjunto de representações que dele [do espaço] se cria. Nessa dimensão, a elaboração e a aplicação de planos de estruturação e reestruturação urbana tornaram-se quadros de referência social.

Inúmeras vezes, a cidade é vista de maneira isolada, como se as pessoas e tudo o que é agregado a ela não lhe fizessem parte. De outro lado, o crescimento desordenado incha a cidade, não a deixando respirar, escondendo, muitas vezes, a sua história. Os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada. São representações que dão a ver um “acontecido” que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição. Mas o tempo passado não é irrecuperável, uma vez que, através do imaginário, faz-se presente no espírito, dando-se a ler e ver através de discursos e imagens. Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta

comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade. E nesse contexto, pois, a fotografia realiza a cátedra de comunicação da memória diante do tempo.

Segundo Souza e Angelo (2008), as cidades são compostas por, pelo menos, duas facetas distintas que se interpõem e se modificam mutuamente. A primeira é concernente ao seu espaço físico; a segunda diz respeito às pessoas que, nela, habitam e às relações que estabelecem entre si, ou seja, ao pensar uma cidade, determinando o espaço e o tempo de uma única geração, pode-se inferir que as características daquele ambiente são definidas pelas pessoas que, nele, habitaram: cada um constrói parte desse espaço à sua maneira, cada lote, casa comercial ou residência diz respeito a seus respectivos usuários.

Ao ampliar esse espaço de tempo para a idade que esta cidade hipotética possui, pode-se afirmar que, ao longo deste período, o seu espaço físico funcionou como um cenário, um palco, onde milhares de pessoas desempenharam o seu papel na construção da história do lugar. São estas pessoas, os habitantes, que estruturam a imagem deste ambiente assim que decidem reformar um antigo edifício ou dar início a uma nova residência. Um exemplo dessa permuta do velho pelo novo pode ser observado no chamado “botabaixo” realizado no Rio de Janeiro pelo urbanista Pereira Passos e pelo engenheiro Lauro Muller.

A exemplo da França, em que quarteirões inteiros da cidade medieval foram demolidos para dar lugar à abertura dos *boulevards*, transformados em cenário da nova ordem burguesa, no Rio de Janeiro, alegou-se a necessidade de erradicação de doenças para a derrubada dos casarões da área central da cidade. As famílias que foram despejadas das casas sequer receberam indenização, restando-lhes apenas a opção de morar nos morros, onde começaram a ser construídos barracões de madeira. Outras famílias formaram ou ampliaram cortiços, que, logo, tornaram-se alvo da vigilância sanitária. Caso houvesse uma suspeita de foco de varíola, os moradores eram expulsos das residências, que eram demolidas.

A cidade possui várias características tanto históricas, culturais, econômicas e étnicas, sendo que todas agregam diferentes valores e definições e, devido a isso, ela é considerada única e complexa. É impossível alcançar uma total harmonia, porque desigualdade e falta de uniformidade são características próprias das cidades, dos centros urbanos. As intervenções e as revitalizações são focalizadas

diretamente para obras históricas e não para uma determinada área, impedindo, muitas vezes, o sucesso da revitalização. Geralmente, essas obras são uma solicitação da própria comunidade em que se encontrava o patrimônio, numa reivindicação de conservação da memória local. Essas intervenções são realizadas pelo poder público municipal, estadual ou até mesmo nacional, dependendo do reconhecimento dado a determinado patrimônio.

Na atualidade, as intervenções vêm ocorrendo sempre nos centros que, geralmente, são a área mais antiga da cidade e onde a revitalização é necessária, por várias condições. Aos futuros planejadores-urbanos e idealizadores fica o desafio de tentar amenizar o caos, sem perder a história e estagnar o desenvolvimento da urbe. As revitalizações dos patrimônios em si só tendem a melhorar a cidade. Aí, o papel da fotografia é o de retratar um dado patrimônio, contribuindo, assim, para a sua não descaracterização num processo de revitalização, a qual não só traz vida nova ao local, como proporciona aos moradores contato com edifícios antes degradados e abandonados, além de dar uma nova visão de cidade, uma cidade que se preocupa com a sua memória.

Esta percepção é subjetiva e acaba por configurar, visualmente, uma cidade para cada habitante. Ao entender a fotografia como criação que carrega consigo aspectos daquele que a fez, do que foi fotografado, da técnica empregada e das várias interpretações que podem ser feitas dela, pode-se inferir que, através da imagem fotográfica, a cidade individual/ imaginada de cada usuário pode se fazer ver. Assim como fotografias são representações da realidade, é importante ressaltar que qualquer leitura que se faça delas também vem carregada de aspectos subjetivos inerentes a quem a fez, ou seja, o repertório de quem olha a imagem tem papel fundamental em sua interpretação e, por isso, pessoas distintas podem fazer observações díspares sobre a mesma fotografia.

1.1.4 A fotografia entendida como comunicação

Nas sociedades contemporâneas, o jogo das imagens é intrincado, asserção já mencionada na introdução deste texto, em que se confundem as posições sociais na luta pela atribuição de sentido às paisagens urbanas, em que há um processo dinâmico e contínuo de circularidades.

As mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais distribuem-se de maneira heterogênea e desigual em todos os setores das sociedades, desde o início da modernidade. Em alguns lugares do mundo e até em um mesmo lugar, óticas, táticas e modos de vida pré-modernos, modernos e contemporâneos alternam-se, sobrepõem-se e convivem, dialeticamente, tornando as paisagens urbanas em espaços de disputas simbólicas.

Diante do trabalho que foi executado, no projeto do CNPQ, e destes exemplos de leitura da paisagem anteriormente citados, assim como a partir do que foi exposto, pode-se constatar que a fotografia representa uma paisagem “visível” na criação de um mundo imaginário, para além do que se aprende olhando, posto que a imagem fotográfica é prática social investida por estruturas que mostram e condicionam forças intensas que se apoderam da “realidade”.

A fotografia é uma forma de registro que serve à problematização e à compreensão da dinâmica social, sendo utilizada por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, como Geografia, Antropologia, Sociologia, Artes Plásticas, dentre outros ramos do saber científico, uma vez que, por meio dela, torna-se possível entender processos que estruturam a sociedade no decorrer do tempo e do espaço.

A fotografia é, pois, uma técnica de gravação por meios mecânicos e químicos ou a captação de uma imagem numa camada de material sensível à exposição luminosa, designada como seu suporte. A palavra deriva das raízes etimológicas gregas [foto] ("luz"), e [grafis] ("estilo", "pincel", "escrever") ou grafê, significando "desenhar com luz" ou "representação por meio de linhas", "desenhar". (SILVA, 2004). A primeira fotografia reconhecida é uma imagem produzida, em 1825, pelo francês Joseph Nicéphore Niépce numa placa de estanho coberta com um derivado de petróleo chamado Betume da Judeia. A priori existe uma discrepância com relação à esta data. Para os franceses a primeira fotografia data de 1822, enquanto que para os demais países a primeira fotografia data de 1826.

Souza e Angelo (2008) avaliam que cidade e fotografia caminham juntas desde o surgimento da segunda. Quando Niépce escolheu a paisagem de sua janela para a primeira fotografia, inaugurou aquele que seria um dos gestos mais naturais desde a sua descoberta: registrar o ambiente em que se vive. Para Borges (2005, *apud* SOUZA, 2008, pág. 160-178), um ano depois do surgimento da primeira

máquina fotográfica da Kodak, em 1888, houve um conseqüente aumento de consumo e comercialização das imagens; apareceram os cartões postais ilustrados, que eram feitos a partir de fotografias.

De acordo Borges (2005, apud SOUZA, 2008), em pouco tempo, fotógrafos e pequenos empresários começaram a investir na produção e na comercialização de vistas de paisagem, de cenas da vida rural e urbana, de monumentos históricos e de lugares que se tornavam cada vez mais objetos de desejo da burguesia da *Belle Époque*. Assim como hoje, esses cartões postais jamais ofereciam imagens-sintoma do feio e do desagradável, referindo-se, pois, sempre a um ideal de belo consagrado pelas artes plásticas greco-romanas e renascentistas. O principal interesse dos produtores de postais eram os prédios públicos e as construções arquitetônicas esteticamente mais arrojadas.

Ao consumir os ícones que representavam tais espaços, o turista, que durante suas viagens interrompia a mesmice de seu cotidiano, queria mostrar a seus parentes e amigos que também ele participava do avanço da civilização, simbolizada nos cartões postais. (BORGES, 2005, p. 60).

Borges (2005) relaciona ainda a circulação dos postais com a reconstrução da imagem das cidades, quando pontua: “À medida que a moda dos postais ia se alastrando, as cidades, lócus por excelência do exercício e das práticas civilizadoras, iam construindo suas versões higienizadas, oficiais e modernas do espaço público”. (BORGES, 2005, p. 60).

De acordo com Kossoy (1998), todo o conteúdo de uma fotografia guarda experiências de vida de um determinado momento e/ou situação significativa. Fotografias registram lembranças imutáveis de certas circunstâncias, de épocas vividas que são irreversíveis. Tais momentos são animados por sensações e emoções. No entanto, elas não podem ser reveladas pela imagem fotográfica que, por sua vez, pode revelar, somente, um mundo físico e visível – “primeira realidade” – ou um detalhe da vida que se pretende mostrar. Contudo, essa característica aparentemente gélida da fotografia, que poderia manter longínquo um momento registrado, torna-se também condição de possibilidade para se retomar aquela história particular, restaurando-a no presente, trazendo à tona sensações e emoções carregadas de significados, deixando de ser apenas uma referência e “reassumindo a sua condição anterior de existência” (KOSSOY, 1998, p. 45).

Kossoy (1998, *apud* ARAÚJO E MAHFOUD, 2002, p. 68-102) expressa que a fotografia guarda “conteúdos imaginários, que auxiliam na restauração da situação que não pode mais voltar”. Esses conteúdos imaginários são denominados, pelo autor, como “realidade interior”, isto é, as representações invisíveis que não são captadas pela câmara fotográfica, marcadas por um contexto cultural, estético e técnico” Neste aspecto, Araújo e Mahfoud (2002, p. 68-102) consideram que a imagem fotográfica não é um recurso neutro, mas, ao contrário, carrega uma polissemia na qual encontramos um universo de significados muito diferentes que nos são transmitidos também através da linguagem oral, igualmente marcada por realidades culturais diversas.

Moreira Leite (1998) afirma que o estudo da prática e da significação de imagens fotográficas possibilita conhecer o comportamento coletivo e experiências vivenciadas em um momento específico. A autora propõe que, ao utilizarmos as imagens em nossos estudos, abandonemos a necessidade de representar a realidade a partir de uma perspectiva unilinear, já que a fotografia permite a entrada em um mundo imaginário que não explica a realidade, mas convida a revivê-la e recriá-la. Mas, como? Por meio de um leitor que fala sobre o conteúdo imagético, que é surpreendido pela imagem, estimulado por sua percepção visual, inicialmente, através da sua memória espacial e da sua faculdade psíquica de associação de imagens; fornecendo, portanto, um conjunto de significados invisíveis que não são revelados sensivelmente aos seus olhos. O “texto visual” ganha vida graças ao “texto verbal”:

as imagens visuais precisam das palavras para se transmitir e, freqüentemente, a palavra inclui um valor figurativo a considerar. O desenho ou a fotografia não reproduzem abstrações. Representam um caso concreto, um fato particular, o presente. A palavra revela melhor o conhecimento subjacente na memória que, todavia, é construído por imagens fixas. Mecanismos perceptivos e cognitivos ampliam a compreensão das relações entre a imagem e as diferentes formas de memória, que, pelo reconhecimento e pela re-memoração, constroem a ponte para o texto verbal. Ao que é impossível descrever, torna-se indiscutível a prioridade da imagem visual, por sua capacidade de reproduzir e sugerir, por meios expressivos e artísticos, sentimentos, crenças e valores. (MOREIRA LEITE, 1998, p. 44)

O olhar do leitor, diante de uma imagem fotográfica, é seletivo, ou seja, ele permanece indiferente a alguns aspectos visíveis da fotografia e acolhe outros que a sua percepção e a sensibilidade conseguem captar no conjunto apresentado (Moreira Leite, 1993). A imagem fotográfica guarda em si características objetivas que correspondem a limites de tempo e espaço sociais, ordenados simbolicamente, que propiciam ao leitor entrar em contato, examinar e transmitir um universo de significados diversos, segundo os limites espaço-temporais aos quais está sujeito.

De fato, não se fica inerte diante de uma fotografia; de alguma forma, ela faz o seu assunto repensar a própria imagem. Neste caso, ela serve de suporte para criar aquilo que se quer ser: os postais, livres dos envelopes, circulam suas fotografias pelo mundo, afirmando, silenciosamente: “assim é Paris”, ou Brasília, ou Rio de Janeiro. A partir daí, cada cidadão constrói, mesmo que inconscientemente, a imagem da cidade que quer ter. Diante disso, a cidade de Santa Maria não fica distante do que seus cidadãos desejam, como, por exemplo, o título de “Cidade Cultura”, definido, principalmente, pela presença de um grande número de instituições de ensino de nível superior.

Souza e Angelo (2008, p. 160-178) apontam que “existem várias possibilidades de percepção de uma cidade e a junção de todas elas forma aquilo que cada usuário guarda de determinado lugar”. O mapa ou a imagem aérea mostram, por exemplo, os sistemas que a estruturam, mas poucos conseguem relacioná-los ao ambiente quando transitam por ele: os mapas construídos pelos usuários, ao caminhar pelo espaço urbano, compreendem apenas as ruas pelas quais eles têm que passar para chegar ao seu destino, ou seja, dificilmente a cidade é compreendida ou imaginada como um todo. A apreensão de sua forma passa pelo ato de caminhar por ela e a maneira como esse deslocamento acontece também é determinante para o resultado.

Assim sendo, quem conhece uma cidade pelo automóvel, tem um ponto de vista mais baixo e as imagens, que passam rapidamente, são enquadradas e recortadas pelas janelas. Já quem caminha pela mesma cidade, além de ter mais tempo para observar cada coisa que chama a sua atenção, tem o ponto de vista na altura do olhar. Diferente daquele que anda de ônibus, que sequer é responsável pela escolha do caminho.

Souza e Angelo (2008) explicam que a caminhada pelo espaço fez-se presente em diversos momentos da história, transformando a cidade em cenário, pano de fundo para todas as artes. É o flâneur³, na literatura, o primeiro grande personagem de tal ato. Personificado na poesia de Charles Baudelaire, num momento em que o espaço físico assumiu características de metrópole industrial, configurando a cidade moderna, o flâneur caminhava pela Paris do século XIX, empenhando-se em entender esta modernidade. Concentrado na observação dos tipos, ele testemunhou as mudanças que as novas tecnologias provocaram naquele ambiente e, olhando como um estrangeiro, porém, imerso na realidade cotidiana, inaugurou esse novo modo de se relacionar com o espaço, revelando o ponto de vista do passante.

Benjamin (1989, *apud* SOUZA e ANGELO, 2008, pág. 160-178) destaca que o flâneur sente-se em casa entre as fachadas dos prédios, tanto quanto o burguês entre as suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apóia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente.

Para Bassani (2003, *apud* SOUZA E ANGELO, 2008, pág. 166), o flâneur “converte o ambiente urbano em paisagem e cenário, em território de expedição e abrigo domiciliar”, demonstrando total intimidade com os seus elementos e permitindo que a cidade assuma dimensões e significados indicados pelo seu estado de espírito: a cidade assume significado à medida que o seu perambular a impõe.

Nos estudos culturais [geográficos], a fotografia aparece como sistema de significado individual/coletivo, em que se relacionam esquemas de representação capazes de fornecer elementos à leitura dos lugares, dos eventos, das paisagens rurais e/ou urbanas. Os postulados dessa corrente revelam que a produção da paisagem é uma arte coletiva, mediante códigos de comunicação e símbolos. Nesse

³ Identificado por Bassani (2003, p. 42) como um personagem urbano na poesia de Baudelaire, o termo também é compreendido como característica identificável em qualquer pessoa. A palavra flânar, deriva do francês flâneur e significa passear ociosamente, sem destino nem pressa. (LUFT, 2000, p. 331).

sentido, importa considerar a leitura da paisagem fotográfica, não apenas como um dado contemplativo, visível, estanque, antes, sim, como “um texto cuja significação é instável e cuja escritura e leitura estão engajadas em processos sociais” (MONDADA & SODERSTRÖN, 2004, p. 142).

Portanto, a abordagem que se propõe, aqui, para a discussão neste capítulo, não se estabelece na dualidade clássica que a Geografia contemplou; o entendimento que se faz da paisagem citadina está no sentido de compreender visões de mundo, sensibilidades e informações que estão contidas nos conjuntos culturais, refletidas e (re) apresentadas na fotografia. Ressalve-se, contudo, que essa abordagem ilustra apenas uma das muitas vias para se interpretar o mundo que envolve, cerca e articula as atividades humanas na elaboração da paisagem citadina.

Considera-se que a leitura da paisagem urbana pode ser feita por diversos prismas. Na Geografia Cultural, produzida pós 1970, a paisagem tem se configurado campo aberto à problematização, ultrapassando as relações diretas entre os interesses econômicos e a produção do espaço. O entendimento feito pela Geografia Cultural sobre essa categoria de pensamento interrelaciona-se a um processo provocado por práticas socioculturais de usos, apropriações, percepções e representações; assim a imagem fotográfica, nesta concepção, significa a paisagem e esta, por sua vez, transcende os limites do eminentemente visual. Dessa forma, vale considerar a perspectiva relacional sócio-histórico-imaginária que se coloca como parte e parcela para a efetivação da paisagem na imagem.

O livro *Do céu de Santa Maria*, dos autores José Newton Cardoso Marchiori, Paulo Fernando dos Santos Machado e Valter Antonio Noal Filho, numa edição comemorativa aos 150 anos da cidade de Santa Maria, trata um pouco dessa questão da urbe, todavia, ainda de forma bastante superficial.

1.1.5 A Paisagem na leitura citadina

A paisagem é um conceito chave para a Ciência Geográfica e pode ser entendida tanto como prática social, quanto como uma forma de representação espacial. Sob qualquer aspecto, faz-se necessário compreendê-la e tratá-la não apenas como um achado visual, apesar de evidente a importância assumida por sua

visualidade no contexto da sua própria identidade, mas também e, primordialmente, como estrutura de significado que se produz em si mesma, fazendo-o também através das mais diversas formas de representação. Nesse panorama, a imagem fotográfica instala-se como campo alternativo para a construção, a elaboração, a re-elaboração e a percepção da paisagem.

Em consonância com Santos (2006, p. 66), “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”, além disso, identifica-se como um conjunto de memórias imaterializadas relacionadas a essas formas concretas. Não se pode negar que a paisagem é uma forma material, porém carrega, em si mesma, um sentido simbólico e identitário, já que o seu aparato visível sensibiliza e é formado culturalmente.

Deve-se acrescentar que, até abarcar essa abrangência conceitual, o conceito de paisagem passou por inúmeras reformulações, tanto que, historicamente, o seu conceito esteve associado, inicialmente, à ideia de natureza, tendo como foco principal a valoração pela beleza estética, abordada, em especial, nas artes, na literatura, tendo em vista que, para Corrêa e Rosendahl (2001, apud SALGUEIRO, 2001, p. 38), “até meados do século XVIII, a paisagem era sinônimo de pintura”.

A ideia de paisagem é fruto de disputas, apropriações e construções socioculturais, desde o século XV, momento histórico em que surgiu o conceito de paisagem no ocidente. (COSGROVE, 1998).

No entanto, o conceito de paisagem não se origina a partir de indivíduos ou pequenos grupos, visto que ele é configurado por um processo dialético entre a produção cultural e as práticas sociais, em um determinado momento histórico, em uma determinada Geografia. (COSGROVE, 1998, p. 2). Ainda segundo o autor mencionado, o conceito liga-se, em sua origem, inextricavelmente, ao declínio do feudalismo e ao florescimento do capitalismo. Como um “produto” sociocultural, a paisagem pode ser vista, modificada, usada, destruída, consumida, vendida e também pode causar prazer estético. Mais do que isto, ela é constitutiva das relações socioculturais, pois é, ao mesmo tempo, estruturada e estruturante.

A ideia de paisagem surgiu, assim, com o advento da modernidade, considerando-se que a modernidade é uma duração que vem junto às mudanças ocorridas no Renascimento e que se faz sentir até os dias de hoje. Bloomfield (2008,

p. 764-774) destaca que diversamente ao tratamento dado à paisagem pelos geógrafos culturais clássicos norte-americanos como Carl Sauer - que viam a paisagem como um “indício” da cultura, no início do século XX -, parte da escola anglo-saxã, em seu desdobramento conhecido como Geografia Cultural Radical, entendeu que a paisagem deve ser lida como um texto. Esta hipótese deveu-se, principalmente, a James Duncan (2004) e Denis Cosgrove (2000 a, 2000 b, 1998 a, 1998 b), a partir dos anos de 1970.

O conceito de paisagem como configuração de símbolos e signos leva a metodologias mais interpretativas do que morfológicas. Entre as metodologias interpretativas mais favorecidas estão aquelas da lingüística e da semiótica, associadas aos avanços do pós-guerra. A linha interpretativa dentro da Geografia Cultural recente desenvolve a metáfora da paisagem como texto, a ser lido e interpretado como documento social. Do mesmo modo, Clifford Geertz descreve a antropologia como a interpretação de textos culturais; introduz a idéia, aparentemente simples, de que toda a vida social envolve a interpretação e negociação de significados dentro de um grupo de atores sociais. (COSGROVE; JACKSON, 2000 b, p. 19).

Assim sendo, desde o período do Renascimento, no século XV, a paisagem era vista apenas como um elemento decorativo e ilustrativo nas pinturas, com caráter unitário da natureza, frequentemente, apenas um elemento natural, como uma flor, uma árvore, entre outros. Já, em meados do século XIX (durante a vigência da escola denominada Romantismo), a paisagem tornou-se o objeto central nas pinturas, em que os elementos naturais apareceram nas telas de maneira interligada como um todo, de modo que a paisagem era interpretada como sinônimo de natureza. (COSTA e GASTAL, 2010).

Identifica-se que, até então, a noção de paisagem estava associada à exuberância da natureza, um cenário pitoresco, representando uma contemplação, em que o homem deparava-se com a natureza, que era vista como sublime. Foi Alexander Von Humboldt, no século XIX, que atribuiu um significado à paisagem, no entanto, apesar desta inegável influência, a definição da paisagem como um conceito formal na Ciência Geográfica emerge no final do século XIX e início do século XX na Alemanha, com Otto Schüter (1872-1959) e Siefried Passarge (1866 – 1975). (RIBEIRO, 2007; CASTRIOTA, 2009). Schüter criou o termo *Kulturlandschaft*

[...] para designar paisagem transformada pelo homem, ou seja a paisagem cultural, em oposição a *Naturlandschaft* (paisagem natural). Passarge formulou uma hierarquia de regiões e paisagens, iniciando da menor até a maior em termos de escala. Inicialmente, seus estudos incluíam apenas os aspectos físicos. Somente mais tarde, Passarge inclui a sociedade como um agente na configuração da paisagem em seu trabalho. (RIBEIRO, 2007, p. 18).

Esses autores teceram uma base conceitual e metodológica, mas a categoria paisagem ganhou destaque na ciência geográfica, em especial, na sua vertente cultural, com o norte-americano Carl Sauer, na década de 1920, o qual se preocupou com a análise morfológica da paisagem. A Geografia Cultural, naquele período, voltava-se para os artefatos visíveis e materiais produzidos no espaço, com as técnicas, os objetos de trabalho, as construções, relegando ao segundo plano os aspectos como os gêneros de vida.

O próprio Sauer (2007, p. 22) declara que materialidade era valorizada na época afirmando que “a Geografia Cultural se interessava, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica”. Para ele, “a cultura é o agente, a área natural o meio a paisagem cultural seria o resultado”. As dimensões simbólicas e subjetivas das culturas existiam, contudo, não eram de interesse científico da época, sendo que paisagem cultural continuava sendo o oposto de paisagem natural.

Bloomfield (2008, p. 764-774) considera que, tirando partido da crise paradigmática e das “viradas” epistemológicas ocorridas por volta dos anos de 1960, os geógrafos culturais radicais aliaram, como aportes teórico-metodológicos, o materialismo dialético, a hermenêutica e os métodos da antropologia interpretativa, notadamente, os daquela praticada por Clifford Geertz (1989). O objetivo a ser alcançado consiste na superação das abordagens da Geografia Cultural clássica, da geografia humanista e da geografia marxista, uma vez que há o entendimento de que as paisagens são fruto da produção/reprodução material, mas também das representações sociais. Sendo assim, a paisagem tem um papel fundamental nos processos sociais e culturais, em que, sendo um texto - ou um conjunto ordenado de objetos e discursos - não pode ser separada de seu contexto. Duncan (op. cit., p. 101) realça sua impaciência:

Embora tenha tentado estabelecer alguma distância entre eu mesmo e a tradição da Geografia Cultural, carrego dessa tradição uma impaciência para com a fundamentação idealista. As idéias se localizam na Terra e invariavelmente são maculadas pelas exigências mundanas da sobrevivência biológica, social e política. Aqui, pergunto por um caminho intermediário entre o empirismo e o teoreticismo por meio do qual nossa 'concepção contextual do mundo' e a 'projeção própria' da paisagem se confrontem mutuamente. (DUNCAN op. cit., p. 101)

Diante disso, as preocupações da Geografia Cultural Radical são propiciar uma abordagem: contemporânea e histórica; social e espacial; urbana e rural, atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência. Para esta nova Geografia, a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída. (COSGROVE; JACKSON, 2000 b, p. 16-17). Os temas e os conceitos mais explorados são: hegemonia, táticas de resistência de grupos dominados, relações entre política e poder, subculturas populares, símbolos culturais, geografia das minorias, geografia de classes.

Essa abordagem, adotada pela Geografia, inspirou-se em pensadores como Raymond Williams, John Berger e Antonio Gramsci, entre outros. Interessou-se pelos Estudos Culturais do grupo de Stuart Hall, de Birmingham e pelo método iconológico do historiador da arte, Erwin Panofsky. Para dar conta desse tipo de interpretação da cultura e da paisagem, Duncan (op. cit. p. 106-110) recomendou que fossem observadas três linhas de raciocínio. A primeira consiste em interpretar o que uma paisagem significa para as pessoas locais; ouvir, descrever, transcrever e interpretar os seus discursos. Portanto, deve-se lançar mão de procedimentos oriundos do campo da Linguística, porque, na retórica da paisagem, além dos signos, símbolos e ícones, aparecem os tropos, tais como a alegoria, a sinédoque, a metonímia, a metáfora e a estrutura recorrente da narrativa. A segunda linha observada por Duncan refere-se à importância de interpretar as representações da paisagem que fazem aqueles que não são locais, ou os *outsiders*.

Nesta posição, encontram-se também os próprios geógrafos culturais que deverão praticar, assim como na antropologia interpretativa, a "interpretação da interpretação" dos discursos. A terceira configura-se pela atenção ao "sistema de significação subjacente à própria paisagem [...], que reproduz códigos de

significação que estão presentes em outras áreas do sistema cultural”. (DUNCAN, op. cit. p. 109).

Assim, essa significação da paisagem para os atores sociais transforma-se num conjunto de símbolos e valores atrelados ao que chamamos de cultura. Diante disso, Cosgrove e Jackson (2000 b, p. 25) afirmam que “a cultura é o meio pelo qual as pessoas transformam o fenômeno cotidiano do mundo material num modo de símbolos significativos, ao qual dão sentido e atrelam valores”. Ora, não se trata de “uma” cultura, mas de “culturas”, já que existem disputas político-culturais entre diferentes grupos sociais, pelo domínio das representações. Na paisagem, percebe-se a importância da cultura na compreensão do sistema de valores, de sensações e sentimentos individuais e coletivos.

A paisagem é elemento de reflexão espacial e, como tal, deve ser considerada em referência ao quadro cultural, interrelacionada às dinâmicas culturais que a dimensionam. Na paisagem, integram-se orientações simbólicas ligadas ao universo religioso, às tradições e às heranças culturais. Claval (2002) destaca que, no decorrer da década de 1970, os geógrafos passaram a estudar a dimensão estético-simbólica da paisagem. Nesta perspectiva, as representações incorporaram-se aos postulados da Geografia Cultural, aparecendo como valor exponencial à atribuição de significado à paisagem. Assim sendo, a paisagem é aquilo que dá significado ao mundo, por meio dela, o ser humano realiza ações que coincidem com a memória individual e coletiva. Claval (2002, p. 315) completa que o significado cultural da paisagem é um modo especial de compor, estruturar e atribuir sentido à vida social, daí deriva o poder das práticas e dos símbolos.

Conforme Duncan (2004), a paisagem possui o sentido metafórico de “texto”, em que operam “modos de olhar”, mecanismos de “leitura”. Sendo assim, diferentes mecanismos estão mediando os valores simbólicos que investem a paisagem de sentido. Diante disso, torna-se evidente que a paisagem está dentro da lógica da captação pela esfera ocular, mas ela põe-se para além de tal universo, já que, paralelo ao que se enxerga, existem os “subtextos”, os quadros que permanecem na memória social, individual e coletiva, marcando, “tatuando”, povoando, criando, recriando e ressignificando a paisagem.

A paisagem abrange múltiplos signos, diferentes modos de representação, múltiplas especificidades históricas. Sua compreensão perpassa, inevitavelmente, a

abordagem que privilegia as formas de representação do cotidiano. Duncan (1994, *apud* MELO 2001, p. 36) pontua que a paisagem é o resultado de uma elaboração complexa, cujas abordagens diferenciadas fizeram emergir um composto multiforme, permeado por diferenças. O autor enfatiza que tais compreensões múltiplas não devem ser enquadradas em padrões binários, ao contrário, as diferenças, a complexidade de sentidos atribuídos à paisagem devem ser aplaudidas e celebradas.

Duncan (2004) aponta ainda para uma pluralidade de formas inextricáveis de relações que se cruzam na elaboração da paisagem. Para ele, o entendimento da paisagem pode estar associado a uma justaposição de vários espaços, de várias lógicas. Ele pondera que, numa mesma paisagem, tem-se várias paisagens diferentes, cada uma advinda e relacionada a um discurso próprio e que, ao se ligarem, a outras produzem teias de significados culturais que se interrelacionam.

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe uma série de consequências, tanto ambientais como sociais, que acarretaram profundas transformações, as quais influenciaram diretamente em uma mudança de visão sobre a paisagem cultural. Neste viés, Corrêa e Rosendahl (2007) destacam os embates metodológicos e epistemológicos de crítica ao positivismo, que se verificaram na década de 1970 e ocasionaram um aprimoramento e um processo de renovação da Geografia Cultural, que passou a ter um sentido político e social. Na esteira desta mudança, entende-se que a cultura está sempre relacionada a um sistema de significados, de identidades culturais manifestadas e conservadas através dos aspectos memoriais subjetivos, demonstrados, assim, pela forma de produzir, perceber e interpretar a paisagem.

A partir de então, ganhou ênfase e consistência o conceito de paisagem cultural, que adquire relevância como categoria científica. Essas transformações teóricas fizeram-se necessárias por causa das inúmeras mudanças mundiais, políticas e econômicas, que aconteceram no período e modificaram as relações sociais de compreender e interagir com o espaço. Desse modo, tornou o cotidiano mais complexo formado por significados, memórias, sujeitos, percepções, objetos e realidades que necessitam ser valorizados.

A subjetividade transforma-se em um aspecto relevante nos estudos geográficos, tanto que os estudos culturais voltaram-se para a investigação dos modos de vida, abarcando os aspectos imateriais da cultura e do lugar de vivência.

Diante disso, a Geografia Cultural, atualmente, tem um desafio de compreender como a sociedade diversificada organiza e modifica o espaço por meio de novos significados e novas vivências, visto que “cultura é o meio pelo qual as pessoas transformam o fenômeno cotidiano do mundo material num mundo de símbolos significativos, ao qual dão sentidos e atrelam valores”. (COSGROVE; JACKSON, 2007, p. 141).

Claval (2007, p. 163), em face dos seus estudos, assegura que “a cultura é herança e experiência”, assim sendo, ao conformar-se como uma herança social, a cultura define-se no cotidiano, por isso, McDowell (1966) argumenta que a Geografia Cultural deve analisar os objetos do cotidiano, representações naturais, estudos dos significados das paisagens e a construção social das identidades culturais. Nesta visão, a paisagem cultural não pode ser analisada somente através da sua materialidade, mas também pela sua imaterialidade, pois, segundo Santos (1997, p. 61), a paisagem “não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.”.

Ribeiro (2007, p. 24), que aborda discussões conceituais da paisagem cultural e do patrimônio, com base nos preceitos de English e Mayfield (1972), reafirma que a paisagem representa mais que o visível, ela é “[...] introjetada nos sistemas de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre atitudes e a percepção sobre o meio”. A estética da paisagem, dessa forma, é uma criação simbólica, em que as formas concretas representaram um conjunto de ações humanas. Sob este prisma, García (2003, p. 155) destaca que, no âmbito cultural, a paisagem é um composto amplo de elementos heterogêneos, vivos, naturais, antrópicos e dinâmicos, em que sua variabilidade identifica-se, de maneira diversa e circunstancial, dependendo da percepção humana.

Surge, com base nisso, um novo paradigma patrimonial, uma vez que a concepção de paisagem cultural inclui uma dimensão simbólica que, de acordo com Costa e Gastal (2010), age como suporte das ações humanas não sendo passiva, mas ativa, que depende da dinâmica cultural que envolve o lugar. A referida ampliação do conceito de paisagem cultural - assim como aprofundamentos e discussões em torno do conceito de cultura - fez com que ocorresse a adoção do termo geográfico, também em uma categoria de bem patrimonial, o que se deu, sobretudo, a partir das discussões realizadas no início da década 1990, pela

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Sob esta ótica, a própria paisagem cultural é considerada um bem, na medida em que representa e propicia, por meio de inter-relações entre aspectos naturais e culturais, que coexistem nela, uma interpretação integradora.

Essa visão inter-relacional é admitida, já que, conforme Santos (2009a), a sociedade e a natureza são indissociáveis, não podendo estudar-se um sem o outro, em que a paisagem é o produto concreto desta inter-relação. Sendo assim, a própria compreensão da paisagem identifica-se de maneira dinâmica, pois a relação entre o aparato físico do ambiente e o humano é intrínseca. Evidentemente, ao direcionar-se a atenção para a paisagem cultural, essa inter-relação continuará, pois os aspectos naturais servem de suporte para as ações culturais. Neste viés, pode-se afirmar, em conformidade com Pimenta e Pimenta (2010, p. 02), que:

A noção de paisagem cultural como elemento da política de proteção em escala internacional traz em si uma nova forma de apreensão do espaço a ser preservado, ou seja, a valorização do conteúdo histórico da relação homem e ambiente. O pressuposto de que o homem elabora a si mesmo no seu fazer histórico atribui a esta interação a possibilidade da construção de diversas vias combinadas de criação e apropriação do ambiente construído. O respeito à inter-relação humana e espacial passa a ser ponto de partida para a construção do convívio numa sociedade culturalmente diversificada.

Observa-se, então, que esse novo paradigma conceitual amplia a própria noção de patrimônio, uma vez que tira o foco do olhar sobre o bem material isolado e passa à concepção da paisagem cultural, que inclui, além das construções, a dimensão dos bens imateriais, naturais e a ação humana ali realizada, evidenciando a influência mútua entre eles. Portanto, a paisagem cultural, reflete e representa a identidade cultural e o patrimônio de um lugar, sendo um fragmento da memória.

Apesar desta reflexão teórica, no Brasil, a categoria de paisagem cultural foi criada oficialmente como unidade de preservação patrimonial; somente a partir de 2009, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico Nacional), pela portaria nº 127/2009, regulou a chancela a paisagem cultural como um instrumento para promover a preservação de porções singulares do território brasileiro que, metaforicamente, é uma espécie de selo de qualidade que reconhece o valor cultural de uma porção do

território. Como um bem cultural, a paisagem representa marcas e valores peculiares da sociedade e, dessa forma, elucida e demonstra o desenvolvimento da sociedade, ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes naturais e das sucessivas forças sociais, econômicas, históricas e culturais, externas e internas. Adotada tal concepção, o objetivo da utilização da paisagem cultural como ferramenta patrimonial é viabilizar uma melhor qualidade de vida à população que possui um vínculo sentimental e afetivo com a mesma. (BRASIL, 2009).

A chancela da paisagem cultural implica o estabelecimento de um termo de compromisso ou de cooperação envolvendo o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, visando à gestão compartilhada o aparato cultural/histórico do território nacional. Trata-se de uma maneira de estabelecer normas para uso da paisagem, tendo em vista a sua defesa e sua manutenção. O que se identifica diferentemente do processo de tombamento, que nutre a preservação somente do bem em si, pois a conservação da paisagem cultural tem o objetivo de envolver a comunidade que, de certa forma, faz parte desta paisagem. (BRASIL, 2009).

Sabe-se que ainda são necessárias discussões em torno da complexidade do conceito de paisagem cultural, assim como a respeito da sua certificação, por estar estritamente relacionada às representações culturais e, em decorrência, aberta a inúmeras interpretações. Essas interpretações identificam-se a partir da percepção de cada indivíduo, haja vista que duas pessoas não conseguem perceber e interpretar uma paisagem da mesma maneira, cada uma tem um nível de acuidade perceptiva para ela, que dependerá de aspectos da memória individual e coletiva. De acordo com Stewart e Strathern (2003), isso ocorre porque o conhecimento cultural é adquirido a partir do viver na paisagem, onde cada pessoa modula e percebe-a de acordo com a sua identidade e com o nível de acuidade perceptiva. Dessa forma, uma única paisagem desdobra-se em várias outras, dependendo do valor que lhe é dado.

Nogué (2007) ressalta, em seu trabalho, que a paisagem, sendo uma herança cultural, histórica e social, não é estática, é dinâmica e viva, está sempre em contínua transformação, modificando-se com o desenvolvimento da cultura. A paisagem “não é muda” (SANTOS, 2009b, p. 35); ela, por meio de seu aparato material e da sua imaterialidade, transmite a mensagem da sua configuração histórica e cultural. Metaforicamente, pode-se afirmar que a paisagem cultural é um

texto escrito – reescrito - e moldado pelas práticas sociais de maneira dinâmica, ao longo do tempo, admitindo, pois, inúmeras interpretações.

Neste viés, ela é “o resultado de uma acumulação de tempos” (SANTOS, 2009b, p. 54), sendo uma construção contínua da sociedade. Contemplada nesta ótica, admite-se que “[...] a sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado”. (SANTOS, 2009 b, p. 60). Então, considera-se que a paisagem cultural estampa a história passada, uma vez que possui fragmentos de memória e, ao mesmo tempo, faz parte do presente, sendo (re) produzida constantemente por processos culturais. Dessa forma, concorda-se com Luchiari (2001, p. 22), quando expõe que “a paisagem não se esgota: reproduz-se, renova-se, regenera-se, tal qual as sociedades”, uma vez que ela própria é uma construção temporal e espacial da sociedade, que serve de aporte cultural. Por isso, deve-se lutar pela sua preservação cultural, para que ela continue sendo uma referência histórica, ambiental e social.

Sob este prisma, Corrêa e Rosendahl (2007) afirmam que a paisagem cultural é multidimensional, apresenta uma dimensão morfológica, uma dimensão funcional, uma dimensão histórica/ espacial e uma dimensão trans-temporal, visto que une passado e presente de maneira dinâmica, servindo como uma fonte documental. Com o propósito de conceder luz a tal perspectiva, infere-se que as paisagens culturais (re) criam-se através de somas e subtrações de formas e funções ao longo do tempo, dependendo das necessidades e do momento histórico. Dessa maneira, interpretar, compreender e analisar a paisagem cultural é uma forma de evidenciar a história dos lugares, visto que ela possui elementos decodificadores da cultura que representam e definem o seu aspecto identitário e simbólico, apesar de nem sempre ter sido preservada.

Verifica-se, como consequência, que a antiga definição de paisagem cultural estava atrelada à materialidade cultural; atualmente, contudo, ela deve ser analisada de maneira inter-relacional - cultural/natural e material/imaterial, que demonstra a história cultural de um lugar. Neste sentido, a mediação entre as práticas sociais e as formas materiais é fundamental no que se refere à institucionalização das paisagens culturalmente construídas, sendo que a Geografia, como uma ciência que prima pela relação sociedade/espço, deve contribuir para uma nova análise patrimonial da paisagem cultural. (PAES, 2010).

Existem alguns geógrafos que discutem esse novo significado integrador, em especial Risso (2008) que estuda uma comunidade Indígena da Amazônia, realçando os valores e os significados que os índios atribuem à paisagem, transformando-a em paisagem cultural, tanto material quanto simbolicamente. A autora evidencia que o conceito de paisagem tem um potencial multidisciplinar que pode e deve ser vivenciado na prática, porque, apesar de toda a discussão teórica, tem-se muito caminho a trilhar para que a Geografia, como ciência, pratique a interdisciplinaridade entre o físico e o humano.

Nascimento e Scifoni (2010) analisam a paisagem como um conjunto de aspectos memoriais, os quais se articulam num contexto cultural dinâmico com a participação dos moradores, valorizando os saberes locais. O estudo dessas autoras focaliza a aplicação do conceito de paisagem cultural na região do Vale do Ribeira de Iguape, São Paulo, e tem como objetivo demonstrar que é possível correlacionar uma pesquisa científica aos anseios e aos conhecimentos locais.

Castriota, Sousa e Tolentino (2009) trabalharam sob a mesma perspectiva no município do Serro/MG, caracterizando e valorizando a paisagem cultural do local, em que ressaltam os saberes tradicionais agrícolas do município. Constituem-se, como decorrência, em exemplos de estudos que comprovam a viabilidade de relacionar as discussões teóricas sobre patrimônio e paisagem cultural com ações práticas de preservação dos saberes locais. Além destes trabalhos, em novembro de 2012, em Belo Horizonte, ocorreu o 2º Colóquio Ibero-Americano de Patrimônio, Paisagem Cultural e Projeto: perspectivas e desafios, evento que discutiu, de maneira interdisciplinar, o tema, proporcionou acesso a inúmeros trabalhos que estão sendo realizados que abrangem o tema de maneira aprofundada que possibilita entender o que está sendo feito no que tange primordial revigorar o instinto identitário da comunidade à preservação e definição do conceito de paisagem cultural, no país e no mundo.

Desse modo, a paisagem, na sua perspectiva patrimonial, é um excelente instrumento para o estudo da organização espacial de um lugar, através do patrimônio histórico e da memória cultural/local que se acham contidos nela.

Como exemplos de herança cultural, tem-se a ferrovia, os quartéis, bem como a Universidade Federal de Santa Maria que condicionaram a configuração de uma identidade cultural, tanto que ela está representada na paisagem citadina de Santa

Maria e que exprime uma característica marcante e representa a memória e o patrimônio ferroviário, militar e cultural que necessita ser estudado e valorizado. Tanto a ferrovia, como os quartéis e a Universidade, introduziram, na paisagem dos lugares, um novo contexto material, que produziu novas funções, novas práticas sociais, novos valores e novos objetos, que fizeram surgir novas emoções em relação à paisagem, isso porque

Experimentamos emociones específicas en distintos contextos geográficos y vivimos emocionalmente los paisajes porque éstos no son sólo materialidades tangibles, sino también construcciones sociales y culturales impregnadas de un denso contenido intangible a menudo solamente accesible a través del universo de las emociones. (NOGUÉ, 2011, p. 04).

Assim, a paisagem é responsável pela formação e consolidação das identidades. No presente caso, a paisagem citadina de Santa Maria pode ser compreendida através de materiais iconográficos que emanam memória, que são lembradas através das emoções e transmitem, através de seus traços, os indícios históricos.

1.2 ARQUIVOS HISTÓRICOS

1.2.1 Importância dos Arquivos Históricos

Explicando etimologicamente, o termo arquivo tem origem no latim *archivum*, que significa lugar onde se guardavam os documentos e do grego *arkeíon*, que conforme a Enciclopédia Mirador Internacional significa “*lugar onde se guardam os arquivos*”.

Surgiram nos últimos anos vários estudos, legislações internacionais sobre os arquivos, e cada um apresenta uma concepção de arquivo.

Segundo a Enciclopédia Mirador Internacional (1976, p. 827-828), todos esses estudos e legislações apontam para o seguinte:

constituem os arquivos os documentos produzidos, recebidos e acumulados no decurso das atividades de uma entidade pública ou privada, utilizados inicialmente como instrumento de trabalho, em função da atividade de que decorrem, e posteriormente conservados, de modo orgânico, como prova e evidência do passado, para fins de direito dessa entidade ou de terceiros, ou ainda para fins culturais e informativos.

Os primeiros arquivos surgiram por volta dos séculos IV e V a.C. com o aparecimento da escrita e evoluíram juntamente com as civilizações até os nossos dias. Os gregos tinham os seus arquivos instalados na sede da magistratura. Estes arquivos surgiram como guardiões dos registros do Estado e para prestar apoio administrativo ao governo quando devido à necessidade de se recorrer a documentos, a civilização grega passou a preocupar-se em guardar, junto à Corte de Justiça na Praça Pública de Atenas, leis, tratados, minutas de assembleia e documentos oficiais (CÔRTEZ, 1996). Já com os romanos iremos notar alguns ganhos na organização e gestão dos arquivos a ponto de alguns ainda serem válidos nos dias de hoje. Na Idade Média, porém, iremos assistir um abrandamento no desenvolvimento dos arquivos e o arquivo público era quase inexistente, existindo predominantemente os de carácter privado, contudo o arquivo retoma o seu desenvolvimento no renascimento. Nessa altura que foram edificados os emblemáticos arquivos estaduais de Genova, Florença e Parma. Foi a partir de então, que os intelectuais passaram a utilizar os arquivos como fonte histórica.

No iluminismo, em meados de 1789 que vai haver uma democratização do acesso aos arquivos em França que depois se expandiu para o resto do mundo. Tinha como principais objetivos assegurar, guardar e preservar tanto o patrimônio documental do passado como também, os novos documentos produzidos daquela época em diante. Cumpre ressaltar que na mesma época, os documentos dos Arquivos Nacionais (arquivos governamentais, administrativos, judiciais e eclesiásticos) passaram a ser considerados propriedade pública, com livre acesso e à disposição de qualquer cidadão que os solicitasse. O iluminismo ainda trouxe outros contributos no que diz respeito à organização e gestão dos arquivos que foi se aperfeiçoando ao longo do séc. XX com o surgimento de outras instituições

ligadas ao Arquivo, nomeadamente o Conselho Internacional dos Arquivos⁴ (CIA) e a UNESCO⁵.

Mesmo diante de toda essa preocupação com a documentação arquivística, somente a partir do século XIX o Arquivo, como instituição ganhou espaço. Tal evento ocorreu quando este passou a ser considerado como base de pesquisa histórica, levando os Estados a mantê-los acessíveis a todos os cidadãos. Ohira e Martinez (2001) destacam que após a Segunda Guerra Mundial, a inclusão do direito à informação na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, transforma o acesso aos arquivos em direito democrático de todos os cidadãos e não mais uma reivindicação da pesquisa científica ou histórica.

Nesse sentido, o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO).

Na Constituição Federativa do Brasil de 1988, no "Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos", dispositivos XIV e XXXIII do artigo 5º que trata do direito do cidadão à informação atendem a premissa da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em que se destaca:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XIV - e assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

⁴ O Conselho Internacional de Arquivos (CIA) é a organização profissional da comunidade de arquivos, dedicada a promover a conservação, desenvolvimento e utilização do patrimônio mundial dos arquivos.

⁵ Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

XXXIII - todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do estado.

A Lei nº. 8.159, de 08 de janeiro de 1991 dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados considerando-os em seu Art. 2º, como:

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Entretanto, faz-se necessário considerar outras definições para arquivo a exemplo do Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística, publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos e trazido por Jardim e Fonseca (1998, p. 369), onde arquivo é definido como: “O conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas ou seus suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, no desempenho de suas atividades”.

Com o processo de democratização dos arquivos, surgem os arquivos públicos que segundo a Lei do Arquivo nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991 em seu Art. 7º, são:

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e Municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

Diante disso, convém destacar o conceito de Patrimônio histórico cultural definido por Yamashita e Paletta (2006, p. 175) como sendo “o acervo de uma nação ou povo e não apenas como construções e pertences antigos”. Assim, a preservação do acervo documental de uma nação é tida com extrema relevância mais uma vez nas palavras de Yamashita e Paletta (2006, p. 175) quando as autoras afirmam que:

O Brasil de Quinhentos Anos é jovem e seu acervo bibliográfico é escasso. Grande parte da história do País se perdeu ora por estar registrada apenas no intelecto dos que já se foram ora por constar de documentos em precário estado de conservação.

Então, os arquivos tornam-se uma rica fonte de investigação para geógrafos, historiadores, sociólogos. Em suma, os arquivos representam extrema relevância para a construção e preservação da memória do patrimônio histórico e cultural de uma nação.

1.2.2 Os Arquivos como fontes de Investigação

Compreendemos que o apropriado conhecimento da história de um povo requer a busca de apoios em documentação (originais ou cópias credíveis) que nos habilite a formar um juízo seguro da evolução do seu processo histórico. Tendo em atenção a crucial importância dos arquivos como fonte de referência importante para os investigadores e o público em geral.

Se é fato que as tradições orais constituem matéria nobre sem a qual torna-se difícil reconstituir o passado histórico de um povo, não é menos verdade que o material existente nos arquivos é sem dúvida fundamental.

Para quem estuda História não é novidade dizer que ela não se inventa, e que ela faz-se a partir de documentos, ou seja, a partir de fontes históricas que são testemunhos da vida do homem nas mais diversas épocas. Marrou (1979, p. 61) destaca que “o *historiador não constrói a história, redescobre-a*”. Então, de fato, são as fontes escritas que fornecem ao historiador uma variedade de informações que lhe permitem autenticar a sua teoria e com ela empreender a História. Portanto, temos que a documentação é a base natural e indispensável para urdir cientificamente a trama da História. É, por conseguinte, fundamental que saibamos munir-nos dela de maneira à uma melhor compreensão do passado, que urge divulgação para as gerações vindouras.

Partindo do pressuposto de que o patrimônio arquivístico compõe um legado do homem ao longo do seu percurso histórico, há necessariamente, que reforçar o

parque das instituições que tem o objetivo de os conservarem e, sobretudo divulgá-los. Assim sendo, o Arquivo, deve ser entendido não como depósito empoeirado, de «coisas velhas», mas sim como lugar de memória destinado à salvaguarda de documentos que possui um caráter valorativo, é chamado a desempenhar um papel crucial, quer do ponto de vista da salvaguarda do patrimônio arquivístico, quer da promoção do desenvolvimento de pesquisas históricas.

Trazemos, pois, que a contribuição dos documentos depositados nos arquivos, para o relato histórico é inegável. A este respeito assevera Lefebvre (1977, p. 226) “não há notícias históricas sem documentação (...) pois se dos fatos históricos não foram registrados, documentados, gravados ou escritos, aqueles fatos perdem-se”.

No entanto, se faz conveniente assinalar que a função primordial dos arquivos na sua fase permanente não deve ser apenas de guardiões do patrimônio documental. Além desta, o arquivo tem outra função, não menos importante: a informação enquanto prova e/ou testemunho revelada como o sentido da sua própria existência. É muito importante que o arquivo coloque o seu espólio à disposição dos utentes, de forma a ser visto como um autêntico laboratório da história. Conforme Marques (1993, p. 13),

o binômio Arquivo/informação, reflete as relações de interdependência entre uma instituição e as suas funções culturais, bem como posiciona esta instituição no centro da sociedade em que vivemos, a qual é caracterizada por muitos como «sociedade de informação», na qual as instituições que se debruçam sobre o tratamento, conservação e difusão dessa matéria-prima tão abundante ocupam papel crucial no que respeita ao desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico.

Outro aspecto concernente assinalar é o seguinte: guardar documentos não é difícil, entretanto, guardar com critério e inteligência deverão ser o propósito nos arquivos. Significa que existem normas criteriosas de recolha, seleção e classificação que fazem com que o arquivo seja, de fato, um lugar de memória, esta entendida como elemento essencial do que se pode designar identidade e cuja busca é uma das atividades fundamentais de qualquer nação. Sem uma criteriosa divulgação de documentos que interessam ao conhecimento da vida dos povos, arrisca-se a cometer falhas, omissões e erros de interpretação dos eventos ocorridos em cada momento histórico.

A importância a respeito da operacionalidade dos arquivos em fornecer aos investigadores informações básicas para o exercício do fazer história, não pode de forma alguma ser ignorada. Com relação a esta operacionalidade, Pereira (1988, p. 7) nos esclarece ao afirmar que “a estruturação dos arquivos só tem sentido em função da investigação histórica”. Ainda a este respeito, Marques (1993, p. 17) articula que “o arquivo e mais especificamente o arquivista têm de ser forçosamente três coisas: técnico, investigador e animador cultural, não se limitando pois, ao papel de mero respigador de documentação”.

De modo que, a relação entre o processo de organização e descrição dos documentos pelos arquivistas e a ação interpretativa do historiador referente aos documentos, parece-nos uma constatação óbvia. Igualmente como a História tem a necessidade de dialogar com outras ciências, sobretudo com a linguística, economia, arqueologia, geografia; também precisa estar interligada, e de uma forma muito particular, com a arquivística, já que esta última tem como objeto a matéria-prima fundamental para o historiador: os documentos organicamente acumulados, ou seja, os arquivos. É uma interação que se mostra proveitosa às duas ciências, na medida em que fornece as bases necessárias para o correto processamento técnico da documentação e encurta caminhos entre o pesquisador e as suas fontes. (TESSITORE, 1996, p. 33).

Diante disso, compreende-se que o desenvolvimento das pesquisas históricas possui relação direta com a política arquivística. Da existência ou não de arquivos, da sua boa organização e acessibilidade ao público dependerá o progresso do conhecimento histórico.

1.2.3 Arquivos Históricos e documentos fotográficos

Os documentos fotográficos podem ser considerados como fonte histórica para pesquisa em várias áreas do conhecimento. Tem sido usado para o conhecimento visual do passado, como “resgate da memória visual do homem e do seu entorno sócio-cultural” (KOSSOY, 1989, p. 36). Todavia, a utilização da imagem fotográfica como fonte de investigação é um fenômeno recente, em decorrência da

ampliação do conceito de documento, contrariando os postulados da historiografia tradicional que considerava como fonte apenas o documento escrito.

A fotografia vem sendo utilizada, principalmente a partir da década de 80, “como recurso de documentação, de análise, como meio de recuperação, retenção e transmissão do conhecimento” (MOREIRA LEITE, 1993, p. 143), para pesquisas nas áreas de história, sociologia e antropologia. “Os historiadores da história social e da história das mentalidades são os que mais têm se debruçado sobre o estudo das imagens, enquanto os sociólogos e os antropólogos utilizam a técnica fotográfica como instrumento complementar da pesquisa” (MIGUEL, 1993, p. 124).

O uso da fotografia em investigações históricas é considerado por Moreira Leite (1993, p. 34) como “recurso catártico, em entrevistas ou na obtenção de histórias de vida”. Nas pesquisas históricas que utilizam a técnica de história de vida, ou seja, entrevistas e relatos de experiências vividas, as fotografias são usadas como uma maneira de estimular a memória e aprofundar os relatos. Como exemplo, pode ser citada a pesquisa histórica realizada recentemente, utilizando-se fotografias durante a realização de entrevistas, concluindo-se que “as fotos interferem na entrevista e nos relatos de maneira muito forte, talvez por orientar a memória mais para o que ficou documentado iconograficamente” (DEMARTINI, 1997, p. 26).

Com relação à utilização da fotografia Kossoy (2009, p. 55) destaca que:

A partir do conteúdo documental que encerram, as fotografias que retratam diferentes aspectos da vida passada de um país são importantes para os estudos históricos concernentes às mais diferentes áreas do conhecimento. Essas fontes fotográficas, submetidas a um prévio exame técnico-iconográfico e interpretativo, prestam-se definitivamente para a recuperação das informações.

Desta forma as fotografias que contenham um reconhecido valor documentário são importantes para os estudos específicos em diversas áreas como, por exemplo, arquitetura, antropologia, história social e outros ramos do saber, uma vez que representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural. Assim, a fotografia torna-se instrumento de pesquisa, prestando-se à descoberta, análise e interpretação da vida histórica. (KOSSOY, 2009).

Neste sentido, o acervo fotográfico presente nos Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, bem como na Casa de Memória Edmundo Cardoso, será uma contribuição valiosa para a pesquisa geohistórica da cidade.

O Arquivo Histórico de Santa Maria tem por finalidade disponibilizar aos cidadãos instrumentos para pesquisa, proporcionando acesso a informação, por meio de revistas, periódicos e documentos. O Arquivo Histórico Municipal conta a história de nossa cidade, através de documentos, recentes e antigos.

A preservação do patrimônio documental parte do recolhimento, preservação e organização dos dados produzidos pela administração pública municipal de Santa Maria, juntamente com a abordagem que a mídia faz destes fatos. Bem como as coleções de documentos de interesse para a história do Brasil e, especialmente, para a história local e regional.

Além de uma fonte de pesquisa e informação, o Arquivo Histórico contribui para a transparência administrativa da gestão pública, pois todo o seu acervo está à disposição para pesquisa.

O órgão está na sociedade como um sujeito ativo no relacionamento com a comunidade. Ele foi criado em 22 de dezembro de 1958, pela lei municipal nº 784 de 22 de dezembro de 1958, assinado pelo Prefeito Municipal Vidal Castilho Dania. O periódico mais antigo data de 1853, e é o jornal Mercantil de Porto Alegre.

SANTA MARIA E A GEOHISTÓRIA

2.1 SANTA MARIA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Santa Maria, assim como outras cidades do Rio Grande do Sul, passou por várias etapas e funções anteriores à sua emancipação: primeiramente foi um Acampamento, depois passou para Povoado, Curato, Distrito, Freguesia, Vila e, por fim, Cidade.

Na fase em que foi Acampamento, foram erguidos os ranchos para moradia, os depósitos de materiais, o escritório, o quartel e a Capela, onde, hoje, é o centro da cidade, mais propriamente dito a Rua do Acampamento. A partir da saída da 2ª Subdivisão Demarcadora de Limites, em 1801, Santa Maria passou a ser um povoado, que continuou a se desenvolver e receber pessoas vindas de São Paulo, Rio Pardo, Cachoeira, Taquari, Triunfo, Viamão. A partir de então, surgiram as primeiras ruas da cidade. (RECHIA, 1999).

Em 1819, Santa Maria passou a constituir o 4º Distrito da Vila Nova de São João da Cachoeira (atual Cachoeira do Sul). Ainda nessa época, Santa Maria foi se desenvolvendo e sua população aumentando. Em 1837, foi elevada à categoria de Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte e, só em dezembro de 1857, foi elevada à Vila, período em que aumentou o número de ruas e praças. O Município foi emancipado, do ponto de vista político e administrativo, em 1858. Durante os anos seguintes, a cidade continuou a se desenvolver, sendo sede de vários acontecimentos, tendo sido um dos mais relevantes a Inauguração da linha férrea de Cachoeira - Santa Maria, trecho que, mais tarde, ligou Porto Alegre. (RECHIA, 2006).

Localizada no centro do Rio Grande do Sul, representa a quinta maior cidade do estado em população, com 261031 habitantes (Censo IBGE, 2010). Distante 286 km da capital Porto Alegre, já possui uma história que ultrapassa seus 200 anos, relacionada com características históricas além de acampamento luso-militar, tribos indígenas, imigração de diversas etnias, foi ainda importante marco ferroviário e do desenvolvimento no setor de serviços (militar e educacional). Concomitante a todas

essas influências transformadoras da sociedade santa-mariense, a atividade comercial foi tradicional desde suas origens, proporcionada pela privilegiada localização geográfica, já manifestada em relato de viagem, em 1834 – “(...) favorecida por sua posição geográfica central, a população já se constituía em mercado para habitantes de uma vasta região do interior do Rio Grande do Sul” (ARSÈNE ISABELLE, MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997).

2.1.1 Panorama Geral Sócio Histórico de Santa Maria

Dois aspectos marcam o nascimento de Santa Maria: um militar e outro lendário. A origem da cidade de Santa Maria está assentada no fato histórico denominado Demarcação de Limites da América Latina, no qual as Partidas Portuguesa e Espanhola, aqui chegadas no final do século XVIII (entre 1757 e 1797). Tinham como missão demarcar os limites das terras da Coroa Portuguesa e os da Coroa Espanhola, realizando a devolução mútua de terras que haviam sido ilegalmente arrebatadas em litígios por seus familiares. Essas Partidas eram compostas por militares e eram acompanhados por seus familiares, trazendo também artífices e escravos. (RECHIA, 2006).

Devido a constantes conflitos entre os comissários das duas Partidas, impedindo a concretização do Tratado de Demarcação de Limites, foi, desfeita a Comissão Mista das duas coroas, e o Governador do continente do Rio Grande do Sul, Sebastião Xavier da Veiga, determinou ao Coronel Francisco José Roscio, comandante da 2ª Subdivisão da Partida Portuguesa, que deslocasse sua Partida das Missões em Santo Ângelo, e descendo a Serra de São Martinho até a primeira guarda avançada denominada Arroio dos Ferreiros, aí acampasse. E estabelecido o Acampamento da Comissão Demarcatória na sesmaria do tenente José Jerónimo de Almeida, que a cedeu ao Padre Ambrósio José de Freitas. (RECHIA, 2006).

Entre 1801 e 1803 outro acampamento, porém desta vez indígena, resulta em um aspecto lendário onde a origem de Santa Maria tem seu berço no drama de amor da índia Imembui, a Salva das águas, filha da tribo dos Minuanos, com o bandeirante português Rodrigues, prisioneiro de sua tribo, A paixão de Imembuí por Morotim, como ficou sendo chamado pelos indígenas, foi tão intensa, que a levou a

salvar-lhe a vida e tomar-se sua esposa. O primeiro santa-mariense teria sido seu Filho José, batizado mais tarde nas Missões. (RECHIA, 2006).

Conforme Rechia (2006), a região onde está assentada Santa Maria até fins do século XVIII, era habitada por índios que pertenciam a duas tribos: os Minuanos e os Tapes. Os Minuanos habitavam a zona da campanha, na Coxilha do Pau Fincado, mais tarde transferindo-se para uma das margens do Arroio Taimbé. Na margem oposta, os Tapes levantaram seus toldos. Além dessas tribos, também vieram Guaranis, oriundos das Missões Orientais (1800). Os costumes indígenas muito contribuíram para a nossa cultura. Ainda hoje, descendentes indígenas transitam em nossa população, e nos oferecem produtos de sua cultura e de seu artesanato, principalmente feitos com cipós e fibras de plantas. Possuem grande conhecimento quanto ao uso de ervas medicinais.

Todavia, formação histórica de Santa Maria foi assinalada pelo acampamento militar e seu crescimento deu-se paulatinamente em fases distintas: foi Acampamento, depois Povoado. Curato. Distrito (de Cachoeira do Sul), Freguesia, Vila e por fim Cidade (RECHIA, 2006). Considerando o surgimento dos primeiros ranchos dos militares, Santa Maria é bicentenária (226 anos, em 2013). Oficialmente, a cidade comemorou 155 anos de emancipação política (em 2013).

A emancipação política de Santa Maria ocorreu em 17 de maio de 1858, quando foi instalada a Primeira Câmara Municipal de Santa Maria da Boca do Monte, e foi presidida pelo vereador mais votado, Coronel José Alves Valença. Santa Maria encontrava-se ainda na categoria de vila, Somente foi elevada à categoria de cidade em 16 de abril de 1876. Pela Lei Provincial número 1013. (RECHIA, 2006).

Durante o período da monarquia, a Administração Municipal de Santa Maria foi desempenhada pelas Câmaras Municipais. O Vereador mais votado exercia o papel de vereador-Presidente. As Câmaras Municipais foram em número de nove. Com o advento da República, veio a reorganização do Estado e foram nomeados Intendentes para o governo municipal. Santa Maria teve 14 intendentes, sendo o primeiro Coronel Francisco de Abreu Vale Machado de 1892 até o ano de 1900 e o último a desempenhar o cargo foi Manoel Ribas designado para o período de 1928 a 1932. No entanto, Manoel Ribas exerceu o cargo até 3 de outubro de 1930, quando eclodiu a Revolução que depôs o governo do presidente Washington Luís e

dissolveu as intendências. Poucos dias depois, Manoel Ribas foi nomeado Prefeito Municipal, através do ato da Interventoria Federal do Estado (RECHIA, 2006). Estiveram ocupando o cargo de Chefe do Poder Executivo de Santa Maria 25 Prefeitos, incluindo o atual prefeito, Cezar Schirmer.

Atualmente o Poder Legislativo de Santa Maria, formado por 21 vereadores, constitui-se em um dos suportes do tripé governamental de Santa Maria. O prédio da Câmara Municipal de Santa Maria, denominado Centro Democrático Adelmo Simas Genro, está localizado à Rua Vale Machado, no Centro. A sala Coronel Valença é o auditório amplo onde se realizam as sessões ordinárias e solenidades. Possui espaço destinado a exposições artístico-culturais e tem como patronímico o artista Eduardo Trevisan.

O ano de 1885 marca a chegada dos trilhos para a Viação Férrea em Santa Maria. O penodo de 1885 até 1905 foi o que representou um desenvolvimento pujante, senão o maior da história de Santa Maria. Durante esses vinte anos, houve um aumento considerável na população, que era de 3.000 habitantes e foi para 15.000; o número de prédios cresceu de 400 para 1.500, em 1905. Novos hotéis foram abertos para receber o grande número de viajantes que transitavam rumo à serra e à fronteira. Houve um aumento das atividades econômicas, com a abertura de entrepostos comerciais e grandes depósitos de produtos agropecuários.

A partir de 1900, Santa Maria passou a comandar o tráfego de trens no Rio Grande do Sul. Era o ponto de cruzamento de todas as linhas férreas: Linha Porto Alegre-Uruguaiana; Linha Tronco Cacequi-Rio Grande; Linha Tronco Santa Maria-Marcelino Ramos, e sediava a Diretoria da Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Bresil, arrendatária da rede rio-grandense desde 1898, A Viação férrea exerceu enorme influência no desenvolvimento econômico, social e cultural de Santa Maria. Santa Maria como centro ferroviário do estado, movimentava trens de transporte de carga, com produtos da região, e trens de passageiros para todas as regiões do Rio Grande do Sul e para todo o país principalmente para o Rio de Janeiro e São Paulo.

O quadro da Gare da Viação Férrea, nos tempos áureos do transporte ferroviário, regurgitava em horas de chegada e de partida de trens de passageiros: viajantes, chegando ou partindo; amigos, parentes aguardando a chegada ou se despedindo: bagageiros levando cargas e pertences de passageiros; o movimento

dos maquinistas, foguistas, guarda-freios, revisteiros, chefes-de-trem, deixando a composição recém chegada ou preparando-se para a próxima viagem. A gare transbordava pessoas de todas as idades, principalmente jovens. Era ponto cativo para encontros e muitos namoros e romances aconteciam. A chegada dos trens era uma festa. O som de um alto-falante enchia o ar com informações aos viajantes, com música e propagandas comerciais.

Após a desativação da Viação Férrea, a Gare ficou abandonada por um longo período, sofrendo a ação do tempo e dos vândalos. Hoje, ela está recuperada, graças ao empenho da Prefeitura Municipal, através da Secretaria da Cultura: é Centro de atividades culturais, onde acontecem Oficinas de arte e eventos artísticos e sociais.

Santa Maria possui a 2ª Guarnição Militar do País, sendo que a primeira está sediada no Rio de Janeiro. Como já citado anteriormente, a cidade tem sua origem ligada à atuação dos militares, aqui instalados para o cumprimento da missão demarcatória de limites. Forte tradição militar.

Membros dos batalhões que compunham os regimentos da Guarda Nacional estiveram combatendo Oribe e Rosas no Uruguai e, ocupando altos postos. Santamarienses também comandaram tropas brasileiras na Guerra do Paraguai e se destacaram no Decênio Heroico da Revolução Farroupilha.

A atuação dos militares está vinculada à segurança, não só no que tange à defesa da pátria, frente a um inimigo estrangeiro, ou aliando-se a outras corporações. Em Santa Maria esta sediada a 3ª Divisão de Exército - Divisão Encouraçada, que é herdeira da 3ª Divisão de Infantaria do heroico General Antonio de Sampaio. Congrega Unidades de Santa Maria, Santiago, Alegrete, Rosário do Sul, Cruz Alta e Santa Cruz do Sul. A 6ª Brigada de Infantaria Blindada é uma grande unidade integrada pelos Corpos Militares de Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Rosário do Sul, com abrangência em 21 municípios.

As Unidades do Exército em Santa Maria são: Regimento Mallet - 3º G A C Ap - antigo 5º RAM; 1º Regimento de Carros de Combate - 1º RCC; 4º Batalhão Logístico - 4º BLOG; 29º Batalhão de Infantaria Blindado — 29º BIB; 3ª Companhia de Comunicações — 3ª CIA COM; Parque Regional de Manutenção - PQM/3; 13ª CIA de Depósito de Armamento e Munições — 13ª CIA DAM; Hospital da Guarnição de Santa Maria - HGuSM; Depósito de Subsistência de Santa Maria - DSSM .

Em Santa Maria está sediado ainda o Comando Regional de Polícia Ostensiva Central — CRPOC — cuja área abrange 34 municípios que se localizam numa faixa central do Estado, correspondendo à Depressão Central. As Unidades da Brigada Militar em Santa Maria são: 1º Regimento de Polícia Montada— Regimento Coronel Pilar; 3ª Companhia de Polícia Rodoviária; 4º Grupamento de Incêndios (4º GI) —Corpo de Bombeiros— Escola de Habilitação e Especialização de Praças — EsHEP; Hospital da Brigada Militar de Santa Maria “Izidro Gai” — HBMSM.

Existe também o núcleo da Base Aérea de Santa Maria que foi criado e ativado em 23 de dezembro de 1970. Unidades em Santa Maria: 5º Esquadrão do Grupo de Aviação — 5º/8 B.Av — realiza missões de ligação, observação, busca e salvamento e Operações aéreas especiais; 1º Esquadrão do 10º Grupo de Aviação 1, — 1º/10º G.Av — é uma unidade de reconhecimento tático da Força Aérea Brasileira; 3º Grupo de Aviação — 3º/10º G.Av — adentra-se nas missões das tarefas operacionais de apoio aéreo aproximado, interdição e superioridade aérea; 4º Grupo de Comunicação e Controle - 4º/1º GCC (opera equipamentos aeronáuticos).

No campo da cultura Santa Maria ostenta o título de Cidade Cultura, e o mérito advém da gama respeitável de manifestações culturais, representadas pela criação artística (artes plásticas, artesanato); produção literária (em poesia e prosa), composição musical, interpretação vocal e instrumental (popular, regionalista, clássica); bandas musicais, bandas marciais, bandas de rock); grupos de teatro; corais; grupos e escolas de dança (balé, gaúcha, italiana, alemã, dança moderna e de rua); associações culturais; espaços culturais (Casa de Cultura, museus, bibliotecas (pública e de estabelecimentos particulares), Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Um elenco de poetas, escritores, pintores, desenhistas, cartunistas, escultores, compositores musicais e intérpretes da palavra (poesia e teatro) e da música, dançarinos integram o universo da cultura desta cidade.

Nas Artes plásticas a Associação dos artistas plásticos de Santa Maria. Ab-Galeria de Arte, inaugurada em 19.10.1979, no centro da cidade, mantém exposição permanente de obras, em diversas técnicas, de artistas nacionais e locais.

Nas Letras Santa Maria possui a novel Academia Santa-Mariense de Letras que se originou da Associação Santa-Mariense de Letras (entidade que havia completado 20 anos de existência em 2006), tem como objetivo o culto às letras e à Língua Portuguesa; congrega pessoas ligadas ao mundo literário e/ou cultural, preservando a memória, a biografia e a obra de escritores rio-grandenses, especialmente santa-marienses. A cidade abriga também a Casa do poeta de Santa Maria (CAPOSM). Uma das atividades de maior relevância cultural é a Feira do Livro que realizou em 2013, a sua 40ª edição, tendo como Patrono, o escritor e jornalista José Bicca Larré e Patronesse da Feira Infantil, Selma Feltrin.

No Teatro existem vários grupos: TUI (Teatro Universitário Independente); Companhia Retalhos de Teatro; Grupo Presença, que recentemente perdeu seu grande líder, diretor e criador: Pedro Freire Júnior; Teatro Experimental Universitário, Escola Aberta de Teatro, Grupo sem máscara; Grupo Expressão, entre outros.

Santa Maria conta com espaços culturais como Teatro Treze de Maio; Casa da Cultura, Gare da Viação Férrea; Museu Treze de Maio; Biblioteca Pública Municipal Henrique Bastide; Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria; Bibliotecas particulares: Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) e Faculdade Palotina (FAPAS). Museu Vicente Pallotti, Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Uma das características da cidade de Santa Maria é sua identidade com a educação. Possui uma rede de ensino, coordenada pela 8ª Coordenadoria Regional de Educação, abrangendo escolas estaduais (39) e particulares (40), nos níveis: educacional infantil, fundamental, médio, especiais, profissionais. Possui também uma Rede Municipal de Educação, cuja coordenação é da Secretaria de Município da Educação com 119 escolas (zona urbana e zona rural). A primeira escola pública criada em Santa Maria data de 23 de agosto de 1838, no período do Governo Republicano de Piratini, durante a Revolução Farroupilha.

No ensino superior, Santa Maria conta com oito estabelecimentos: Universidade Federal de Santa Maria — UFSM; Centro Universitário Franciscano — UNIFRA; Universidade Luterana do Brasil — ULBRA; Faculdade de Direito de Santa Maria — FADISMA; Faculdade Palotina — FAPAS; Grupo Educacional UNINTER (estudo à distância) e Faculdade Integrada de Santa Maria – FISMA.

Na economia desde sua fundação, o município de Santa Maria teve a marca do desenvolvimento, através da agricultura e da criação de gado. Hoje, a agricultura e a pecuária constituem produção parcimoniosa, de consumo praticamente doméstico, destacando-se a produção de arroz e de soja. O setor industrial é bastante modesto. O forte da economia repousa no comércio que agiliza o movimento financeiro da cidade, servindo também, a clientela dos municípios vizinhos.

No que se refere a comunicação, Santa Maria conta com as Rádios Universidade, Guarathan, Medianeira (AM e FM), Santamariense, Imembuí, Rádio Nativa FM, Antena 1, Pampa, Aleluia, Atlântida, Itapema. As emissoras de TV locais são a TV Pampa, RBS TV. Os Jornais de circulação do município são A Razão, Diário de Santa Maria, A Cidade.

Constituem a população santa-mariense diferentes grupos étnicos. Aos índios, Filhos da terra e os africanos, vindos na condição de escravos, juntaram-se os portugueses e espanhóis, aqui chegados, integrantes das Partidas demarcatórias no século XVIII. Posteriormente, chegaram alemães, poloneses, italianos, árabes, o que com toda certeza contribui para a evolução das obras arquitetônicas da cidade.

2.1.2 Construção da Paisagem Urbana Santa-mariense - Século XVIII aos dias atuais

A materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural condições de trabalho entre outros, são elementos indiscutivelmente presentes nas paisagens.

O estilo arquitetônico também possui significação histórica e cultural nas paisagens e seus exemplares mais expressivos, preciosos e representativos resulta de uma elaboração mental que está imbuída de fundamentação teórica, filosófica, política e acontece num determinado tempo e lugar (FOLETTTO, 2008). O edifício, com sua presença física impositiva na cidade, proporciona uma relação direta da época e se torna um referencial na memória coletiva. Dessa forma, um breve panorama será traçado evidenciando a formação da paisagem urbana central de Santa Maria, focando cinco períodos significativos na história da cidade.

2.1.3 Origem da cidade e a influência lusitana - Século XVIII e Século XIX

Como citado anteriormente o marco inicial do povoado de Santa Maria remonta ao ano de 1797, com o acampamento da 2ª Subdivisão Demarcadora de Limites, criada pelo governo português em função da assinatura do tratado de Santo Idelfonso por Portugal e Espanha (BELÉM, 1989). O lugar escolhido pela equipe demarcadora caracterizava-se por um ponto alto, estratégico e divisor de águas, referente à atual Praça central Saldanha Marinho, na época denominada Praça da Igreja, devido à presença da indispensável capela junto ao acampamento. Em 1801, após a partida da Subdivisão Demarcadora de Limites, o sítio deixa de ser um acampamento e passa a ser um povoado propriamente dito, rasgando naturalmente estradas, que consolidariam o futuro traçado urbano, com a primitiva Rua do Acampamento, que perpetua até hoje a lembrança daqueles, que de certa forma, foram fundadores de Santa Maria.

O segundo marco de ocupação territorial ocorre entre 1801 e 1803, com o estabelecimento de outro acampamento, desta vez indígena Guarany, nas proximidades do núcleo inicial, que com o tempo, foi incorporado ao povoado, com o caldeamento do sangue índio e português na formação do tipo rio-grandense, claramente observado na região de estudo (BELÉM, 1989). Nessa época, a paisagem urbana de Santa Maria é descrita pelo pesquisador francês Auguste de Saint-Hilaire, em viagem ao Rio Grande do Sul, entre 1820 e 1821:

Esta aldeia, geralmente chamada Capela de Santa Maria, situa-se em posição bucólica, a meio quarto de légua da Serra. É construída sobre colina muita irregular. De um lado avista-se uma alegre planície (...) do outro a vista é limitada por montanhas (...) a aldeia compõem-se atualmente de cerca de 30 casas, que formam um par de ruas, onde existem várias lojas muito bem montadas. A capela, muito pequena, fica numa praça, ainda em projeto. (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997).

Infelizmente, não existem referências que indiquem o estilo das casas da pequena e próspera localidade, porém, provavelmente seguia a tendência da arquitetura de influência luso-brasileira do restante do Estado, já que era numerosa a presença de portugueses e descendentes no Curato de Santa Maria (FOLETTTO,

2008). Nos seguintes anos, por volta de 1830, a localidade incrementa sua população com a vinda de imigrantes alemães, e 1877, com a chegada dos italianos. A cidade incorpora influências culturais desses novos habitantes, e se desenvolve em termos urbanos, mantendo o dito ar bucólico já aliado a ares de progresso.

2.1.4 Cidade Ferroviária e o Ecletismo – final século XIX e início século XX

A implantação do transporte ferroviário, com a inauguração da linha Santa Maria-Uruguaiana em 1885, foi motivadora de grande desenvolvimento e progresso para a cidade, já que se consolidou como ponto de cruzamento de todas as linhas férreas, devido a sua posição geográfica central. Segundo FOLETTO (2008), a Rua do Acampamento, nessa época, já era uma via importante para a localidade e se encontrava urbanizada em toda sua extensão, conforme traçado da Comissão Demarcadora, com um pequeno alargamento nas proximidades da Praça Saldanha Marinho, mantido até os dias atuais. Durante esse período as casas mais antigas, de aspecto colonial simples foram substituídas por novas construções, a maioria, de uso misto (residencial-comercial), com características mais imponentes.

A Avenida Rio Branco, foco do desenvolvimento nessa época, representava a conexão entre a recente Gare da Estação Férrea e o centro da cidade, especificamente, com a Praça Saldanha Marinho:

“A cidade de Santa Maria (...) oferece aspecto agradabilíssimo nas suas amplas ruas, nas suas grandes praças, nos seus belos edifícios, dando uma impressão até mesmo majestosa a grande Avenida Rio Branco, que mede 44 metros de largura e é graciosamente arborizada e luxuosamente iluminada por luminárias elétricas” (ALFREDO CUSANO in MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997).

Era a rua mais elegante da cidade e nela encontravam-se as edificações mais imponentes, os hotéis, a Igreja Matriz, as residências das famílias mais abastadas e o comércio florescente (FOLETTO, 2008). A paisagem urbana era composta por edifícios que apresentavam elementos decorativos de cunho eclético, demonstrando o requinte e refinamento das construções, que indica o engajamento dos proprietários mais abastados à modernidade e ao progresso.

2.1.5 Século XX, década de 30 a 60 /cidade comercial e o Art Decó

Na década de 30, Santa Maria se destacava como centro comercial moderno. Para adequar a cidade a essa nova realidade, foi necessária uma remodelação urbana, bem como investimento do poder público nos serviços básicos devido à população crescente. Era notável o movimento de renovação e remodelação da paisagem urbana. João Belém, em 1933, relata: “as casas antigas vão desaparecendo pouco a pouco, dando lugar a excelentes prédios de edificação moderna” (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997). Segundo FOLETTO (2008), a Rua do Acampamento continuava mostrando sua importância comercial e contava com inúmeros estabelecimentos, ainda apresentando casarões baixos, porém demonstrava que a cidade estava mudando, já surgiam prédios de dois andares.

Iniciavam-se as construções Art Decó, com ornamentos em formas geométricas simples e uso da linha reta, que direcionava a uma nova estética, em sintonia com as novas tendências arquitetônicas dos grandes centros e com um desenvolvimento artesanal e tecnológico que permitia a construção sob novos processos, agora com o uso do concreto, superando as alturas anteriores.

2.1.6 Século XX, década de 60 a 80/cidade de serviço e o Modernismo Funcionalista

Nos anos 60, a cidade recebeu um importante equipamento de ensino superior a Universidade Federal de Santa Maria, que devido a sua implantação distante da área central, dinamiza a tendência de expansão leste/oeste, reforçando a idéia de cidade linear já condicionada pelo desenho da ferrovia, que acompanha os morros a norte.

A cidade, como um todo, refletiu o crescimento gerado por intermédio da educação. Conforme FOLETTO (2008), a atividade estudantil passa a ter importância na cidade, porém a sua tradição militar não diminuiu, considerando-se que, nos anos setenta, possuía o segundo maior contingente militar do país. Já a tradição ferroviária começou a declinar a partir da metade dos anos sessenta, quando ganha mais ênfase o transporte rodoviário de mercadorias e de pessoas.

Nesse período em Santa Maria começava a prevalecer, acompanhando a tendência de todo o país, a arquitetura moderna funcionalista com grandes obras comerciais e residenciais, caracterizada pela repetição de plantas, por grandes planos e linhas retas. Nessa época, a Rua do Acampamento era asfaltada e bastante movimentada, com circulação de veículos e pedestres, e à sua volta localizavam-se inúmeros estabelecimentos comerciais. Da mesma forma, a Avenida Rio Branco era uma via comercial, asfaltada onde os carros estacionavam em ambos os lados. Os prédios construídos décadas antes estavam presentes na paisagem, porém já eram superados por outros que se salientavam pela altura superior. (FOLETTTO, 2008).

2.1.7 Fim do Século XX e início do Século XXI/cidade Universitária e o Contemporâneo

Os anos 90 trouxeram algumas intervenções na área central da cidade: a construção do túnel Evandro Behr, junto à Praça Saldanha Marinho e ao largo da Rua do Acampamento, mantendo em nível um espaço público composto pela Praça e o Calçadão; e a inauguração do camelódromo nos canteiros centrais da Avenida Rio Branco, desvalorizando o espaço público significativo e simbólico da cidade.

Segundo FOLETTTO (2008), a Avenida Rio Branco perde sua importância. Com a decadência da ferrovia, a partir dos anos setenta, a cidade começou a se desenvolver em outras direções, o que ocasionou o fechamento de diversos estabelecimentos que davam vida ao espaço. A Rua do Acampamento tornou-se um centro comercial em toda a sua extensão e manteve-se como uma importante via de tráfego, mesmo não comportando tal uso. Os inúmeros prédios ali edificadas, na primeira metade do século, sofreram sérias modificações, principalmente em função das atividades comerciais e apresentam uma poluição visual preocupante, que oculta às fachadas das edificações.

As inserções contemporâneas realizadas nesse espaço seguem uma lógica de contraste com as preexistências, não dialogando de forma harmônica com a paisagem cultural sobrevivente, refletindo a especulação imobiliária que guia a implantação dos estabelecimentos comerciais, pois o núcleo econômico permanece

centralizado nessa área histórica, embora a cidade tenha se expandido para outras direções.

A partir do século XXI, foram tomadas algumas iniciativas pelo Poder Público e pela comunidade, em prol da revitalização do centro histórico da cidade, como restauração de algumas edificações e construção de um túnel na Avenida Rio Branco, próximo a Gare da Estação Férrea, ligando diretamente o centro com a zona norte da cidade, dinamizando o fluxo da atual via e a movimentação no espaço, a fim de promover sua valorização. Recentemente outros projetos estão em desenvolvimento, relativos ao resgate do espaço público dos canteiros centrais da Avenida, com a retirada do comércio informal do local, e revitalização do mesmo em nível de desenho urbano.

Após o reconhecimento de certas características urbanas e arquitetônicas da cidade, resultado de produções culturais de diferentes períodos, evidencia-se que Santa Maria apresenta um cenário histórico central, digno de ter sua ambiência preservada e respeitada.

Infelizmente, como em outras tantas cidades, a atual região central foi vítima do descaso e abandono, necessitando de novos investimentos e reconhecimento. Em termos arquitetônicos, essa região ainda apresenta edificações importantes de diferentes épocas, em diversos estados de conservação: remanescentes da arquitetura eclética localizam-se nesse eixo viário, principalmente nas proximidades da Praça Saldanha Marinho; bem como exemplares da arquitetura Art Decó bastante comuns na cidade em geral, além de alguns exemplares da arquitetura moderna que também são identificados.

No entanto, sem incentivos públicos e no clima econômico em que vivemos, vários proprietários desses imóveis degradados não tem vontade nem capacidade financeira de investir nessa recuperação, condenando essas áreas a estagnação, sem atrativos. Assim, sem olhares conscientes, o espaço se torna cada vez mais vulnerável e passa a ser vítima de demolições, poluição visual, arquiteturas contemporâneas descontextualizadas, especulação imobiliária, enfim, uma desvalorização contínua da paisagem urbana tão repleta de significados.

2.2 GEOGRAFIA HISTÓRICA

Realizando a simples atividade de caminhar pela cidade, deparamo-nos com uma paisagem rica em símbolos e significados. Milton Santos nos recorda que a paisagem é a soma de tempos desiguais. Sendo assim, em relação à interpretação das paisagens, a geografia não pode ignorar a importância da análise multidimensional das escalas temporal e espacial.

Hoje em dia, vivemos um momento de mudança onde a instantaneidade das informações permite a homogeneização dos lugares. Neste sentido, visando a sua sobrevivência, a sociedade busca singularidades que possam identificar os lugares, e o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade, materializado na paisagem (ABREU, 1998).

A compreensão de fenômenos econômicos, técnico e ambiental depende do conhecimento da evolução histórica do mesmo. Tal análise possibilita a identificação da lógica de seu desenvolvimento, o seu comportamento através do tempo e as perspectivas para o futuro. Trata-se, portanto da aplicação de um método histórico, que segundo MARCONI e LAKATOS (1991), consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.

Esta investigação histórica buscou compreender em que condições houve a origem e desenvolvimento, além da formação dos Bairros de Santa Maria, alterando assim, a paisagem citadina, a fim de se dispor de todas as informações possíveis que possam delimitar ações intervenientes no presente e no futuro.

Neste sentido, MARCONI e LAKATOS (1991, p. 105) destacam que:

colocando-se os fenômenos, como, por exemplo, as instituições, no ambiente social em que nasceram, entre as suas condições "concomitantes", torna-se mais fácil a sua análise e compreensão, no que diz respeito à gênese e ao desenvolvimento, assim como às sucessivas alterações, permitindo a comparação de sociedades diferentes: o método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos.

Neste contexto, a Geografia histórica possibilita o entendimento do entrelaçamento dos fenômenos. Geografia histórica é o termo com o qual se define o conjunto de estudos voltados para a reconstrução de paisagens geográficas de eras anteriores. Esta área de estudos abarca a reconstrução de fenômenos e processos centrais para a compreensão geográfica das atividades humanas levando em cômputo a ocupação civilizatória, o respectivo ambiente por esta construído, aplicação dos recursos naturais locais, tudo isto medido pela gama de conhecimentos geográficos aplicados ao estudo.

De acordo com o pensamento de Milton Santos, a Geografia histórica deve se dedicar ao processo histórico de modernização dos lugares provocados pela difusão dos objetos modernizadores, isto é, dos objetos técnicos.

A Geografia Histórica primeiramente era tida como um estudo irrelevante para alguns geógrafos e sem matéria definida para outros, entretanto, tal ramo da Ciência Geográfica ganhou importância por meio de uma corrente humanista composta por geógrafos como Yi Fu Tuan, Anne Buttimer e David Lowenthal, que em seus estudos insistiam em manter conceitos considerados como pertencentes à área da História, “fundando” de certa maneira a área da Geografia Histórica.

A difícil aceitação da Geografia Histórica, no entanto, explica-se em boa parte pelo vasto conhecimento “emprestado” de outras ciências, como por exemplo, economia, cultura, sociologia, ecologia e outras, acessórias, contudo, ferramentas fundamentais na concepção do raciocínio histórico geográfico como hoje se reconhece. Assim, o processo de criação de paisagens em determinada área vem acompanhado da manifestação material de um período histórico em particular, que por sua vez terá que ser moldado a um determinado macro contexto, ou seja, uma realidade global dinâmica.

Deste modo, a Geografia Histórica faria a “ponte” entre os estudos geográficos de um determinado espaço nas suas atuais condições, dando um entendimento melhor do processo que gerou como resultado o modo como se apresenta atualmente determinada paisagem.

A abordagem cultural da Geografia Histórica desenvolvida nos Estados Unidos é a responsável por tal conclusão, sendo que do aspecto de

cultura estudado por estes precursores foi desenvolvido o outro pilar considerado como importante a este estudo, ou seja, o conceito de paisagem.

A Geografia Histórica fornece subsídios técnicos e conceituais relacionados às áreas da pesquisa de documentos históricos, com relevância especial ao material de arquivos e coleções de mapas; registros territoriais, e demais assuntos relacionados a limites; nomes de regiões e localidades; dados estatísticos e verificação de fontes literárias.

A Geografia Histórica estuda uma ampla variedade de tópicos e questões. Um tema comum é o estudo das geografias do passado e como um local ou região muda através do tempo. Muitos geógrafos históricos estudam os padrões geográficos através do tempo, incluindo como as pessoas interagiram com seu ambiente, e criaram sua paisagem cultural.

A Geografia Histórica busca determinar como características culturais das várias sociedades ao redor do planeta emergiram e evoluíram, entendendo sua relação com seus ambientes locais e arredores. Além disso, este ramo da Geografia é responsável pela sistematização da tradição geográfica, ou seja, acompanha a evolução ocorrida com o seu objeto de estudo, tanto no aspecto humano como geológico, econômico ou paisagístico, por exemplo.

Diante do que foi exposto, o uso da Geografia Histórica pode contribuir para o melhor entendimento das formas atuais da paisagem de um modo geral, e de suas partes, analisadas na escala do bairro.

2.2.1 A Geografia Histórica e a Dimensão Temporal do Espaço

Em meio aos vários campos da ciência geográfica, a geografia histórica tem como proposta explicar geografias passadas, sendo um dos mais polêmicos. Com relação a isso, Ritter (1833, apud MAGNOLI, 1999) afirma que “a ciência geográfica não pode desprezar o elemento histórico, se pretende ser verdadeiramente um estudo do território e não uma obra abstrata, uma moldura através da qual se veja o espaço vazio...”.

Apesar da histórica negligência por parte dos geógrafos, Santos (1992), Harvey (1996), Abreu (1998) e Magnoli (1999) manifestam a importância da dimensão temporal nos estudos da organização espacial. Assim, podemos constatar

que o novo está condicionado pelo anterior. Neste sentido, Santos (1992, p. 21-22) assevera que:

Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros da mesma classe, porém mais modernos; outros elementos resistem à modernização; em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem. Alguns elementos podem desaparecer completamente sem sucessor e elementos novos podem se estabelecer.

Para se analisar o espaço geográfico ou espaço concreto, Santos (1992, p. 49) assegura o conceito de estrutura espaço-temporal em que “a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos aos espaços pela sociedade”.

Diante da análise do espaço geográfico Moreira (1981, p. 90) também participa desta discussão enfatizando que:

Produto histórico, o espaço confunde-se com o tempo. O espaço é o tempo histórico. Não o tempo-data. A noção kantiana de tempo como lugar da história e de espaço como lugar da geografia, promovendo a separação entre tempo e espaço e entre história e geografia, só fez dar origem àquilo que Michel Foucault chamou de “espaço congelado”. O tempo histórico não é o tempo de relógio (tempo-data, tempo-sideral) e o espaço geográfico não é o espaço das coordenadas geográficas. Embora a história embuta-se no calendário e o espaço geográfico embuta-se na rede de coordenadas (latitude e longitude), tempo e espaço são coordenadas da história. São as propriedades dessa matéria chamada conteúdo histórico.

Para Lowenthal (1995) o passado é “um país estrangeiro”, de difícil entendimento, posto que os vestígios do passado coexistem com o presente, desafiando a nossa compreensão de um passado tangível, porém remoto.

Diante desses vestígios do passado, Santos (1999, p. 263) enfatiza que “o passado é um outro lugar, ou, ainda melhor, num outro lugar. No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação”.

Abreu (1997, p. 198) destaca que o território atual ainda é influenciado por normas institucionais do passado “sem entendê-las, não seremos capazes de compreender bem os espaços atuais e nem poderemos intervir eficazmente sobre eles, seja para melhorá-los, seja para modificá-los”.

Embora a dimensão temporal possua extrema importância, esta categoria é pouco desenvolvida e inserida na dimensão espacial. Por conseguinte, a geografia

histórica é ainda um grande mistério para os geógrafos. Phillo (1996) destaca que o mistério da geografia histórica começa na própria definição do seu objeto de pesquisa. Diversamente de outras subdisciplinas da geografia (econômica, social, urbana, agrícola), a geografia histórica não possui um objeto claramente definido.

Segundo o autor, não está em discussão a importância da relação temporal nas investigações geográficas, pois “a geografia do mundo está estreitamente ligada com o que acontece em sua história” (PHILLO, 1996, p. 270), mas sim em estabelecer os limites teórico-metodológicos entre a geografia e a história.

Diante disso, Santos (1996, p. 42) menciona Élisée Reclus para realçar que não existe geografia sem história: “Geografia é a História no espaço e a História é a Geografia no tempo”.

Hassinger (1952) destaca que a relação entre a História e a Geografia não é apenas superficial. Ao se analisar os fatores geográficos no processo histórico, pode-se verificar que permanece uma estreita relação muito antiga existente entre essas duas ciências.

La Geografía no se limita, frente a la Historia, a un papel de servidora, a actuar de telón de fondo y a funciones accesorias, sino que interviene con carácter estructural, en los dramas que se representan en el humano escenario”. (HASSINGER, 1952, p. 15).

Mascarenhas (2001) ressalta que a Geografia e História nasceram juntas. Com o divórcio ocorrido no final do século XIX, construíram-se limites disciplinares rígidos. Phillo (1996) lembra que os geógrafos não se sentem à vontade para tratar de fenômenos destituídos de uma materialidade no espaço, e isso fez com que muitos pesquisadores concentrassem suas investigações em torno de objetos materiais que geram um impacto na organização espacial atual, se distanciando assim, dos fenômenos imateriais do lugar.

Assim sendo, analisar o imaterial deixaria a geografia em segundo plano, ou seja, “por trás” da história, o que resultaria numa investigação ligada à história geográfica. Phillo (1996) concorda com essa ideia, uma vez que grande parte dos estudos ligados à geografia histórica deixou de respeitar os limites da ciência geográfica, seguindo o caminho de uma história geográfica.

Phillo (1996) comenta que para Hartshorne, por exemplo, a dimensão temporal ficaria “atrás”, ou seja, em segundo plano nos estudos espaciais. Então

como unir tempo e espaço mediante a relativização de um ou de outro, na medida em que espaço e tempo são a mesma coisa?

Santos (1996) nos adverte que a questão do tempo nos estudos geográficos não é mais um tabu, mas possui ainda uma frouxidão conceitual, pois em cada lugar o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. Assim, se torna necessário *empericizar* o tempo.

Segundo (SANTOS, 1996) *empericizar*⁶ o tempo significa torná-lo material. O tempo se materializa no espaço através das diversas formas construídas em cada época. A paisagem é resultado da soma de tempos desiguais, pois as mudanças estruturais não podem recriar todas as formas (SANTOS, 1992). Deste modo, somos obrigados a usar as formas do passado: “nos conjuntos que o presente nos oferece, a configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado”. (SANTOS, 1997, p. 69).

Carlos (2001, p. 57) destaca que analisar a dimensão temporal é essencial para compreender a paisagem da cidade:

Ela é essencialmente algo não definido; pois não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história.

Para Smolka (1983) a contribuição da geografia histórica tem sido tímida e limitada no debate sobre a estruturação das cidades brasileiras, uma vez que para ele, a reconstituição histórica do espaço urbano fornecerá subsídios importantes para o entendimento da organização interna da cidade.

A paisagem citadina sendo um espaço historicamente construído cria e organiza novas formas e funções, assim como a cristalização de formas antigas, assumindo ou não novas funções. As rugosidades, isto é, as formas pretéritas inseridas em uma nova totalidade sócio-espacial, manifestam a materialização do passado como marca histórica, lugar de contemplação do que existiu:

⁶ Método empírico é um método feito através de tentativas e erros, é caracterizado pelo senso comum, e cada um compreende à sua maneira. O método empírico gera aprendizado, uma vez que aprendemos fatos através das experiências vividas e presenciadas, para obter conclusões. O conhecimento empírico é muitas vezes superficial, sensitivo e subjetivo.

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 1996, p. 113).

Abreu (1998) considera que a geografia pode ter um extraordinário papel nos estudos da valorização da memória urbana. Segundo o autor, apesar da memória ser um elemento fundamental para a identidade de um lugar, esse termo é impreciso para resgatar o passado dos lugares. A memória possui caráter subjetivo, ou seja, lembramos somente daquilo que queremos lembrar. Assim, a memória arrisca-se a buscar referências de um tempo que ficou perdido no passado, contribuindo de forma inquestionável para resgatar a identidade de um lugar.

Os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada. São representações que dão a ver um “acontecido” que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição. Mas o tempo passado não é irrecuperável, uma vez que, através do imaginário, se faz presente no espírito, dando-se a ler e ver através de discursos e imagens. Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade.

Para Lowenthal (1985) a memória e história constituem metáforas mútuas, ou seja, a memória, ao contrário da história, não seria um conhecimento intencionalmente produzido. A memória é subjetiva e, como tal, um guia para o passado, transmissor de experiência, simultaneamente seguro e dúbio.

Le Goff (1990) compreende que a memória procura salvar o passado para servir como norteador para o presente e o futuro. A memória seria um elemento essencial da identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades atuais.

Na relação história e memória, Le Goff (2003) destaca que o desenvolvimento da escrita permitiu a documentação da memória, inevitavelmente, porém, a memória oral continua sendo um excelente meio de manter a identidade de um grupo, a escrita, de certo modo, legitima-a e preserva-a.

Le Goff (2003) ainda considera que, no final do século XIX e início do século XX, apareceram dois elementos importantes de representação memorial. O primeiro

surgiu após a Primeira Guerra Mundial, trata-se da construção de monumentos aos mortos, uma forma de representar materialmente uma homenagem, a fim de lembrar. O segundo é o surgimento da fotografia, que tem a perspectiva de democratizar e multiplicar a memória, dando-lhe veracidade visual, o que permitiu guardar a memória no tempo e evidenciá-la cronologicamente.

Contudo, a partir da década de 1970, as abordagens patrimoniais e memoriais sofreram uma guinada analítica, assim como a geográfica. Nesta época conforme Tedesco (2004) começou-se a estudar menos os outros, o excepcional e passou-se a estudar o cotidiano, o normal, ou seja, as experiências vividas pelos grupos.

Neste panorama, surge a necessidade de se estudar a memória uma vez que a memória, como assevera Le Goff (2003, p. 419) “é uma propriedade de conservar certas informações e experiências do passado”. Assim sendo, a memória representa uma capacidade de recuperar evocações do passado, podendo estar representada no patrimônio simbolizando uma cultura ou um período histórico passado, que se interrelaciona com o presente. Não se pode negar que a memória é uma leitura seletiva de lembrar o que é mais significativo e importante o que foi aprendido, visto que é formada por representações de afetividade e sentimentos, mas, além disso, ela é uma renovação do passado.

Nesse prisma, Abreu (1998) ressalta a existência de diferenças entre memória e história. Convém recordar que a memória é seletiva, como também é parcial. Por sua vez, a história busca a objetividade, a verdade. Para que isso ocorra, relaciona os fatos aos processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas. Em resumo, a história de um lugar não pode se ater aos processos puramente locais. Assim sendo, a história tem um papel mais importante do que a memória para o resgate do passado de um lugar.

Santos (1997) atenta para a importância de diferenciar história da cidade de história do urbano. Urbano é o abstrato, o geral, o externo. Ao analisarmos a história do urbano, destacamos a história das atividades urbanas, do emprego, das classes, da divisão do trabalho etc. A cidade é o concreto, o particular, o interno. Deste modo, quando estudamos a história da cidade, enfatizamos a história da propriedade, da habitação, da mobilidade residencial, da centralidade etc.

No entanto, como já mencionado, a história comete um pecado quando estuda as cidades. Ao resgatar o tempo passado, ela perde o lugar. Não podemos esquecer que as categorias tempo e espaço são inseparáveis. Abreu (1998) assevera que só existe uma saída para a geografia: resgatar a história do lugar.

O resgate da memória de um lugar, da memória de uma determinada cidade, só é possível se pudermos trabalhar ao mesmo tempo em duas frentes de investigação. Temos que aliar a base segura da análise histórica ao esteio não menos seguro que a geografia proporciona. (ABREU, 1998, p. 18).

Então, a geografia pode contribuir para o resgate do passado dos lugares, buscando o espaço perdido pela história, através da contextualização dos processos sociais no tempo e no espaço, conforme Abreu (1998, p. 19), “é necessário reconhecer, primeiramente, que cada lugar é, ao mesmo tempo e em cada momento histórico, o ponto de interseção de processos sociais que se desenvolveram em diversas escalas”.

A partir da abertura da disciplina à corrente marxista, houve uma valorização da dimensão temporal, fazendo com que ocorresse uma ruptura dentro dos trabalhos de geografia, os quais vinham por muito tempo, se limitando a tratar unicamente o presente nas cidades.

Santos (1997) e Abreu (2003) consideram fundamental abordar a cidade contextualizando-a no seu passado, sendo um trabalho obrigatório para os geógrafos, pois o espaço é por excelência uma categoria histórica. Por conseguinte, é fundamental que o geógrafo ao olhar o espaço urbano ou a paisagem citadina dê atenção, além da escala espacial, à escala temporal.

Cabe salientar que a Geografia Histórica tem se concentrado também à reconstituição de antigas formas. Abreu (1998) afirma que apesar de importante, a geografia não pode enfatizar apenas a questão descritiva. Necessita-se avançar, analisando as normas jurídicas e sociais, ou seja, as formas não espaciais que dão função às formas morfológicas.

Assim, Hassinger (1952) articula que a Geografia Histórica além de reconstituir as paisagens pretéritas, deve explicar a sua formação com base nas características culturais e políticas.

Harvey (1993, p. 85 *apud* MELLO, 2002, p. 64) destaca que “sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo”. Desta forma, a história de um lugar é um elemento vital para a construção da identidade individual e coletiva e com a qual poderá transformar-se também em instrumento de poder.

Lowenthal (1996) destaca que, atualmente, nada parece vender tão bem como o passado. Mas afinal, por que estamos “possuídos pelo passado?” Segundo o autor o compasso acelerado das transformações acaba enfraquecendo as representações de continuidade. O passado torna-se assim, uma referência, isto é, um elemento norteador para a sociedade.

Neste panorama, Abreu (1998, p. 5) expõe que a sociedade brasileira está mudando a sua maneira de “olhar” o urbano, sendo a tendência atual a valorização do passado das cidades:

Depois de um longo período em que só se cultuava o que era novo, um período que resultou num ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado.

O autor acredita que a “volta ao passado” se deve a vários fatores. O século XX foi marcado por inúmeras tragédias, mesmo diante dos notórios progressos técnicos e científicos. A decepção do projeto de criação de uma sociedade nova e justa tornou o futuro incerto. A sociedade passou a desconfiar do futuro e valorizar o que já foi construído no passado. Outro fator importante é a aceleração do tempo com a globalização da economia, o que faz com que a sociedade busque referências, e estas, podem ser encontradas no passado.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Para compreender como a fotografia está presente na memória e no processo histórico/espacial de Santa Maria esta pesquisa utilizou uma metodologia (Figura 02) apoiada na abordagem qualitativa/histórica. Nas pesquisas de cunho qualitativo, de acordo com Gil (2010), o pesquisador procura entender o fenômeno com base na perspectiva dos participantes da temática a ser estudada. Esta abordagem considera a existência de uma inter-relação entre o mundo objetivo e subjetivo que não pode ser registrada em números. Significa afirmar que as informações não podem ser quantificadas, uma vez que se referem ao significado que cada indivíduo tem a respeito de sua vida e de sua relação com a paisagem citadina.

Em busca da compreensão e solução do problema a Geografia histórica possibilita o entendimento do entrelaçamento dos fenômenos. De acordo com o pensamento de Milton Santos, a Geografia histórica deve se dedicar ao processo histórico de modernização dos lugares provocados pela difusão dos objetos modernizadores, isto é, dos objetos técnicos.

Para Cosgrove (1984), uma das tarefas da Geografia Histórica, especificamente, é tornar inteligíveis as mudanças na ordem espacial e nas relações ambientais, tanto as reais quanto as imaginadas. O autor defende ainda que o conceito de paisagem é o mais apropriado para tal tarefa, pois, ao mesmo tempo em que é o objeto de investigação é também a sensibilidade com que o objeto é apreendido em sua forma pictórica ou cartográfica. Sendo assim, continua o autor: “a paisagem e sua história nos direciona ao papel ativo da produção cultural na transição para o capitalismo, um papel negligenciado na geografia histórica” (COSGROVE, 1984, p. 9).

Para ele, as questões levantadas pela paisagem e seus significados apontam para o cerne das teorias históricas e sociais, notadamente a teoria da transição

capitalista (COSGROVE, 1984, p. 38). Isto porque o próprio conceito de paisagem teria sido forjado nesse contexto de transição, onde, no Renascimento, na Itália, teria se originado enquanto gênero artístico dominado por técnicas de controle do espaço visual (COSGROVE, p. 21).

Sendo assim, concordamos com Cosgrove (1984, p. 20) quando afirma que

Ao adotar o conceito de paisagem, geógrafos e outros têm inconscientemente tomado uma visão de mundo produzida histórica e ideologicamente, cujas implicações trazem à tona muitos dos problemas filosóficos e metodológicos confrontados e não necessariamente resolvidos na geografia humana contemporânea.

A Geografia Histórica vem guardando a tradição geográfica, que é a sua íntima relação com o tempo e, portanto, com a história. E isso, com certeza, não tem nada a ver com tradicionalismo ou conservadorismo. Ao contrário, a geografia histórica, sempre firme em suas bases, vem acompanhando o debate das ciências humanas ao longo do século XX, incorporando outras disciplinas, participando de eventos de várias naturezas e estabelecendo agenda de debates e de publicação de periódicos, que atualmente abarca vários países do mundo. Além disso, a Geografia Histórica tornou-se extremamente importante no processo de investigação do presente trabalho.

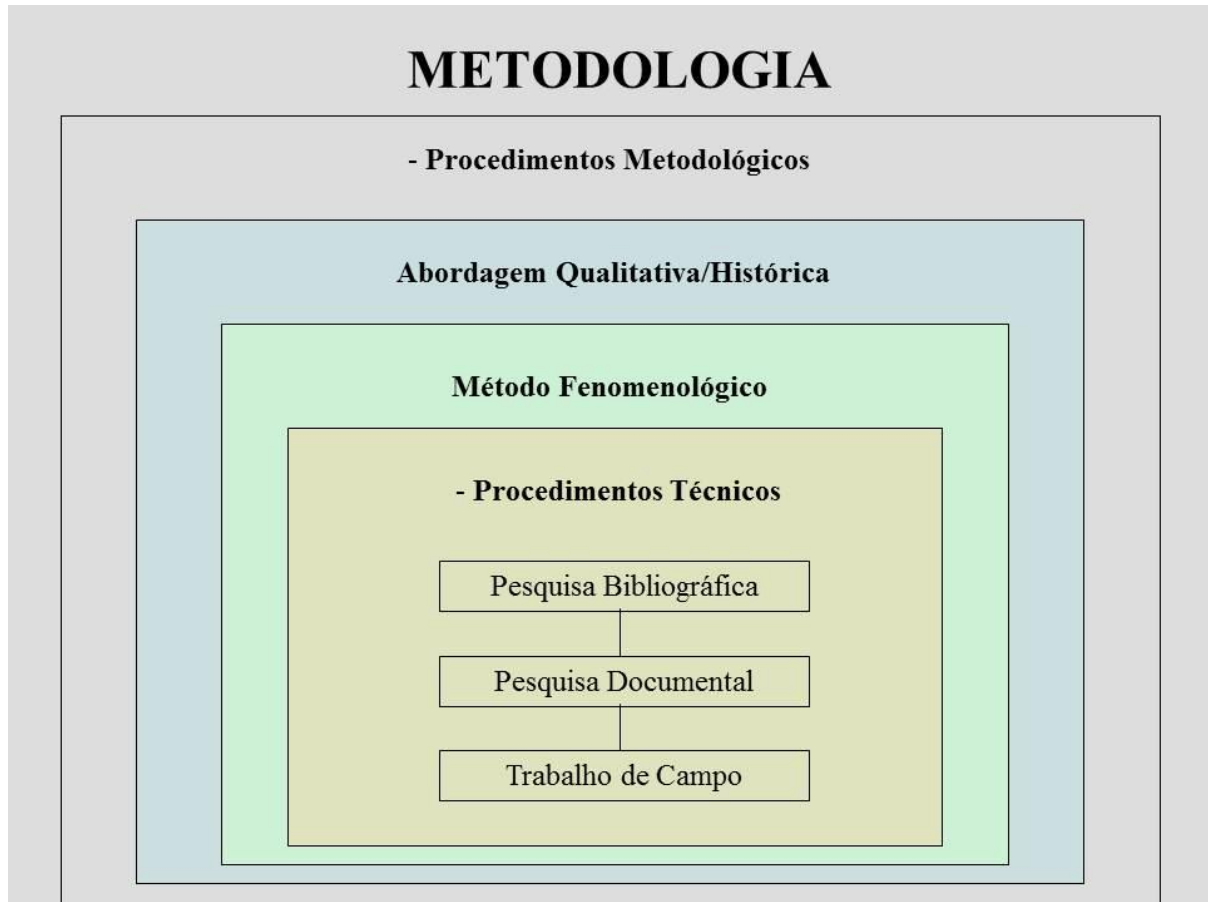


Figura 02: Esquema teórico-metodológico da dissertação.
Org.: NETTO, Andreia Herkert, 2013.

3.1 Procedimentos metodológicos

A relação sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado constitui um momento de construção e diálogo, negando uma visão hierarquizada, visto que o pesquisador é apenas um motivador que instiga o pesquisado a expor a sua relação com o tema da pesquisa. (BARROS, BARROS, NOGUEIRA e SILVA, 2007).

Este estudo centra-se no método fenomenológico, pois se caracteriza por explorar as experiências dos sujeitos envolvidos com o fenômeno estudado, primando, assim, pela valorização da subjetividade a fim de correlacioná-la com as bases teóricas do trabalho. Preconizado por Husserl, o método fenomenológico preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no

processo de construção do conhecimento (GIL, 1999; TRIVIÑOS, 1992) empregado em pesquisa qualitativa.

Segundo Schutz (2012, p. 24), “a fenomenologia preocupa-se com a realidade cognitiva que está incorporada nos processos das experiências humanas subjetivas”. Ela é uma “reflexão sobre um fenômeno” (BELLO, 2006, p. 14), adquirida através de saberes daqueles sujeitos que estão diretamente relacionados ao fenômeno.

Esta perspectiva rompe com a imagem do sujeito separado do mundo, pois o mundo não é externo ao sujeito, seria uma relação de “ser-envolvido-no-mundo”. (HOLZER, 2010, p. 42). Por isso, a partir das experiências vividas é possível entender como o homem relaciona-se com o mundo, pela sua percepção e memória, ambas de natureza subjetiva. Porém, cabe enfatizar que não compete à fenomenologia explicar através das vivências o que é essencial sobre o fenômeno e/ou objeto, que no caso são as paisagens ferroviárias do município. (HOLZER, 2010).

A fenomenologia vem sendo utilizada como aporte teórico-conceitual da Geografia desde a década de 1920, constituindo uma base metodológica para importantes autores. (HOLZER, 2010). Apesar disso, foi somente no final dos anos 60, em um período de efervescência cultural na academia que os estudos humanístico-culturais da Geografia inseriram a fenomenologia em seus suportes teóricos voltados para a percepção, de maneira mais efetiva, criticando o positivismo e o cientificismo - que se direcionavam a resultados exatos - focando uma visão holística.

Através do método fenomenológico, tenta-se extrair a essência das experiências referentes aos fenômenos, no entanto, existem tantas essências quanto significações e percepções sobre os fenômenos. Isso porque do “ponto de vista subjetivo é impossível que dois indivíduos experienciem a mesma situação da mesma maneira” (SCHUTZ, 2012, p. 26). Cada pessoa percebe e extrai o que é essencial da situação a partir de seu próprio propósito relacionado à sua vida.

Não obstante, se vários indivíduos participam de um mesmo processo, apesar de suas significações serem individuais, surgem pontos significativos que coincidem, pois foram vivenciados coletivamente. Sendo assim, a intenção de utilizar o método fenomenológico é compreender o que é significativo na percepção

individual do pesquisador que é de certa forma detentor do conhecimento empírico, uma vez que possui a topofilia com o objeto de estudo em questão. Yi Fu Tuan (1974) propôs o termo *topofilia* que compreende um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, o espaço e o lugar definindo-o como “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou quadro físico”. Nesse contexto, tem-se um quadro de experiências significativas.

Experiências significativas são aquelas que podem ser revistas através de lembranças, uma vez que as pessoas gravam o que foi importante a partir de suas relações socioculturais, das intenções de quem o percebe e por meio da constituição do fenômeno na consciência da pessoa, ou seja, através da memória. Entende-se, assim, que a fenomenologia pode ser considerada a filosofia dos mundos vividos da experiência humana (HOLZER, 2010).

Este método está intimamente relacionado com a Geografia, visto que as experiências vividas sempre fazem referência ao tempo e ao espaço, tanto que toda a lembrança de alguma experiência começa com a determinação de um local e a inferência do tempo em que aconteceu. Isso porque “o espaço geográfico tem um horizonte modelado, com cor e densidade. Ele é sólido, líquido ou aéreo, estreito ou largo” (DARLED, 1990, p.02 apud HOLZER, 2010, p.65), ou seja, ele é moldado a partir das experiências, que o definem subjetivamente dependendo do contexto histórico e cultural que está inserido.

Isso vem ao encontro da abordagem qualitativa, pois entende que a consciência do sujeito e o objeto são entidades correlacionadas, valorizando os saberes vividos como fonte de contribuição para a análise. Pais (2003, p. 134) assinala que a maior parte dos métodos, que se enquadram na abordagem quantitativa, busca “dar voz aos que têm sufocada por aquelas outras vozes que, à custa de tanto se fazerem ouvir, abafam todas as demais [...]”. Diante disso, por meio da fenomenologia é possível identificar e periodizar a partir da fotografia a paisagem citadina de Santa Maria.

3.1.1 Procedimentos Técnicos

Definir a pesquisa por critérios permite uma melhor compreensão e organização dos procedimentos a serem adotados, uma vez que toda a pesquisa demanda previsões teórico-metodológicas conforme a sua especificidade e intencionalidade. (GIL, 2010). A proposta do presente trabalho é compreender o processo transformação geohistórico da paisagem citadina de Santa Maria a partir da formação dos bairros da cidade.

Com a finalidade de responder essa expectativa quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo em pauta tem como característica uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica porque procura adquirir conhecimentos acerca da paisagem citadina – e os conceitos que a norteiam, através de materiais já publicados, ou seja, um levantamento de dados secundários. (GIL, 2010). Boni e Quaresma (2005, p. 71) explicam que “a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os referenciais teóricos sobre o tema escolhido” que se façam relevantes para fornecer fundamentação teórica significativa ao estudo que se realiza.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias,

abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Seu objetivo é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos de alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Para Manzo (1971, p. 32 *apud* MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 183), a bibliografia pertinente “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” e tem por objetivo permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (TRUJILLO, 1974, p. 230 *apud* MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 183). Assim, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo

assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Nesta perspectiva, o material bibliográfico explorado, aborda a interrelação da geografia e história, a importância dos arquivos históricos, bem como estudos sobre a história e organização espacial do município de Santa Maria-RS.

Posterior à pesquisa bibliográfica, direciona-se o estudo para a pesquisa documental, que apresenta pontos semelhantes à bibliográfica, pois ambas utilizam-se de dados já existentes, porém, diferenciam-se quanto à natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica vale-se de materiais elaborados por autores específicos que proporcionam um referencial teórico ao trabalho, a documental vale-se de toda fonte de documentos. Gil (2010, p. 31) considera que documento pode ser “qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento”. Nesse prisma, a pesquisa documental é uma investigação de documentos (materiais) que “não tiveram um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados” e levar a uma nova interpretação ou a uma interpretação complementar. (NEVES 1996, p. 03).

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 174) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Sendo assim, estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre ou posteriormente utilizando essas três variáveis: a) fontes escritas ou não; b) fontes primárias ou secundárias; c) contemporâneas ou retrospectivas; podemos apresentar um quadro que auxilia a compreensão do universo da pesquisa documental.

Entretanto, não se deve confundir documentos, isto é, fontes primárias com dados secundários, obtidos de livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses, cuja autoria é conhecida. Porém, existem registros, em que a característica “primária” ou “secundária” não é tão evidente, o mesmo ocorrendo com algumas fontes não escritas.

A base documental refere-se principalmente a documentos iconográficos, como fotografias antigas e imagens que proporcionam uma análise da transformação paisagística local; a folderes e a documentos institucionais de órgãos públicos, bem como arquivos públicos encontrados no arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e arquivos pessoais como na Casa de Memória Edmundo Cardoso.

A partir desses documentos foi realizada a seleção de registros fotográficos como forma de interpretação das imagens. Ainda foi realizada a sistematização e espacialização das imagens que retratam e testemunham a história e a memória da cidade.

Conforme Marconi e Lakatos (2003) os arquivos públicos podem ser municipais, estaduais e nacionais. Em sua maior parte contêm: a) Documentos oficiais, tais como: ordens régias, leis, ofícios, relatórios, correspondências, anuários, alvarás; b) Publicações parlamentares: atas, debates, documentos, projetos delei, impressos, relatórios; c) Documentos jurídicos, oriundos de cartórios: registros de nascimentos, casamentos, desquites e divórcios, mortes; escrituras de compra e venda; hipotecas; falências e concordatas; testamentos, inventários, e d) iconografia.

As imagens iconográficas representam grande importância ao trabalho em pauta, principalmente a fotografia, porque conforme Kossoy (2009, p. 27) “o mundo a partir da alvorada do século XX, se viu aos poucos, substituído por sua *imagem fotográfica*. O mundo tornou-se, assim, *portátil e ilustrado*”. Estas imagens são documentos para a história e para a história da fotografia. Kossoy (2009, p. 28) destaca que “a fotografia é um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”. No entanto, a fotografia ainda não atingiu plenamente o status de documento, uma vez que ainda perdura o sentido tradicional da palavra documento, pertencente àqueles documentos escritos, manuscritos e impressos.

Nas últimas décadas passa a ocorrer uma “revolução documental”, momento em que acontece o alargamento do conceito que o termo “documento” passou a ter, assim, a fotografia começa a ser tratada de forma diferenciada. (KOSSOY, 2009).

Neste panorama Kossoy (2009, p. 32) entende que:

As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que as originou.

Além dessa pesquisa documental, é imprescindível também a compreensão *in loco* da dinâmica cultural da paisagem, trabalhos de campo, visto que favorecem um olhar mais amplo e profundo sobre a realidade local a ser estudada.

Para a realização do trabalho de campo, outros referenciais devem auxiliar no aprofundamento do olhar sobre a realidade local, aonde se utilizou um diário de campo, onde este sendo um instrumento pessoal, norteador de caminhos e reflexões sobre a pesquisa, pode contribuir no andamento do trabalho. O diário de campo segundo Cruz (1994, p. 63)

é um instrumento ao qual recorreremos em qualquer momento da rotina do trabalho que estamos realizando. Ele, na verdade, é um “amigo silencioso” que não pode ser subestimado quanto à sua importância. Nele, diariamente, podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que são obtidas através da utilização de outras técnicas.

Através dessas anotações dos trabalhos de campo, ainda foram traçadas novas estratégias para a realização da pesquisa, com o intuito de atender aos objetivos específicos.

Marconi e Lakatos (2003) destacam que a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se conjeturam relevantes, para analisá-los. A pesquisa de campo propriamente dita "não deve ser confundida com a simples coleta de dados (este último corresponde à segunda fase de qualquer pesquisa); é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado". (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 180).

DO MEIO NATURAL AO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

A periodização proposta no trabalho foi realizada a partir do pensamento do autor Milton Santos. Nesse capítulo selecionou-se o extrato que delinea as noções de meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional, propondo dessa forma categorias geo-históricas capazes de balizar o pensamento geográfico. O autor verticaliza a análise do meio técnico-científico-informacional, gerado pela "união entre técnica e ciência", que ocorre "sob a égide do mercado". Um mercado que se torna global.

A extraordinária importância do texto de Milton Santos encontra-se, em primeiro lugar, nas reinterpretações que ele sugere da questão ecológica, dos conteúdos da paisagem urbana e rural, do papel desempenhado pela informação na qualificação do espaço. Transitando por esse caminho, o autor conduz a uma reavaliação do equilíbrio entre os fluxos (materiais e simbólicos) e as estruturas fixas implantadas no espaço, bem como no seu posicionamento conceitual diante de temas que são objeto de acirrada polêmica. O autor caracteriza os territórios nacionais como "espaço nacional da economia internacional" e, por essa via, recusa as conclusões fáceis, tão em moda, dos arautos do fim do Estado (e do território).

A mesma linha de raciocínio, que sabe escapar às armadilhas da dicotomia, o conduz a reafirmar a centralidade do processo de "individualização e regionalização". Aqui, estamos muito longe das proclamações de um espaço homogêneo e indiferenciado ou, o que dá no mesmo, da virtual supressão do espaço pelo tempo acelerado dos fluxos globais. Estamos no terreno fértil da investigação geográfica, pois "o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares".

4.1 Do meio natural ao meio técnico - científico - informacional

4.1.1 O meio natural

Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo.

Esse meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação.

O que alguns consideram como período pré-técnico exclui uma definição restritiva. As transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas e animais aparece como um momento marcante: o homem mudando a Natureza, impondo-lhe leis. A isso também se chama técnica⁷.

Nesse período, os sistemas técnicos não tinham existência autônoma. Sua simbiose com a natureza resultante era total (G. Berger, 1964, p. 231; P. George, 1974, p. 24 e 26) e podemos dizer, talvez, que o possibilismo da criação mergulhava no determinismo do funcionamento⁸. As motivações de uso eram, sobretudo, locais, ainda que o papel do intercâmbio nas determinações sociais pudesse ser crescente. Assim, a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização.

A harmonia socioespacial assim estabelecida era, desse modo, respeitosa da natureza herdada, no processo de criação de uma nova natureza. Produzindo-a, a sociedade territorial produzia, também, uma série de comportamentos, cuja razão é a preservação e a continuidade do meio de vida. Exemplo disso são, entre outros, o pousio, a rotação de terras, a agricultura itinerante, que constituem, ao mesmo

⁷ "Os meios naturais são desde as origens da pré-história e por definição, meios relativamente técnicos: Homo faber. A partir do Paleolítico superior, os trabalhos do homem para defender-se, alimentar-se, alojar-se, vestir-se, decorar seus abrigos ou seus lugares de culto implicam técnicas já complexas. Inversamente, não conhecemos, mesmo nos centros mais urbanizados, meio técnico 'puro', do qual esteja excluída qualquer ação de elementos naturais (se bem que em última instância isto se possa conceber)." G. Friedmann, 1966, p. 186.

⁸ "[...] a natureza não era apenas um quadro fixo, ela era também um regulador constante. As nossas ações se incorporavam rapidamente e tudo se podia experimentar sem grandes riscos, porque os equilíbrios naturais, fracamente modificados pela intervenção do homem, logo retomavam seu papel." (G. Berger, 1964, p. 231).

tempo, regras sociais e regras territoriais, tendentes a conciliar o uso e a "conservação" da natureza: para que ela possa ser, outra vez, utilizada.

Esses sistemas técnicos sem objetos técnicos não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudavam a reconstituir.

Com base no raciocínio de Milton Santos, as imagens iconográficas a seguir retratam esse pensamento.

Uma visão da primeira Capela construída em Santa Maria em fins do século XVIII (Figura 03). A própria imagem iconográfica nos transmite a informação de que se trataria da primeira Igreja construída em Santa Maria na Praça Saldanha Marinho, no entanto, essa Capela situava-se no Canteiro Central da Avenida Rio Branco onde hoje está o Monumento em Homenagem ao Coronel Niederauer. Na imagem seguinte visualiza-se já o Monumento erguido em 1922 em homenagem ao Coronel Niederauer (Figura 04) no lugar da primeira Capela de Santa Maria.



Figura 03 - Primeira Capela construída em Santa Maria em fins do século XVIII.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.



Figura 04 - Em setembro de 1922, a Comissão Promotora do Monumento: Raul de Miranda e Silva, Arthur Mergener e Catão Coelho, com o jornalista Olavo Gianelli.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

O monumento ao Coronel João Niederauer Sobrinho é o mais antigo de Santa Maria. Foi inaugurado durante as comemorações do centenário da Independência, em setembro de 1922. É de autoria do escultor português Rodolfo Pinto do Couto, que vivia no Rio de Janeiro. A herma, os ornatos e as inscrições foram fundidos em bronze, em Florença, quando o autor lá aprimorava sua arte e técnica.

Foi o resultado de uma bem-sucedida campanha liderada por Catão Vicente Coelho para homenagear o mais importante herói militar da região. Para realização da obra, de elevado custo, os recursos financeiros foram obtidos por contribuições do povo de Santa Maria e outras cidades e também de algumas instituições e empresas, sem verbas públicas. Isso torna o monumento mais valioso como patrimônio comunitário.

A ata de entrega do monumento ao Intendente Ernesto Marques da Rocha e ao Conselho Municipal afirma a confiança de que seria dispensado “todo zelo e carinho à sua conservação”, o que seria transmitido aos sucessores, “para que

assim se suceda na perpetuidade do tempo.” Isso acentua a responsabilidade das autoridades municipais.

Durante anos, o monumento esteve ao abandono e vandalizado, perdendo os ornatos de bronze. No curso da revitalização da Av. Rio Branco, o monumento Niederauer passou por processo de restauração. Foi também elevado, dando o merecido destaque ao herói homenageado e à qualidade artística da obra.

Na imagem ainda pode-se visualizar os coches de aluguel numa perfeita interação do homem x natureza com a utilização de animais como meios de transporte.

Na imagem da Catedral Metropolitana de Santa Maria (Figura 05) ainda em construção, podemos visualizar a grande concentração de curiosos em torno da obra por volta de 1837.



Figura 05 – Construção da Catedral Metropolitana de Santa Maria.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Na imagem a seguir podemos visualizar a residência de João Pereira de Almeida - o Barão de Nonoai (Figura 06), por volta de 1875. A casa ainda existia no início dos anos 30 e ficava localizada onde funciona hoje um Colégio de Freiras na

Avenida Medianeira. Pode-se visualizar nesta imagem a casa cercada de muitas árvores em um grande jardim, ressaltando o que o autor Milton Santos nos esclarece a respeito do meio natural, nesta interação do homem com a natureza.



Figura 06 – Casa do Barão de Nonoai.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Na imagem seguinte, vista aérea do supermercado Trevicenter (Figura 07), situado à Avenida Medianeira, atual supermercado Nacional. No final da década de 80, passou a funcionar o supermercado Nacional nas instalações do supermercado Trevicenter. Pode-se visualizar nesta imagem (no retângulo branco) as instalações de um Colégio de Freiras que funciona onde ficava localizada a Casa do Barão de Nonoai. A seta vermelha indica a Avenida Nossa Senhora da Medianeira.



Figura 07 – Vista do Supermercado Trevicenter entre 1970 e 1990.
Fonte: arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Nesta imagem da Praça Saldanha Marinho (Figura 08) podemos ver o terreno da praça bastante irregular. Pode-se visualizar ainda na imagem a interação do homem com os animais. Nesse caso, os cavalos que eram seus companheiros de transporte, de batalhas ou na realização de outros trabalhos que exigiam força, como por exemplo, na agricultura para preparar o solo para plantação.



Figura 08 – Praça Saldanha Marinho Início década de 1890.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Na imagem o início da Rua do Acampamento (Figura 09). Nesta imagem podem-se visualizar alguns Casarões antigos que não mais existem em sua maioria, além dos coches se movimentando pela rua.

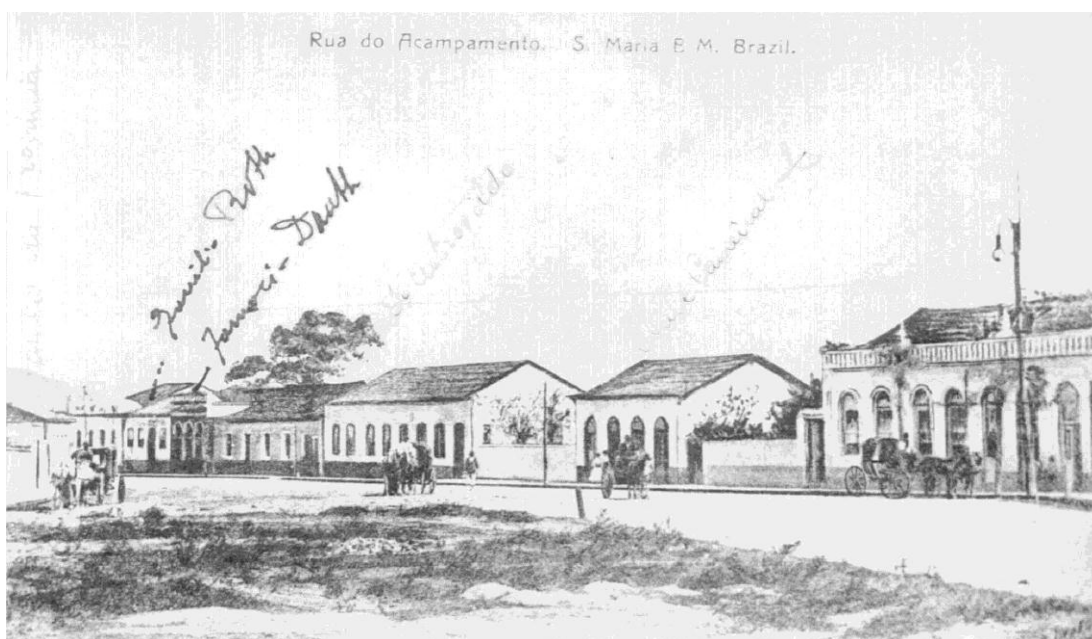


Figura 09 – Vista da Rua do Acampamento aproximadamente em fins do século XVIII.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Na imagem pode-se visualizar a Praça Saldanha Marinho (Figura 10) ainda em construção. Percebem-se vários amontoados de pedras e areia depositados no local.



Figura 10 – Praça Saldanha Marinho. Início década de 1900. (Acervo Museu Gama D’êça)
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Na imagem do dia da Inauguração da Praça Saldanha Marinho (Figura 11) em 1906. Nesta imagem pode-se visualizar o Theatro Treze de Maio que foi construído entre 1889 e 1890. Percebe-se a grande aglomeração de pessoas em frente à Praça. Os trajes da época, tanto dos homens quanto das mulheres eram em estilo europeu.



Figura 11 – Praça Saldanha Marinho em 15 de Novembro de 1906.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Na imagem a Praça Saldanha Marinho (Figura 12) em 1908. Nesta imagem percebe-se que as árvores dos canteiros da Praça já estão um pouco maiores em comparação ao dia da inauguração em 1906. Pode-se perceber ainda na imagem a Avenida Rio Branco, do lado direito a torre da Igreja do Mediador, obra do reverendo Charles Segel, inaugurada em 1906. A Igreja Anglicana foi elevada à Catedral em 1950, teve duas reformas internas uma em 1986 e outra em 1993. Do lado esquerdo visualizam-se as duas torres da Catedral Metropolitana Nossa Senhora Conceição, fundada em 17 de novembro de 1837, tendo como Padroeira a Imaculada Conceição.



Figura 12 - Praça Saldanha Marinho, 1908. (Autor Desconhecido).
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Na imagem do trecho da Rua Dr. Bozano (Figura 13) pode-se observar na seta vermelha o Banco Pelotense. Esse prédio sofreu modificações e hoje abriga o Banco Banrisul. Na seta azul o prédio do Banco do Comércio onde atualmente funciona o Banco da Caixa Econômica Federal. A seta amarela indica o trecho da Rua Dr. Bozano. A seta verde indica a Praça Saldanha Marinho.

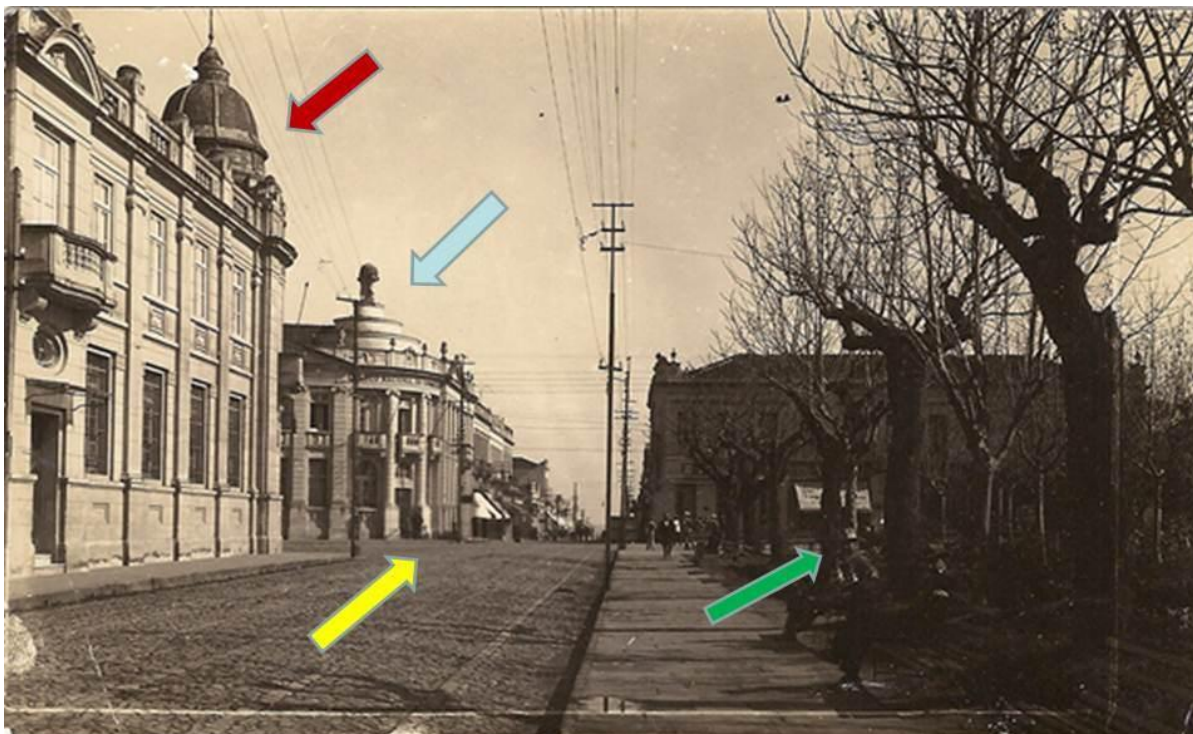


Figura 13 – Trecho da Rua Dr. Bozano entre 1920 a 1925.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

O primeiro Quiosque a vender chope em 1909 (Figura 14). Esse quiosque era inteiramente de madeira e pertencia a Luis Medina. Acabou sendo destruído em um incêndio em junho de 1922. Situava-se à Rua do Comércio, atual Rua Dr. Bozano.



Figura 14 – Ponto de encontro em 1910.
 Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Estação da Gare em 1914 (Figura 15) provavelmente em um dia de carregamento de animais. A Viação Férrea, uma empresa estatal coordenada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 1920, que foi importante para o desenvolvimento do Estado, em especial para Santa Maria que se tornou um entroncamento ferroviário. A Estação Ferroviária de Santa Maria da Boca do Monte foi inaugurada em 1885 pela Empresa Ferroviária Porto Alegre - Uruguaiana, uma empresa pública gaúcha.



Figura 15 - Estação Ferroviária de Santa Maria em 1914.
 Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Na imagem da Praça Saldanha Marinho em 1925 (Figura 16) pode-se observar o Theatro Treze de Maio e o Cine Teatro Independência. A partir desta imagem podem-se constatar ainda as primeiras aglomerações de residências que darão origem aos Bairros da Zona Leste de Santa Maria, entre eles João Goulart, Vila Schirmer, Perpétuo Socorro e Itararé. O meio que era natural sendo modificado pelo homem a partir da construção de moradias. Sob esta ótica, os característicos

morros que limitam a cidade ao norte, pertencentes ao Rebordo do Planalto Basáltico, abrigam importantes ecossistemas que os classificam como Área de Preservação Permanente, a exemplo dos percursos dos rios. A princípio, sua configuração natural deveria restringir a ocupação urbana, contudo, o que se observa é um processo intenso de extensão do tecido urbano nessa direção, tanto por parte da população de baixa renda (na maioria das vezes sem alternativas em relação a áreas para moradia) quanto por atitudes especulativas.

As encostas da serra propiciam oportunidades de aproveitamento para fins turísticos, educacionais, recreativos e de pesquisa, que podem acontecer concomitantemente à sua proteção prevista em lei. Todavia, constata-se mais uma vez, que tal aproveitamento não é incentivado no município.



Figura 16 – Praça Saldanha Marinho em 1925.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

4.1.2 O meio técnico

O período técnico vê a emergência do espaço mecanizado. Os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo. Quanto ao espaço, o componente material é crescentemente formado do "natural" e do "artificial". Mas o número e a qualidade de artefatos variam. As áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos⁹.

Os objetos técnicos, maquínicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos. Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são locus de ações "superiores", graças à sua superposição triunfante às forças naturais. Tais ações são, também, consideradas superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes — o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses. Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais.

O componente internacional da divisão do trabalho tende a aumentar exponencialmente. Assim, as motivações de uso dos sistemas técnicos são crescentemente estranhas às lógicas locais e, mesmo, nacionais; e a importância da troca na sobrevivência do grupo também cresce. Como o êxito, nesse processo de comércio, depende, em grande parte, da presença de sistemas técnicos eficazes, estes acabam por ser cada vez mais presentes. A razão do comércio, e não a razão da natureza, é que preside à sua instalação. Em outras palavras, sua presença torna-se crescentemente indiferente às condições preexistentes. A poluição e outras ofensas ambientais ainda não tinham esse nome, mas já são largamente notadas —

⁹ "A mecanização do espaço técnico é muito mais recente do que a 'mecanização da imagem do mundo', retomando o livro de Dijksterhuis. Ela somente se impôs ao longo dos dois últimos séculos, dos quais ela constitui o traço dominante, nos países ocidentais e no Japão. Ela se tornou um fenômeno planetário. Ela se metamorfoseia de 'geração' em 'geração'. Ela povoa o imaginário coletivo: a ciência-ficção somente imagina o futuro como sendo invadido e saturado por máquinas, às vezes dominado e às vezes aniquilado por elas." (J.-P. Sérís. 1994. p. 154).

e causticadas — no século XIX, nas grandes cidades inglesas e continentais. E a própria chegada ao campo das estradas de ferro suscita protesto. A reação antimquinista, protagonizada pelos diversos ludismos, antecipa a batalha atual dos ambientalistas. Esse era, então, o combate social contra os miasmas urbanos.

O fenômeno, porém, era limitado. Eram poucos os países e regiões em que o progresso técnico podia instalar-se. E, mesmo nestes poucos, os sistemas técnicos vigentes eram geograficamente circunscritos, de modo que tanto seus efeitos estavam longe de serem generalizados, como a visão desses efeitos era, igualmente, limitada.

Nas imagens da construção do Chafariz da Praça Saldanha Marinho em 1930 (Figuras 17 e 18), observa-se que começam a surgir em Santa Maria os objetos culturais a que Milton Santos se refere em uma tentativa de criar uma identidade coletiva para a cidade.



Figura 17 - Construção do chafariz 1930.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

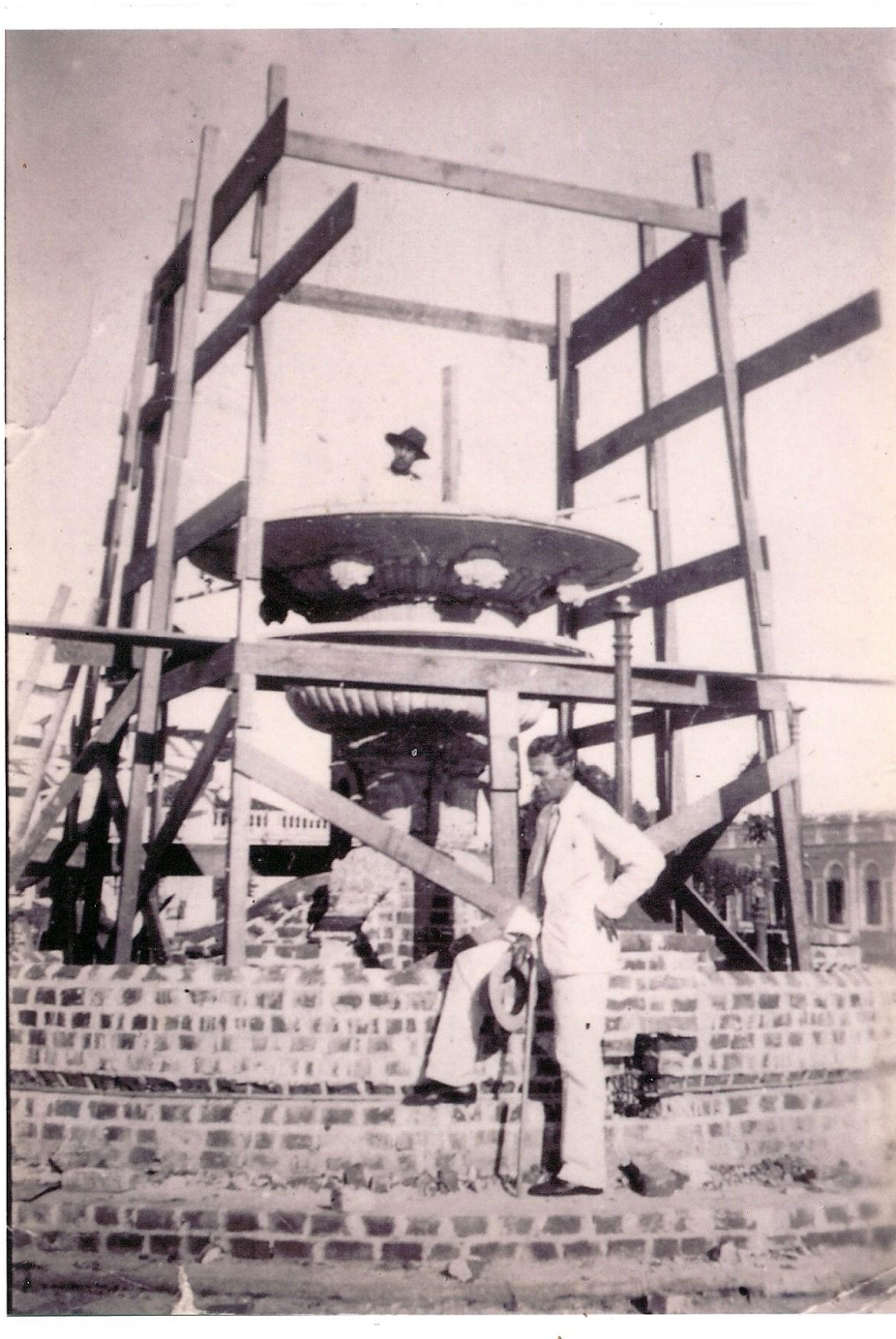


Figura 18 - Construção do chafariz 1930.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Nas imagens da Praça Saldanha Marinho (Figuras 19 e 20) entre 1930 e 1940, pode-se observar a Praça com um volume maior de bancos em relação ao dia em que foi inaugurada em 1906, além da presença do chafariz que naquela época

ainda não existia. A praça era utilizada para os encontros de fins de tarde da Sociedade santa-mariense.



Figura 19 – Praça Saldanha Marinho em 1930 a 1940.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.



Figura 20 – Praça Saldanha Marinho em 1930 a 1940.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Esta imagem da Praça Saldanha Marinho entre 1930 e 1940 (Figura 21), transmite a ideia de um período transicional entre o meio natural e o meio técnico, pois se observa o contraponto entre os carros puxados a bois e os meios maquínicos, como o caminhão que aparece na fotografia com data aproximada entre 1930 e 1940.



Figura 21 – Uma visão a partir da Praça Saldanha Marinho, entre 1930 a 1940.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Na imagem tem-se uma visão da Avenida Rio Branco para a Rua do Acampamento (Figura 22) entre 1930 e 1940. Observa-se nesta imagem a utilização dos objetos maquínicos a que o autor Milton Santos destaca no extrato a respeito do meio técnico. Parte da população santa-mariense passa a utilizar como meio de transporte os carros. Nessa época também já começam a circular os ônibus da Empresa Medianeira (Figura 23), o Expresso Medianeira, que circulava na década de 40. Na imagem, se vê o Clube Caixeiral e o prédio do antigo Banco do Comércio (hoje Caixa Econômica Federal).



Figura 22 – Uma visão da Avenida Rio Branco para a Rua do Acampamento.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso



Figura 23 – Ônibus da Empresa Medianeira, década de 40.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Nesta imagem observa-se o surgimento de um objeto cultural novo na Praça Saldanha Marinho (Figura 24), o Coreto. Visualizam-se algumas pessoas, possivelmente famílias, pois há inclusive uma criança de mãos dadas supostamente com a mãe, em torno do chafariz e ao fundo esquerdo da imagem, o Coreto coberto com uma espécie de Trepadeira que tem o nome de Três Marias. Pode-se estabelecer a época a partir dessa informação da Trepadeira Três Marias, pois na imagem ela apresenta aspecto de estar com seus galhos secos, o que nos remete a estação do outono.



Figura 24 - Chafariz da Praça Saldanha Marinho em 1958.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso

Na imagem que apresenta uma vista da Rua do Acampamento para Avenida Rio Branco (Figura 25), pode-se constatar que a Rua do Acampamento possuía sentido duplo para locomoção dos veículos daquela época. Atualmente esta rua possui sentido único da Avenida Rio branco para a Rua do Acampamento.



Figura 25– Vista da Rua do Acampamento para a Avenida Rio Branco, entre as décadas de 50 e 60.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Com a construção da Universidade Federal de Santa Maria na década de 60 (Figura 26), a cidade dá um salto em sua evolução e no processo de expansão urbana, contribuindo profundamente para a modificação da paisagem citadina de Santa Maria. Na imagem que nos revela a vista parcial de Santa Maria (Figura 27), pode-se observar o processo de expansão urbana da cidade.



Figura 26 – Construção do Prédio da Antiga Reitoria da UFSM, década de 60.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.



Figura 27 – Vista Parcial de Santa Maria – 1960
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Na imagem que nos traz a Avenida Rio Branco e Rua do Acampamento em 1960 a 1970 (Figura 28), pode-se observar à esquerda o prédio do SUCV (Sociedade União de Caixeiros Viajantes (seta azul)). Os automóveis podiam ser estacionados em frente à Praça Saldanha Marinho. Na década de 70 dentro desse período classificado como meio técnico, tem-se a vista da Catedral Metropolitana de Santa Maria, década de 70 (Figura 29).



Figura 28 – Avenida Rio Branco e Rua do Acampamento em 1960 a 1970.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.



Figura 29 – Vista da Catedral Metropolitana de Santa Maria, década de 70.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

4.1.3 O meio técnico-científico-informacional

O terceiro período começa praticamente após a segunda guerra mundial e, sua afirmação, incluindo os países de terceiro mundo, vai realmente dar-se nos anos 70. É a fase a que R. Richta (1968) chamou de período técnico-científico, e que se distingue dos anteriores, pelo fato da profunda interação da ciência e da técnica, a tal ponto que certos autores preferem falar de tecnociência para realçar a inseparabilidade atual dos dois conceitos e das duas práticas.

Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global. A ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica.

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional.

Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato. Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural.

Segundo G. Dorfles (1976, p. 39), o mundo rural é marcado pela presença de "materiais plásticos, fertilizantes, colorantes, inexistentes na natureza, e a respeito dos quais, de um ponto de vista organolético, tátil, cromático, temos a nítida sensação de que não pertencem ao mundo natural". Num verbete da Encyclopédie Universalis 1981, dedicado aos camponeses franceses, Bernard Kayser mostra

como os seus investimentos em bens de produção — terra, edifícios, máquinas, fertilizantes, pesticidas etc. — passaram, recentemente, de 20 para 50 por cento.

Cria-se um verdadeiro tecnocosmo (J. Prades, 1992, p. 177), uma situação em que a natureza natural, onde ela ainda existe, tende a recuar, às vezes brutalmente. Segundo Ernest Gellner (1989), "a natureza deixou de ser uma parte significativa do nosso meio ambiente". A ideia de um meio artificial, avançada por A. Labriola em 1896 (em seu estudo intitulado "Del Materialismo Histórico") faz-se uma evidência. A técnica, produzindo um espaço cada vez mais denso, no dizer de N. Rotenstreich (1985, p. 71), transforma-se no meio de existência de boa parte da humanidade.

Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação. Pode-se falar, como S. Gertel (1993), de inevitabilidade do "nexo informacional".

Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização.

A diferença, ante as formas anteriores do meio geográfico, vem da lógica global que acaba por se impor a todos os territórios e a cada território como um todo. O espaço "no qual o homem sobrevive há mais de cinquenta mil anos [...] tende a funcionar como uma unidade" (J. Bosque Maurel, 1994, p. 40). Pelo fato de ser técnico-científico-informacional, o meio geográfico tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização.

Como em todas as épocas, o novo não é difundido de maneira generalizada e total. Mas os objetos técnico-informacionais conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que as precedentes famílias de objetos. Por outro lado, sua presença, ainda que pontual, marca a totalidade do espaço. É por isso que estamos considerando o espaço geográfico do mundo atual como um meio técnico-científico-informacional (Santos, 1985 e 1994).

Quanto mais "tecnicamente" contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos. Na realidade, ambos são os responsáveis principais no atual processo de globalização.

Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada etc.) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.) aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida de relações.

Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização, das relações sociais etc. Consequência mais estritamente geográfica diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo. Essa redução da área necessária à produção das mesmas quantidades havia sido prevista por Marx, que a esse fenômeno chamou de "redução da arena". Graças aos avanços da biotecnologia, da química, da organização, é possível produzir muito mais, por unidade de tempo e de superfície.

O processo de especialização, criando áreas separadas onde a produção de certos produtos é mais vantajosa, aumenta a necessidade de intercâmbio, que agora se vai dar em espaços mais vastos, fenômeno a que o mesmo Marx intitulou "ampliação da área".

Como se produzem, cada vez mais, valores de troca, a especialização não tarda a ser seguida pela necessidade de mais circulação. O papel desta, na transformação da produção e do espaço, torna-se fundamental. Uma de suas consequências é, exatamente, o aprofundamento das especializações produtivas, tendentes a convocar, outra vez, mais circulação¹⁰. Esse círculo vicioso — ou virtuoso? — depende da fluidez das redes e da flexibilidade dos regulamentos.

¹⁰ A esse respeito, P. Geiger (1993, p. 108) refere-se à "[...] divisibilidade das operações e sua dispersão geográfica, conduzindo a maiores especializações [...]". A esse respeito, ver, também, D. Trinca (1993, p. 199).

As possibilidades, técnicas e organizacionais, de transferir à distância produtos e ordens, faz com que essas especializações produtivas sejam solidárias no nível mundial. Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais. A nova fruticultura no vale médio do rio Negro provoca o que se chamou de big-bang de inversões em Chimpay, na Patagônia no norte da Argentina (Ana M. Correa et al, 1993, p. 6).

4.1.3.1 O conhecimento como recurso

A expressão meio técnico-científico pode, também, ser tomada em outra acepção talvez mais específica, se levarmos em conta que, nos dias atuais, a técnica e a ciência presentearam o homem com a capacidade de acompanhar o movimento da natureza, graças aos progressos da teledeteção e de outras técnicas de apreensão dos fenômenos que ocorrem na superfície da terra.

As fotografias por satélite retratam a face do planeta em intervalos regulares, permitindo apreciar, de modo ritmado, a evolução das situações e, em muitos casos, até mesmo imaginar a sucessão dos eventos em períodos futuros. Os radares meteorológicos, cada vez mais poderosos e precisos, são colaboradores preciosos nessa tarefa, porque permitem que as previsões se realizem com intervalos ainda menores. Cientistas puros e aplicados valem-se desses instrumentos de acompanhamento e previsão, para aperfeiçoar o conhecimento das leis da natureza física, antever o respectivo comportamento e, de posse dessas preciosas informações, alcançar uma implementação consequente das atividades econômicas e sociais. As áreas em que tal instrumentação é disponível podem permitir aos seus usuários um maior grau de certeza e sucesso na realização de operações, sabido que, em muitos casos, na agricultura e na indústria, certas etapas do processo produtivo alcançam maior rentabilidade, quando empreendidas em condições meteorológicas favoráveis. A preparação das terras, a sementeira ou o plantio, a utilização de adubos ou de fungicidas podem ter mais ou menos eficácia segundo as condições de tempo em que são feitas. Tudo isso tende a favorecer os empresários, uma vez que tenham prévio conhecimento das condições meteorológicas em que cada fração do trabalho e cada fração de capital serão utilizadas.

Pode-se, de um modo geral, dizer que as porções do território assim instrumentalizadas oferecem possibilidades mais amplas de êxito que outras zonas igualmente dotadas de um ponto de vista natural, mas que não dispõem desses recursos de conhecimento. Imaginando duas regiões com as mesmas virtualidades físicas, aquela mais bem equipada cientificamente será capaz de oferecer uma melhor relação entre investimento e produto, graças ao uso just-in-time dos recursos materiais e humanos. Numa região desprovida de meios para conhecer, antecipadamente, os movimentos da natureza, a mobilização dos mesmos recursos técnicos, científicos, financeiros e organizacionais obterá uma resposta comparativamente mais medíocre.

Tomemos o exemplo do radar meteorológico da Universidade, em Bauru, no Estado de São Paulo, Brasil, durante muito tempo o único existente no país. Seu raio de ação virtual é de 400 km, mas sua captação de sinais é economicamente eficaz num raio de 300 km. Isto significa que as empresas que se encontram nesse perímetro — e podem, desse modo, beneficiar-se de suas informações —, têm condições de operação muito superiores às daquelas localizadas em outros lugares. As atividades que mais se aproveitam das informações são ligadas à cana-de-açúcar e à laranja (D. Elias, 1996). Tais informações são precisas mas genéricas, cabendo a cada firma ou conjunto de empresas (é o caso das Cooperativas) retrabalhar os dados obtidos, em função de objetivos específicos.

Uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território. Em primeiro lugar, distinguem-se zonas servidas pelos meios de conhecimento e áreas desprovidas dessa vantagem. E dentro das próprias áreas "conhecidas" as empresas se distinguirão pela sua maior ou menor capacidade de utilização das informações. É possível imaginar que tal seletividade espacial e socioeconômica conduza a mudanças rápidas na divisão territorial do trabalho, com as firmas mais dotadas do ponto de vista técnico e financeiro tendendo a buscar uma localização onde o lucro potencial será mais forte, deixando o resto do território, ainda que com virtualidades naturais semelhantes, a firmas menos potentes. O mesmo raciocínio conduz a admitir que, numa mesma área assim instrumentalizada, a diferença de oportunidades entre produtores tende a aumentar rápida e brutalmente, após a instalação dos novos recursos técnico-científicos de conhecimento. Aliás, o rearranjo

de atividades e do respectivo poder econômico seria duplo: na escala da área instrumentalizada e na da região de que tal área é uma parte privilegiada.

O conhecimento exerceria assim — e fortemente — seu papel de recurso, participando do clássico processo pelo qual, no sistema capitalista, os detentores de recursos competem vantajosamente com os que deles não dispõem.

Sendo assim, diante do que foi exposto, pode-se observar na imagem a seguir a Vila Belga (Figura 30), onde conforme o pensamento de Milton Santos teve seu espaço requalificado atendendo, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. Atualmente a Vila Belga tem importância cultural e principalmente econômica, pois alimenta de certa forma o setor de turismo da cidade de Santa Maria.



Figura 30 - Vista da Vila Belga – Residência dos Funcionários da Ferrovia dezembro de 1998.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

A partir de 1901, a Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer ou Brésil, concessionária dos serviços ferroviários no estado do Rio Grande do Sul, mandou construir um conjunto habitacional para seus empregados e funcionários mais graduados. Inaugurada em 1903, toda a área edificada, passou a ser denominada

Vila Belga, tanto em função da origem dos capitais presentes na construção da empresa, quanto de seus primeiros moradores. Todo o conjunto foi projetado pelo engenheiro belga Gustave Vauthier e, com o passar dos anos, ampliado com a construção do Clube dos Funcionários do prédio da sede da Cooperativa, dos armazéns, da padaria, das escolas, etc. De modo que falar da vila Belga hoje em dia, é referir ao conjunto de habitações e demais construções complementares. Em junho de 1998, pela Lei Municipal nº 2983, torna a Vila Belga “Patrimônio Histórico e Cultural do Município”.

A Universidade Federal de Santa Maria (Figura 31) abriga hoje grande parte dessa “tecnociência” a que Milton Santos se refere. É nos espaços acadêmicos que grande parte desses conceitos de técnica e ciências são testados.

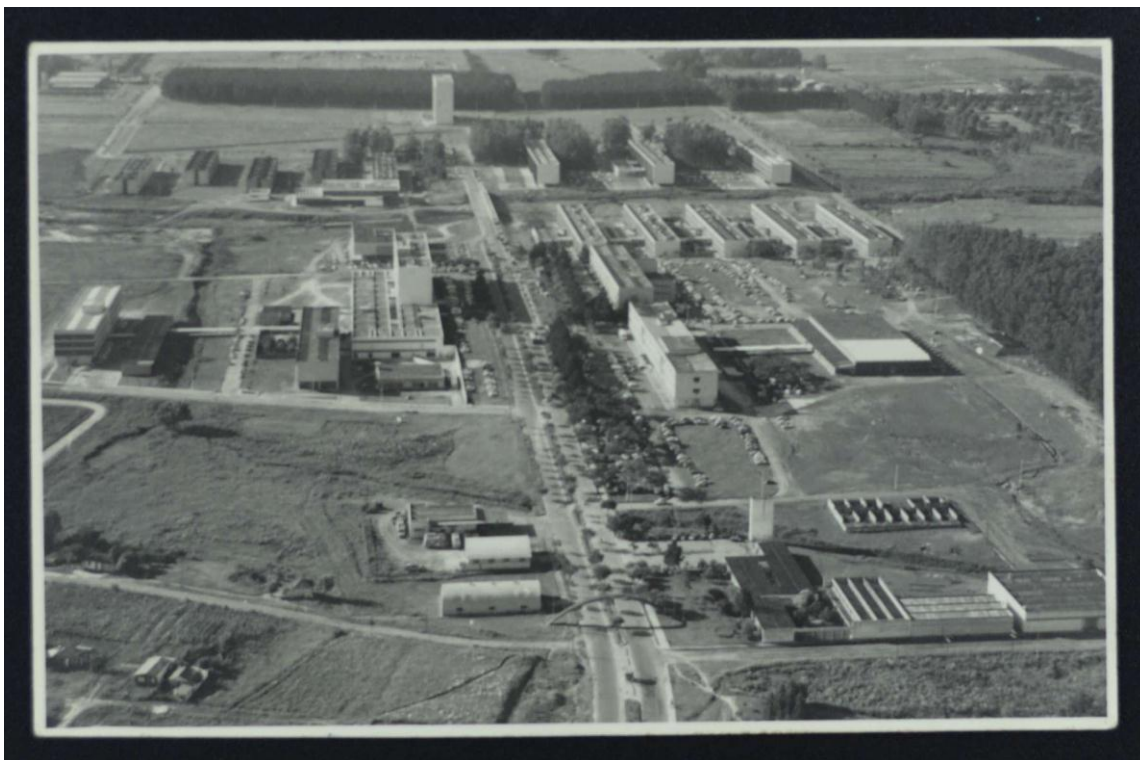


Figura 31 - Vista aérea do campus da Universidade Federal de Santa Maria. Entre 1960 e 1984.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Nesta vista aérea parcial do parque da viação férrea em Santa Maria entre 1980 e 1990 (Figura 32), pode-se inferir que esta imagem nos remete a um tempo

nostálgico. Durante essa década ainda havia o transporte de passageiros, além do transporte de cargas. Após alguns anos desativadas as Linhas da REFFSA, alguns trechos de ferrovia foram recuperados e hoje são utilizados para a realização de transportes de cargas, geralmente soja, trigo ou arroz.



Figura 32 - Vista aérea parcial do parque da viação férrea em Santa Maria entre 1980 e 1990.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Na imagem que nos traz Vista aérea da Zona Sul da cidade de Santa Maria. Entre 1980 e 1990 (Figura 33) identifica-se a Avenida Fernando Ferrari (seta em vermelho) e onde funcionava o Supermercado Real (elipse em amarelo), atualmente está estabelecido o Supermercado Big e o Monet Plaza Shopping.



Figura 33 - Vista aérea da Zona Sul da cidade de Santa Maria. Entre 1980 e 1990.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Na imagem que nos mostra uma vista aérea parcial da cidade de Santa Maria, entre 1980 e 1990 (Figura 34), podemos ver em primeiro plano o Parque Itaimbé (setas em verde). Este raro ângulo evidencia com clareza as diversas linhas urbanas que se prolongam para o oeste.

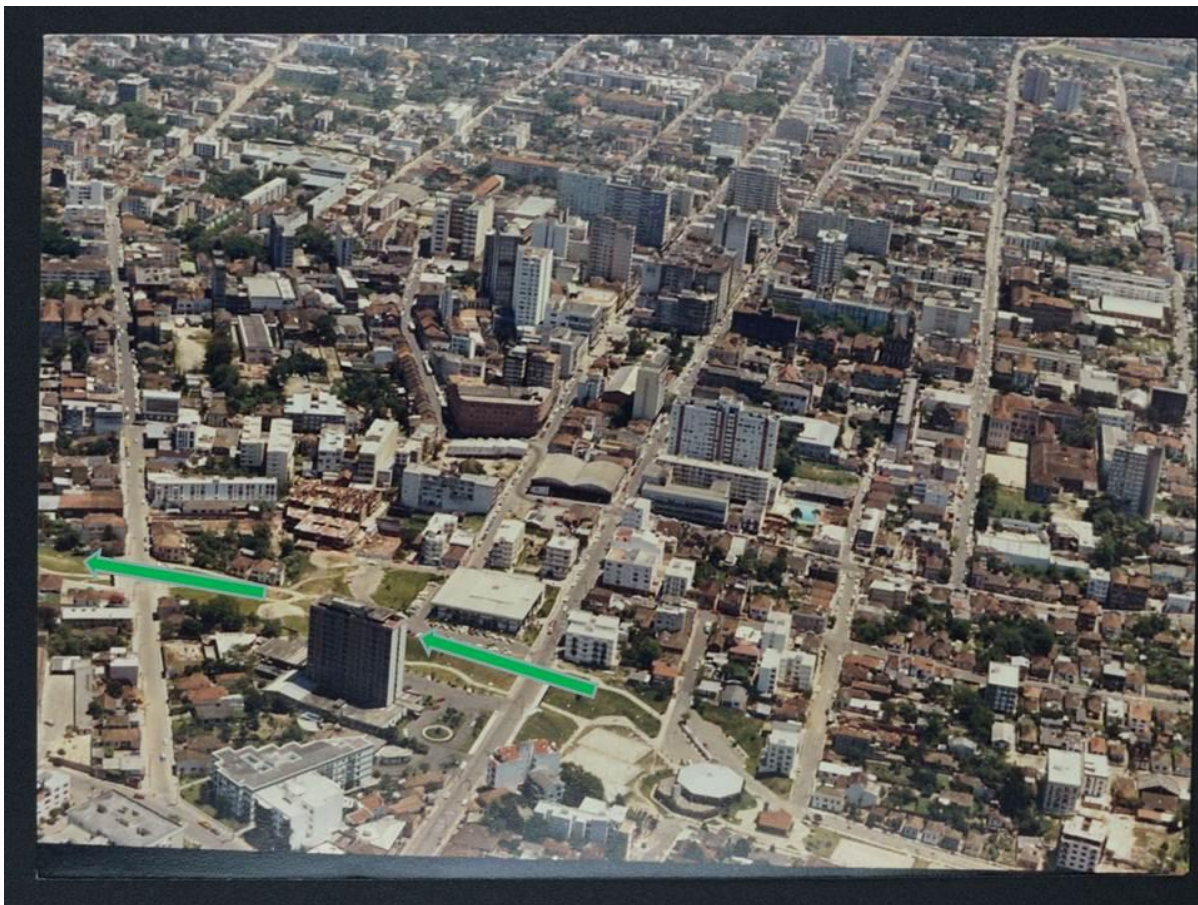


Figura 34 - Vista aérea Parcial da cidade de Santa Maria. Entre 1980 e 1990.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Na imagem da vista parcial de Santa Maria, entre 1980 e 1990 (Figura 35), Identifica-se ao Centro a Catedral Metropolitana de Santa Maria (quadrado vermelho), ao lado direito inferior o Colégio Estadual Manoel Ribas (círculo amarelo) e na parte superior da imagem as instalações do exército (setas em verde).



Figura 35 – Vista Parcial de Santa Maria, entre 1980 e 1990.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Na Avenida Fernando Ferrari (Figura 36) em 1980, artéria principal do Bairro Nossa Senhora de Lourdes, forma um "Y" com a Rua Otávio Alves de Oliveira. No canto superior direito da imagem, o Cerrito (elipse amarela), e no canto inferior esquerdo (elipse vermelha) um dos prédios da Aeronáutica em construção.



Figura 36 - Avenida Fernando Ferrari, em 1980.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Nesta vista norte-sul da cidade de Santa Maria (Figura 37) com data aproximada da década de 70, destaca-se o Parque Itaimbé, em toda a sua extensão (setas em verde). No canto inferior esquerdo, os trilhos da RFFSA (círculo vermelho).

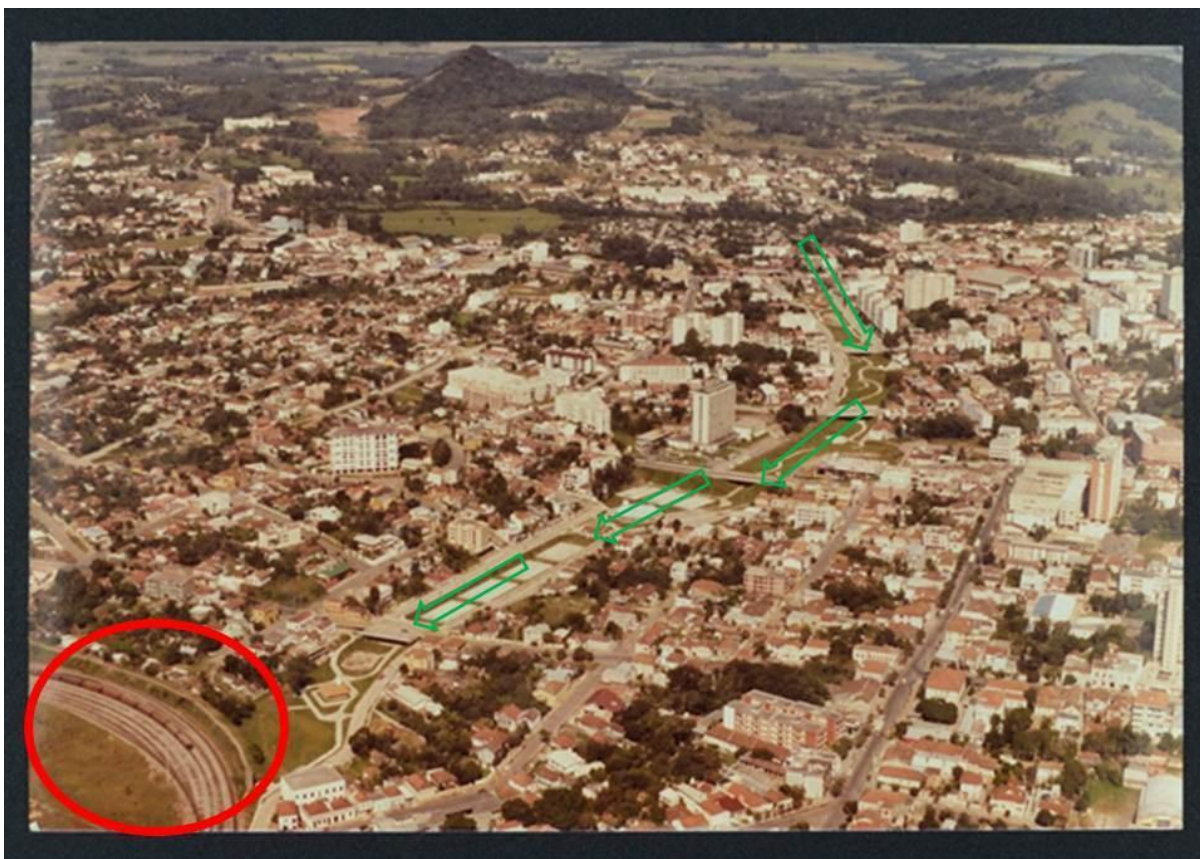


Figura 37 - Vista Norte-sul da cidade de Santa Maria, aproximadamente década de 70.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Nesta imagem, vista aérea do altar monumento a Nossa Senhora Medianeira (Figura 38) com data aproximada entre os anos de 1980 e 2000, localizado na Avenida Medianeira. Ao fundo do altar monumento, vista aérea parcial do Bairro Medianeira. O Altar Monumento foi inaugurado em 1975 na ocasião da 32ª Romaria Estadual por Dom Albino Luciani, Cardeal patriarca de Veneza, que em 1978 tornou-se o Papa João Paulo I (<http://www.santuariomedianeira.com.br>).

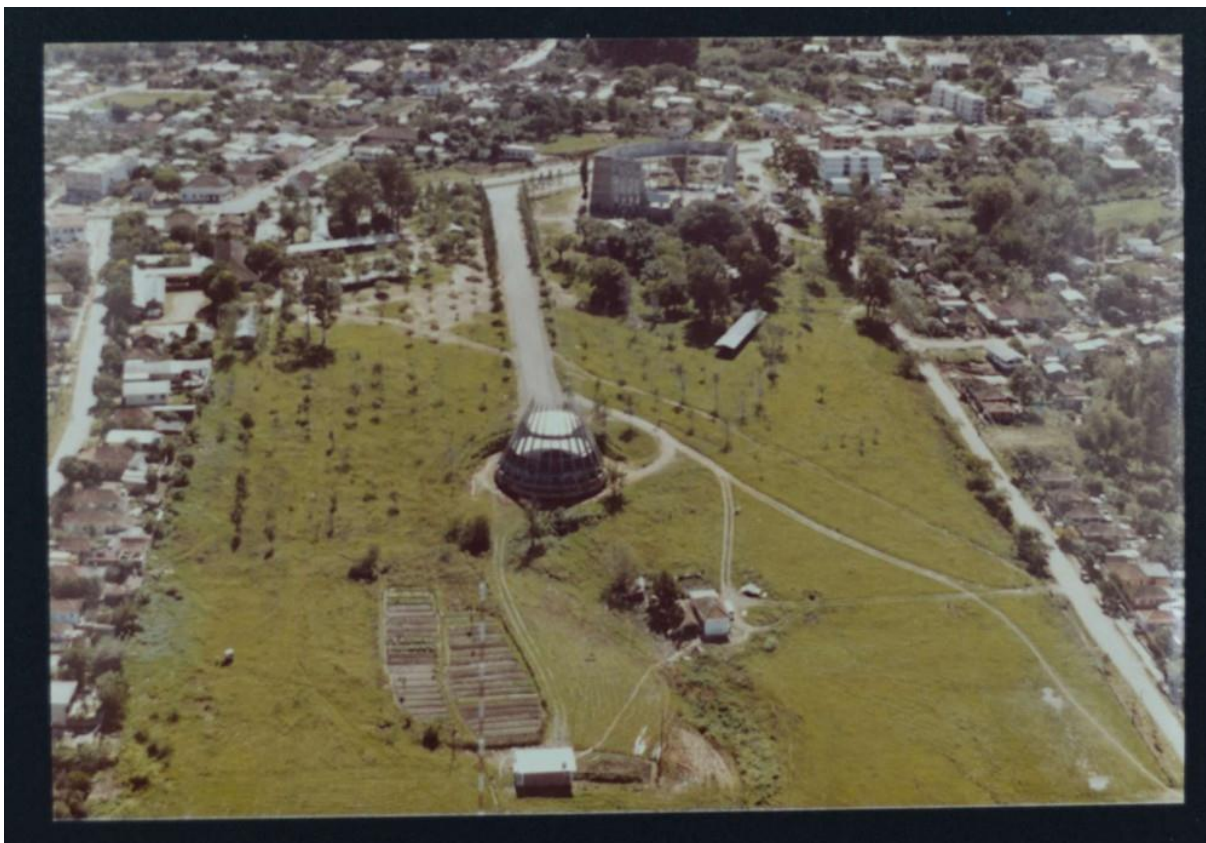


Figura 38 - Vista aérea do altar monumento a Nossa Senhora Medianeira, entre 1980 e 200.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Na vista parcial da cidade de Santa Maria (Figura 39) tem-se na parte inferior a vista parcial do Parque da Viação Férrea de Santa Maria e no lado direito, localiza-se a Avenida Rio Branco (seta verde). Nesta imagem ainda pode-se observar o Bairro Cerrito (círculo vermelho), uma parte dos Bairros Lorenzi e Dom Antônio Reis (círculo amarelo) e o Colégio Estadual Manoel Ribas (quadrado roxo).



Figura 39 – Vista Parcial, ano 2000.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

A imagem da Estação Ferroviária (Figuras 40) nos mostra uma fase de total abandono por parte do poder público em relação a esse patrimônio cultural da cidade de Santa Maria. Já na imagem (Figura 41) a Estação Ferroviária passou por um processo de revitalização e atualmente abriga a Secretaria de Cultura e é palco de shows, da tertúlia Musical Nativista e feiras como a do peixe e de artesanatos.



Figura 40 – Estação Ferroviária em 1998.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.



Figura 41 - Estação Ferroviária em 2010.
Fonte: <http://santamaria.redecidades.net/fotos.php>

Em 1992, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santa Maria, foi iniciado um projeto de restauro, remodelação e ampliação do Theatro Treze de Maio. A intenção era dotá-lo de recursos técnicos que permitissem o retorno da cidade ao circuito nacional e internacional de espetáculos culturais. A falta de recursos públicos, entretanto, acabou por motivar uma nova mobilização da comunidade em torno do ideal de reabertura da casa. Assim, foi fundada, em 1993, a Associação dos Amigos do Theatro Treze de Maio - AATTM, tendo como primeiro presidente José Antônio Goi (<http://www.theatro13maio.com.br>).

A partir de 1995, com a eleição de uma nova Diretoria, presidida por Ailo Saccol, esta Associação teve incentivo de inúmeros agentes sociais: órgãos públicos, empresários, veículos de comunicação social, intelectuais e pessoas interessadas no reerguimento das alternativas culturais na cidade. Era deflagrada a Campanha "Seja Sócio da História", com o objetivo de angariar os recursos necessários para a concretização da obra e de seus acabamentos essenciais. A assinatura do projeto de reconstrução de interiores foi do engenheiro Ismael Acunha Solé. A logomarca do Theatro é criação da agência Latino América Comunicação, e da Associação dos Amigos é criação da agência Companhia de Propaganda, ambas de Santa Maria (<http://www.theatro13maio.com.br>).

Após dezoito meses de trabalho, na noite de 26 de maio de 1997, o Theatro Treze de Maio foi solenemente reaberto com o espetáculo "Cenas de um Casamento", com Tony Ramos e Regina Braga (<http://www.theatro13maio.com.br>).

Todo este panorama já valeu alguns reconhecimentos públicos ao trabalho desenvolvido, como Destaque Teatral 1998, conferido pela Prefeitura Municipal de Santa Maria; Prêmio Líderes e Vencedores 1998 conferido pela Federasul e Assembleia Legislativa do RS e Destaque Cultural 1999 pela Prefeitura Municipal de Santa Maria. Conquistas que são lideradas por uma Diretoria voluntária e por funcionários contratados e estendidas a todos os seus colaboradores (<http://www.theatro13maio.com.br>). Nessa imagem do Theatro Treze de Maio (Figura 42), pode-se observar a remodelagem pela qual o teto do Teatro passou sendo reforçado com estruturas de ferro.



Figura 42 - Teatro 13 de Maio no ano de 2000.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Esta fotografia tirada no ano 2000 mostra o início da Rua do Acampamento (Figura 43), do lado esquerdo fica a Praça Saldanha Marinho, do lado direito o Calçadão. Nesta fotografia podemos ver o prédio do antigo Banco Nacional do Comércio que hoje abriga o Banco da Caixa Econômica Federal, o Clube Caixeiral, o Edifício Taperinha e ainda o Museu Gama D'Eça. Ainda podemos visualizar o viaduto construído na década de 90 pelo então prefeito Evandro Behr.



Figura 43 – Rua do Acampamento, ano de 2000.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

O Campus da Universidade Federal de Santa Maria (Figura 44) está localizado no Bairro Camobi, km 9, rodovia RS-509, onde se realiza a maior parte das atividades acadêmicas e administrativas. Existem, no centro da cidade, outras unidades acadêmicas e de atendimento à comunidade, como o Prédio da Antiga Reitoria e o Prédio do Antigo Hospital Universitário. A entrada do Campus em Camobi (Figura 45) passou recentemente por um processo de modificação, além de uma nova pintura na cor azul. Atualmente um pequeno trecho da entrada da Avenida Roraima conta com uma ciclovia.



Figura 44 - Entrada do Campus da Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 2000.
Fonte: santamariafotoo.blogspot.com



Figura 45 – Entrada do Campus da Universidade Federal de Santa Maria, ano 2013.

Fonte: <http://w3.ufsm.br>

A partir da imagem da vista parcial de Santa Maria em 2010, pode-se visualizar alguns bairros da cidade de Santa Maria (Figura 46). No entanto, Santa Maria subdivide-se em distritos, os distritos em bairros e os bairros contém unidades residenciais, cada subdivisão com as suas finalidades e aspectos. Conforme o Art. 3º da Lei Complementar Nº 042, de 29 de dezembro de 2006, Unidades Urbanas são partes escalonadas do Perímetro Urbano, definidas e delimitadas segundo critério de homogeneidade, denominadas de Regiões Administrativas (R.A.), Unidades de Vizinhança (U.V.) e Unidades Residenciais (U.R.) para fins meramente administrativos e de auxiliar as ações de planejamento.

§ 1º. Região Administrativa (R.A.): constitui-se a unidade setorial do Perímetro Urbano ligando entre si as Unidades de Vizinhança para fins administrativos;

§ 2º. Unidade de Vizinhança (U.V.): Constitui-se o núcleo básico do Perímetro Urbano, denominada de Bairro, ligando entre si as Unidades Residenciais com características urbanas semelhantes;

§ 3º. Unidade Residencial (U. R.): constitui-se a menor unidade urbana de relação e convivência, ligando uma parcela de unidades habitacionais dentro de um sistema viário, identificada por loteamento, condomínio residencial, parque residencial, jardim residencial, vila e outras, distribuídas dentro da U. V..



Figura 46 – Vista Aérea Parcial da Cidade de Santa Maria, 2010.
Fonte: Gerson Gerloff in www.skycrapecity.com

Entretanto, a Cidade de Santa Maria nem sempre possuiu uma divisão assim. Para compreender o processo geohistórico pelo qual a cidade passou, faz-se necessário uma breve síntese cronológica com apresentação de alguns mapas na busca desse entendimento.

4.2 Processo de transformação Geohistórico de Santa Maria

Em 1º de outubro de 1777 foi concluído entre as Coroas de Portugal e de Espanha um convênio que tomou o nome de Tratado Preliminar de Restituições Recíprocas, cuja finalidade era a demarcação dos limites entre os domínios de Espanha e o Sul do Brasil, restituindo, amigavelmente, uma nação a outra, colocando fim em tudo aquilo que a força das armas, indevidamente, houvesse sido arrebatado em guerras passadas.

Foi entre março e abril de 1787 que a Comissão Demarcatória de Limites encarregada de marcar a linha divisória entre os domínios de Espanha e Portugal no Sul da América chegou à região onde hoje está Santa Maria e ali fez seu acampamento.

A comissão permaneceu por muito tempo a fim de concluir os trabalhos de gabinete relativos à demarcação procedida, imediatamente ordens foram dadas para a derrubada da floresta no cimo do outeiro, levantando-se em seguida o quartel para a tropa, o escritório para a comissão técnica, os ranchos para os oficiais, e a indispensável capela em obediência a vontade soberana decorrente do espírito religioso da época.

A expedição permaneceu em Santa Maria até fim de setembro de 1801 elaborando mapas e mais documentos que deveriam ser apresentados ao governo português por intermédio do Vice-rei do Brasil.

No começo de outubro de 1801 a caravana partiu com destino a Porto Alegre e desse dia em diante Santa Maria deixou de ser um acampamento para ser um povoado propriamente dito.

4.2.1 Formação Administrativa de Santa Maria

Em 1810 ocorre a elevação do pequeno Oratório do Acampamento (constituído pelos primeiros povoadores) à Capela (Figura 03).

Em 1812 a povoação é elevada à Curato. O primeiro Cura da Capela Curada é o Padre Antonio José Lopes.

Em 1819 Santa Maria passa a constituir-se no 4º Distrito da Vila Nova de São João de Cachoeira (atual Cachoeira do Sul).

A Lei Provincial n.º 6, de 17 de novembro de 1837 cria a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte.



Figura 47 - Mapa do que vem a ser, hoje, a área central de Santa Maria em 1849.
Fonte: TOCHETTO, Daniel. 2013.

O mapa mais antigo de Santa Maria, possivelmente de 1849 (Figura 47), foi elaborado pelo engenheiro e agrimensor alemão Johann Martin Buff, que veio ao Brasil como militar contratado e foi tenente do 28º Batalhão de Caçadores. A povoação era Freguesia filial de Cachoeira e sede de seu 4º Distrito o qual tinha pouco mais de 2.000 habitantes. Foi levantada por ordem do Presidente da Província, Francisco José de Sousa Soares de Andréa, Barão de Caçapava, que governou de 10 de abril de 1848 a 6 de março de 1850.

O mapa revela o traçado urbano da povoação antes de sua emancipação política. Esse mapa mostra o amplo espaço destinado à praça central e o local da primitiva igreja católica, marcado por uma cruz de malta. Os alinhamentos da atual Av. Rio Branco estão apenas iniciados, afastados da igreja e do cemitério que ficava ao lado. A Rua do Acampamento era a mais densamente edificada. A Rua da Matriz

(Venâncio Aires) era a via mais longa, em parte uma estrada desabitada até o Passo da Areia, onde havia algumas chácaras, inclusive a área na qual seria construída a Sotéia. A Rua Pacífica (Dr. Bozano) ia pouco além da atual Rua Conde de Porto Alegre e seguia como um estreito caminho. A Rua da Aldeia, atual Av. Presidente Vargas, era uma longa e sinuosa estrada. Várias vias não haviam sido abertas como as atuais ruas Floriano Peixoto, Duque de Caxias, Coronel Niederauer e Tuiuti.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Santa Maria da Boca do Monte, pela lei provincial nº 400, de 16 de dezembro de 1857. Instalada em 17 de maio 1858.

Elevado à condição de Cidade e sede do município com a denominação de Santa Maria da Boca do Monte, pela provincial nº 1013, de 6 de abril 1876.

Pela lei provincial nº 1392, de 1º de junho de 1882, é criado o Distrito de São Pedro e anexado ao município de Santa Maria da Boca do Monte.

Pela lei provincial nº 1455, de 26 de abril de 1884, é criado o distrito de Silveira Martins e anexado ao município de Santa Maria da Boca do Monte.

Na figura a seguir (Figura 48), uma demonstração do que seria uma planta da cidade de Santa Maria em 1902.



Figura 48 – Planta da Cidade de Santa Maria em 1902.
 Fonte: MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997.

Por atos municipais nºs 46, de 4 de março de 1896, e nº 18, de 29 de abril de 1914, é criado o distrito de Arroio do Só e anexado ao município de Santa Maria da Boca do Monte.

Em 6 de outubro de 1901, Santa Maria da Boca do Monte, adquiriu o território do extinto município de São Martinho como simples distrito.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 5 distritos: Santa Maria da Boca do Monte, Arroio do Só, São Martinho, São Pedro, Silveira Martins.

Por atos municipais nºs 14, de 31 de dezembro de 1913, e 18, de 29 de abril de 1914, foram criados os distritos de Caturrita e Estação Colônia e anexado ao município de Santa Maria da Boca do Monte.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1º de abril de 1920, o município aparece constituído de 9 distritos: Santa Maria da Boca do Monte, Arroio

do Só, Boca do Monte, Caturrita, Estação Colônia, Pains, São Martinho, São Pedro, Silveira Martins.

Por ato municipal nº 66, de 21 de fevereiro de 1923, é criado o distrito de Dilermando de Aguiar e anexado ao município de Santa Maria da Boca do Monte.

Pelo decreto estadual nº 3624, de 22 de março de 1926, desmembra do município de Santa Maria da Boca do Monte o distrito de São Pedro, elevado à categoria de município, com o nome de São Pedro do Sul.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município de Santa Maria da Boca do Monte aparece constituído de 8 distritos: Sede, Arroio do Só, Boca do Monte, Dilermando de Aguiar, Estação Colônia, Pains, São Martinho e Silveira Martins. Não figurando o distrito de Caturrita.

Em divisões territoriais datadas 31 de dezembro de 1936, o município se denomina Santa Maria (e não mais Santa Maria da Boca do Monte) e aparece constituído de 7 distritos: Sede, Arroio do Só, Boca do Monte, Dilermando de Aguiar, Estação Colônia, São Martinho, Silveira Martins. Não figurando o distrito de Pains.

Pelo decreto-lei estadual nº 7842, de 30 de junho de 1939, o distrito de Estação Colônia tomou o nome simplesmente Colônia.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 7 distritos: Sede, Arroio do Só, Boca do Monte, Colônia (ex-Estação Colônia), Dilermando de Aguiar, São Martinho, Silveira Martins.

Pelo decreto-lei estadual nº 720, de 29 de dezembro de 1944, o distrito de Colônia tomou a denominação de Camobi.

Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o município é constituído de 7 distritos: Sede, Arroio do Só, Boca do Monte, Camobi (ex-Colônia), Dilermando de Aguiar, São Martinho, Silveira Martins.

Pela lei municipal nº 180, de 24 de junho de 1952, é criado o distrito de Itaara, pela lei municipal nº 180, de 24 de junho de 1952, com território desmembrado do distrito de Camobi e anexado ao distrito de Sede.

Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1955, o município é constituído de 8 distritos: Sede, Arroio do Só, Boca do Monte, Camobi, Dilermando de Aguiar, Itaara, São Martinho, Silveira Martins. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960.

Pela lei nº 1037, de 1962, distrito de Colônia Vacacaí tomou a denominação de Santa Flora.

Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município é constituído de 9 distritos: Sede, Arroio do Só, Boca do Monte, Camobi, Dilermando de Aguiar, Itaara, Santa Flora (ex-Colônia Vacacaí), São Martinho, Silveira Martins. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1º de janeiro de 1979.

Em 1982 o distrito sede tem a sua primeira divisão oficial em bairros, em 1986 são feitas pequenas mudanças. Porém, foram criados bairros avulsos antes de 1982, como é o caso do *Bairro Roberto Holtermann* que fora criado em 1961, e hoje é uma Unidade Residencial do bairro Nossa Senhora de Fátima com o nome de *Vila Holtermann*.

Em 1986, a Lei nº 2770/86 de 2 de julho de 1986 cria 24 bairros em Santa Maria: eram eles: 1 - Centro • 2 - Nossa Senhora das Dores • 3 - Nossa Senhora de Lourdes • 4 - Medianeira • 5 - Nossa Senhora do Rosário • 6 - Salgado Filho • 7 - Chácara das Flores • 8 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro • 9 - Itararé • 10 - Presidente João Goulart • 11 - Km Três • 12 - São José • 13 - Cerrito • 14 - Urlândia • 15 - Tomazzetti • 16 - Patronato • 17 - Passo d'Areia • 18 - Juscelino Kubitschek • 19 - Caturrita • 20 - Pé de Plátano • 21 - Camobi • 22 - Cohab Camobi • 23 - Cohab Passo da Ferreira • 24 - Parque Pinheiro Machado.

Pela lei estadual nº 8481, de 11 de dezembro de 1987, desmembra do município de Santa Maria o distrito de Silveira Martins, elevado à categoria de município.

Pela lei municipal 3099, de 19 de dezembro de 1988, é criado o distrito de Arroio Grande e anexado ao município de Santa Maria.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 9 distritos: Sede, Arroio do Só, Arroio Grande, Boca do Monte, Camobi, Dilermando de Aguiar, Itaara, Santa Flora e São Martinho.

Pela lei municipal nº 3770, de 19 de abril de 1991, é criado o distrito de Passo do Verde e anexado ao município de Santa Maria.

Pela lei municipal nº 3369, de 2 de setembro de 1991, é criado o distrito de Pains e anexado ao município de Santa Maria.

Pela lei estadual nº 9593, de 20 de março de 1992, desmembra do município de Santa Maria o distrito de São Martinho, elevado à categoria de município com a denominação de São Martinho da Serra.

Pela lei municipal nº 3639, de 13 de abril de 1993 o distrito de Arroio do Só passou a denominar-se "Arroio do Sol".

Em divisão territorial datada de 1993, o município é constituído de 10 distritos: Sede, Arroio do Sol (ex-Arroio do Só), Arroio Grande, Boca do Monte, Camobi, Dilermando de Aguiar, Itaara, Pains, Passo Verde e Santa Flora.

Pela lei estadual nº 10633, de 28 de dezembro de 1995, desmembra do município de Santa Maria o distrito de Dilermando de Aguiar, elevado à categoria de município.

Pela lei estadual nº 10643, de 28 de dezembro de 1995, desmembra do município de Santa Maria o distrito de Itaara, elevado à categoria de município.

Pela lei municipal nº 4120, de 19 de dezembro de 1997, foram criados os distritos de Palma e São Valentim e anexado ao município de Santa Maria.

Em divisão territorial datada de 1999, o município é constituído de 9 distritos: Sede, Arroio do Sol, Arroio Grande, Boca do Monte, Pains, Palma, Passo do Verde, Santa Flora e São Valentim.

Pela lei municipal 4498, 28 de dezembro de 2001, é criado o distrito de Santo Antão e anexado ao município de Santa Maria.

Em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 10 distritos: Sede, Arroio do Só, Arroio Grande, Boca do Monte, Pains, Palma, Passo do Verde, Santa Flora, Santo Antão e São Valentim. Assim permanecendo em divisão territorial até a atualidade.

A Lei Complementar nº 042/2006 de 29 de dezembro de 2006 cria unidades urbanas, altera a divisão urbana de Santa Maria, dá nova denominação aos bairros e revoga a Lei Municipal nº 2770/86, de 02/07/1986, onde Santa Maria passa a contar com 41 bairros (Figura 49).

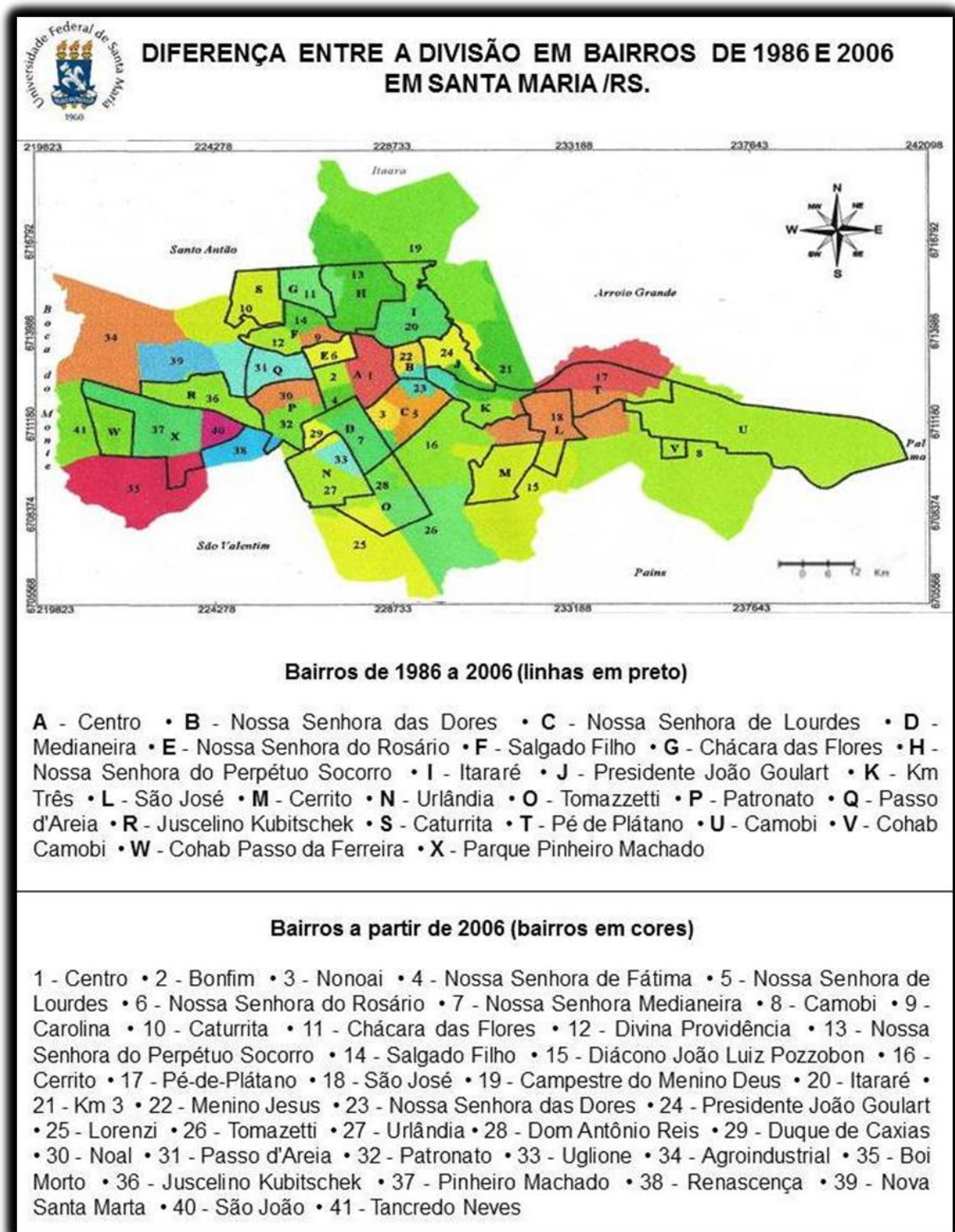


Figura 49 – Diferença entre a divisão em bairros de 1986 e 2006 em Santa Maria/RRS
Fonte: NETTO, Andreia Herkert, 2014.

A evolução da Ocupação Urbana (Figura 50) ocorreu de maneira distinta ao longo sua História. No mapa (Figura 51) que traz a Divisão Urbana de Santa Maria, podem-se observar as linhas urbanas atuais da cidade, o que contribui para a modificação da paisagem citadina. Foi a partir de 1946 que Santa Maria tem um considerável processo de expansão urbana, ampliando-se para fora do seu centro histórico que se intensificou em 1979, principalmente no eixo leste-oeste. Isso ocorreu em grande parte devido à construção/ampliação da COHAB Santa Marta (atualmente Núcleo Habitacional Santa Marta) e COHAB Tancredo Neves (atualmente Bairro Tancredo Neves) na zona oeste e a construção da COHAB Fernando Ferrari (Núcleo Habitacional Fernando Ferrari) no Bairro Camobi na zona leste.

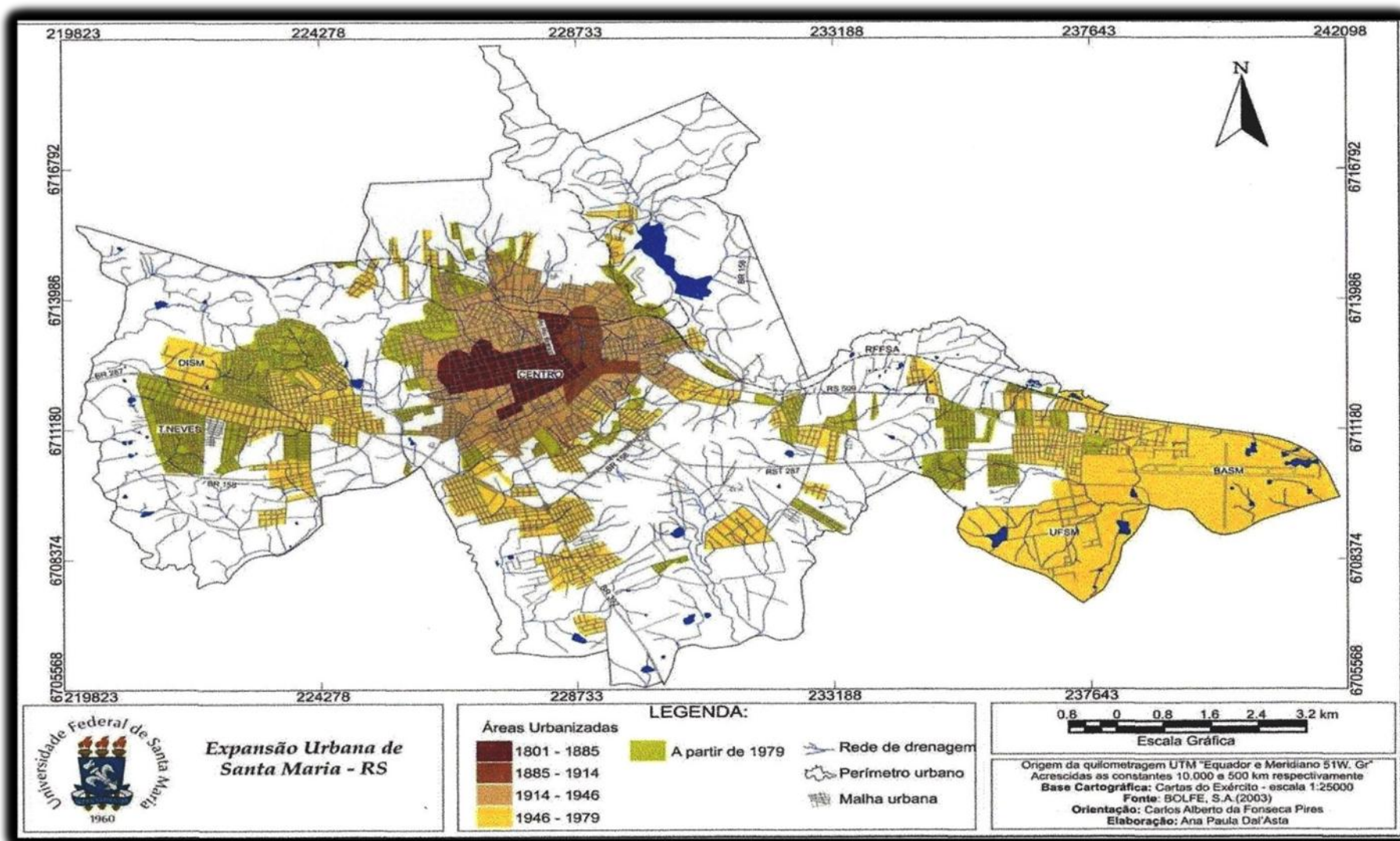


Figura 50 – Evolução da Ocupação Urbana de Santa Maria.
Fonte: DAL'ASTA, Ana Paula, 2009.

Atualmente Santa Maria tem sua divisão urbana conforme Lei Complementar nº 042/2006 de 29 de dezembro de 2006:

1º distrito: Sede

São os bairros do distrito da Sede com as suas respectivas unidades residenciais:

1. Agroindustrial: Agroindustrial, Agrovila I, Agrovila II, Distrito Industrial de Santa Maria;
2. Boi Morto: Boi Morto, Rincão dos Bentos, Vila Boi Morto, Vila Cauduro, Vila Querência, Vila Santa Catarina;
3. Bonfim: Bonfim;
4. Camobi: Base Aérea de Santa Maria, Camobi, Condomínio Residencial Novo Horizonte, Condomínio Vila Verde, Estação Colônia, Loteamento Behr, Loteamento Carlos Gomes, Loteamento Grazziotin, Loteamento Irmão Leão, Loteamento Martins da Silva, Loteamento Monfardini, Loteamento Vila São José, Núcleo Habitacional Fernando Ferrari, Parque Residencial Alto da Colina, Parque Residencial Amaral, Parque Residencial Camobi, Parque Residencial Fiori D'Itália, Parque Residencial Monte Carlo, Parque Residencial Novo Horizonte, Parque Residencial Santa Lúcia, Parque Residencial Universitário, Petit Village, Residencial Araçá, Universidade Federal de Santa Maria, Vila Almeida, Vila Assunção, Vila do Canto, Vila Jardim, Vila Santa Helena, Vila Santos Dumont, Vila Soares do Canto, Vila Tereza, Vila Tonetto, Vila Vitório Rossato, Residencial Monte Bello;
5. Campestre do Menino Deus: Campestre do Menino Deus, Perau, Rincão do Soturno, Vila Dutra, Vila Garibaldi, Vila Menino Deus, Vila Pires;
6. Carolina: Carolina, Vila Carolina, Vila Valdemar Rodrigues;
7. Caturrita: Caturrita, Vila Bela União, Vila Jordânia, Vila Negrine, Vila Nossa Senhora da Conceição, Vila Portão Branco, Vila Santa Rita, Vila São José;
8. Centro: Astrogildo de Azevedo A, Astrogildo de Azevedo B, Centro, Parque Centenário, Parque Itaimbé, Rizzato Irmãos, Vila Belga, Vila Crispim Pereira, Vila Felipe de Oliveira, Vila José Azenha, Vila José Moraes, Vila Major Duarte, Vila Zulmira;
9. Cerrito: Cerrito, Cerrito Dois, Fósseis da Alemoa, Morro do Cerrito, Morro Mariano da Rocha, Vila Floresta;
10. Chácara das Flores: Balneário das Pedras Brancas, Chácara das Flores, Chácara das Rosas, Desmembramento Fernando Friedrich, Vila Cerro Azul, Vila das Flores, Vila Itagiba, Vila Sant'Anna, Vila Santa Terezinha, Vila São Rafael, Vila Tiarajú, Vila Vitória;
11. Diácono João Luiz Pozzobon: Conjunto Residencial Diácono João Luiz Pozzobon, Jardim Berleze, João Luiz Pozzobon, Loteamento Paróquia das Dores, Vila Cerrito, Vila Maringá;
12. Divina Providência: Divina Providência, Vila Brenner, Vila Km 2, Vila São João Batista;
13. Dom Antônio Reis: Dom Antônio Reis, Parque Residencial Dom Antonio Reis, Seminário São José;
14. Duque de Caxias: Duque de Caxias, Parque Residencial Duque de Caxias, Vila Lameira, Vila Moreira, Vila Plátano;

15. Itararé: Canário, Itararé, Loteamento Link, Possadas, Vila Bela Vista, Vila Bürger, Vila Felipe Menna Barreto, Vila Krueel, Vila Montanha Russa, Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Pércio Reis, Vila Popular Leste, Vila Popular Oeste;
16. Juscelino Kubitschek: Conjunto Habitacional Santa Marta, Juscelino Kubitschek, Vila Caramelo, Vila Jóquei Clube, Vila Martelet, Vila Prado, Vila Rigão;
17. Km 3: Km 3, Vila Anacleto Corrêa, Vila Bilibiu, Vila Dr. Wautier, Vila Favarin, Vila Palmares;
18. Lorenzi: Estância do Minuano, Lorenzi, Vila Bom Jesus, Vila Lorenzi, Vila Quitandinha, Vila Santa Rita de Cássia, Vila Santo Antônio, Vila Severo, Vila Tavares;
19. Menino Jesus: Menino Jesus, Vila Leste, Vila Major Duarte, Vila Ponte Seca;
20. Noal: Noal, Vila Arco-Íris, Vila Kosoroski, Vila Lídia, Vila Natal, Vila Noal, Vila Pantaleão, Vila Rohde, Vila San Martin;
21. Nonoai: Conjunto Residencial João Rolim, Nonoai, Parque Residencial Jardim Tamanday, Parque Residencial Panorama, Vila Nonoai;
22. Nossa Senhora das Dores: Dores, Loteamento Bela Vista, Loteamento Londero, Vila Cassel, Vila Roemer, Vila Rossato, Vila Sinhá, Vila São Luiz, Vila Tombési;
23. Nossa Senhora de Fátima: Fátima, Vila Antônio Corrêa, Vila Holtermann, Vila Militar, Vila Selmer;
24. Nossa Senhora de Lourdes: Loteamento Cidade Jardim, Nossa Senhora de Lourdes, Parque Residencial Nossa Senhora da Saúde, Parque Residencial Nossa Senhora de Lourdes, Vila Ana Maria, Vila Belém, Vila Elwanger, Vila Palotina, Vila Rolim;
25. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: Perpétuo Socorro, Vila do Carmo, Vila Getúlio Vargas, Vila Jane, Vila Neumayer, Vila Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Vila Tietze;
26. Nossa Senhora do Rosário: Beco do Otávio, Loteamento Noêmio Lemos, Rosário, Vila Bortola, Vila Menna Barreto, Vila Oficina Ramos, Vila Osvaldo Beck;
27. Nossa Senhora Medianeira: Condomínio Madre Paulina, Medianeira, Vila Bazzégio, Vila Cândida Vargas, Vila Esperança, Vila Imembuí, Vila Mariana, Vila Medianeira;
28. Nova Santa Marta: Loteamento Alto da Boa Vista, Loteamento Dez de Outubro, Loteamento Dezoito de Abril, Loteamento Marista, Loteamento Núcleo Central, Loteamento Sete de Dezembro, Nova Santa Marta, Vila Pôr do Sol;
29. Passo d'Areia: Loteamento Roveda, Passo d'Areia, Vila Independência, Vila Marechal Mallet, Vila Oliveira;
30. Patronato: Parque Residencial Padre Caetano, Patronato, Vila Dois de Novembro, Vila Guarani, Vila Plátano;
31. Pé de Plátano: Parque Residencial Ouro Verde, Pé de Plátano, Vila Almeida, Vila Presidente Vargas;

32. Pinheiro Machado: Loteamento Bela Vista, Parque Residencial Pinheiro, Parque Residencial Lopes, Pinheiro Machado, Vila Ecologia, Vila Rossi, Vila São Serafim;
33. Presidente João Goulart: João Goulart, Vila Fredolina, Vila Nova, Vila Operária, Vila Schirmer;
34. Renascença: Condomínio Residencial Arco Verde, Renascença, Vila Renascença;
35. Salgado Filho: Salgado Filho, Vila Brasília, Vila Kennedy, Vila Norte, Vila Nossa Senhora do Trabalho, Vila Salgado Filho;
36. São João: São João, Vila São João, Vila Schimidt;
37. São José: Jardim Lindóia, Loteamento Barroso, Parque do Sol, São José, Vila Farroupilha, Vila Figueira, Vila Sarandi, Vila Sargento Dornelles;
38. Tancredo Neves: Conjunto Residencial Piratini, Núcleo Habitacional Tancredo Neves, Tancredo Neves, Vila Canaã;
39. Tomazetti: Parque Residencial Tomazetti, Tomazetti, Vila Tomaz;
40. Uglione: Parque Residencial São Carlos, Uglione, Vila Alegria, Vila Goiânia, Vila São Pedro;
41. Urlândia: Parque Residencial São Carlos, Urlândia, Vila Formosa, Vila Santos, Vila Tropical, Vila Urlândia.

2º distrito: São Valentim

3º distrito: Pains

4º distrito: Arroio Grande

5º distrito: Arroio do Só

6º distrito: Passo do Verde

7º distrito: Boca do Monte

8º distrito: Palma

9º distrito: Santa Flora

10º distrito: Santo Antão

Dois importantes elementos marcam o processo da expansão urbana do município de Santa Maria: a rede de drenagem e o traçado da ferrovia. Santa Maria vem apresentando, ao longo de décadas, um crescimento urbano desordenado, como acontece na grande maioria das cidades brasileiras. O crescimento populacional cada vez apresenta-se mais desigual, criando novas formas de ocupação urbana. Há um nítido afastamento do indivíduo dos ambientes naturais.

A partir da periodização realizada com base no autor Milton Santos, pode-se inferir que cada imagem sugere um espaço que se abre a múltiplas formas de entendimento, de criação e de significação da paisagem. Por isso, se tem uma paisagem com estética inacabada e a imagem fotográfica é sempre uma concepção de paisagem, que domina o homem com uma normatividade despótica; mas é

também aquilo que deve ser excluído ou reduzido ao silêncio (Foucault e Rouanet, 1996, p. 13).

A paisagem articula-se a uma discussão sobre o universo urbano concebido como fruto da realidade relacional, efetivando-se entre grupos, práticas, sujeitos e objetos. Nesse sentido, a leitura da paisagem citadina vincula-se às representações coletivas, numa articulação entre fios que integram a trama relacional da vida social. E como fusão a esse aspecto, tem-se a cultura como agente, a área citadina como meio, e a paisagem como um conjunto de resultados sempre parciais, onde a imagem fotográfica fornece quadros de orientação à realidade geográfica.

A partir da construção imagética, sejam nas ruas, praças, os monumentos arquitetônicos ou as vivências, foi possível constatar nas imagens que o que seus autores atribuíram à fotografia não foi puro e simplesmente caráter denotativo, foi muito mais competência estética e simbólica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho que teve como objetivo analisar as relações sócio históricas da cidade de Santa Maria/RS a partir do acervo fotográfico do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria bem como da Casa de Memória Edmundo Cardoso, foi possível constatar a importância das imagens iconográficas como importante fonte de pesquisa.

Para a Geografia, a fotografia pode servir para comparar imagens de um mesmo espaço feito em épocas diferentes, possibilitando observar sua dinâmica no tempo através das transformações que os elementos sofreram.

As fotografias antigas também fornecem pistas importantes sobre o modo de vida das pessoas, as relações de trabalho, as atividades econômicas, o uso de tecnologias, os meios de transportes, os recursos naturais, a arquitetura das construções, etc. Seu estudo pode estar associado a outros materiais antigos como adornos, instrumentos de trabalhos, objetos de uso pessoal, utensílios domésticos, entre outros.

A partir das imagens iconográficas, o campo de visão da paisagem de Santa Maria nos permite ter acesso a uma paisagem urbana como conjunto de elementos plásticos que (re) escrevem o espaço citadino como achado visual simbólico, imaginário, "real", "ficcional". Tais imagens iconográficas apresentadas no trabalho nos dão conta de um universo profundamente estético, numa composição de narrativas e dramaturgias criativas sobre determinados espaços da cidade como: a rua, a igreja e o plano arquitetônico.

Com base nas imagens iconográficas, sejam nas fotografias, sejam nos mapas apresentados, o período o qual Santa Maria mais sofreu transformações socioespaciais foi sem dúvida, o período técnico-científico-informacional. Observa-se na paisagem citadina um constante processo de evolução urbana, seja na ampliação das linhas urbanas, seja na construção de novos residenciais verticais na cidade.

A maioria dos prédios históricos situa-se ao redor da praça central, que era o centro político, religioso, econômico, cultural e social da cidade no início do século XX. Do conjunto arquitetônico, sobressai-se o Theatro Treze de Maio, cuja construção foi iniciada ainda no século XIX.

Observou-se que a cidade conserva a maioria de seus prédios históricos, como a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, o Theatro Treze de Maio, a Catedral do Mediador da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, o Clube Caixeiral de Santa Maria, o Banco Nacional do Comercio, a Sociedade União dos Caixeiros Viajantes e a Vila Belga, locais de grande beleza arquitetônica. Entretanto, outros prédios estão escondidos embaixo de fachadas de propagandas em todo o centro-histórico, principalmente na Rua do Acampamento, escondendo de certo modo, suas formas arquitetônicas.

A iconografia aqui apresentada nos faz desfrutar antigas vivências, andar pelas ruas do passado, rever prédios que não existem mais, vagar pelo tempo que se foi. Dando asas à nossa memória, as imagens são poéticas e falam por si, no entanto, o olhar do pesquisador é que define os momentos históricos a serem recordados.

A paisagem urbana tangenciada pela imagem fotográfica é uma composição imediata do espaço, é uma emergência estética que se projeta no domínio espacial da cidade. Posto que, a maneira como os espaços estão representados não dão conta de uma "documentação" humana na narrativa fotográfica, não há interesse em testemunhar os sujeitos da/cidade; e em algumas imagens quando o ser humano aparece, não há um processo plástico que se concretiza em função do mesmo. Portanto, não há busca por testemunhos e evidências temporais na representação urbana da paisagem.

O arranjo plástico elaborado sobre Santa Maria ultrapassa uma espacialidade que se faz na emergência das práticas, das usualidades de um lugar comum, criando um novo sentido para marcar a ação do espaço num campo de disputa temporal. Haja vista que o acervo expressa um esforço de criar novas formas de "olhar" a paisagem, sendo antes um sentido espacial dotado de dimensões simbólicas. Nesse sentido, todas as dimensões socioespaciais evidenciadas em cada uma dessas fotografias se expandem como renovação semântica.

É preciso concluir que a reunião dessas imagens iconográficas é um esforço criativo de composição visual, com forte investimento discursivo que ultrapassa as formas comuns de entendimento dos objetos urbanos. Que diz de uma paisagem "visível" na criação de um mundo imaginário, para além do que se aprende olhando

posto que, a imagem fotográfica é prática social investida por estruturas que mostram e condicionam forças intensas que se apoderam da "realidade".

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 3ª Edição, IPLANRIO, Rio de Janeiro, 1997.

_____. Sobre a Memória das Cidades. In: **Revista Território** – LAGET/UFRJ, nº 4, Ano III, Jan/Jun. 1998.

_____. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. OLIVEIRA. Lúcia Lippi (org). **Cidade: História e Desafios**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002/A.

_____. “O Rio de Janeiro Quinhentista: debates e armadilhas”. **Revista Rio Urbano**, Fundação CIDE, Rio de Janeiro, Março 2002/B.

_____. Cidades: Espacialidades e Temporalidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandra e LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas Urbanos** – Novas Abordagens sobre a Cidade. Contexto Acadêmico, São Paulo, 2003.

AAVV, **Enciclopédia Mirador Internacional**. vol. III São Paulo /Rio de Janeiro. Enciclopédia Britânica do Brasil. 1976.

ARAÚJO, Renata Amaral; MAHFOUD, Miguel. **Memória Coletiva e Imagem Fotográfica**: Elaboração da Experiência em uma Tradicional Comunidade Rural. Memorandum 2, 68-102, Abr. 2002. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos02/araujo02.htm>>. Acesso em: 19 de maio de 2011.

BASSANI, Jorge. **As linguagens artísticas e a cidade**: cultura urbana do século XX. São Paulo: Formarte, 2003.

BLOOMFIELD, Tânia Bittencourt. Paisagens urbanas e lugares: uma abordagem de Geografia Cultural para a intervenção urbana polaroides (in)visíveis, de Tom Lisboa, em Curitiba. In: 17º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Panorama da Pesquisa em Artes Visuais. **Anais...Florianópolis. Anais de Resumo**. Florianópolis, 2008, p. 68-102.

BRASIL. **Lei. Nº. 8.159 de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 29, n. 6, p. 455, jan. 1991. Seção I. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 22 set. 2011.

BELÉM, João da Silva. **História do Município de Santa Maria 1797-1933**. Santa Maria: UFSM, 1989.

BOSI, Ecléia. **Memória da cidade**: lembranças paulista. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 47, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000100012&script=sci_arttext>. Acesso: em 16 de jun. de 2011.

BORGES, Maria Elisa Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na Metrópole**. Contexto Acadêmica, São Paulo, 2001.

CASTRIOTA, Leornado Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IDES, 2009.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2.^a Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CLAVAL, Paul. O Território na Transição da Pós-Modernidade. **GEOGRAPHIA**, Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, UFF/EGG, ano 1, nº 2, 1999.

CEOLIN, Lísian V. ; LIMBERGER, Lucienne L. R..Potencial de Ocupação em Superfícies Centrais na Paisagem Urbana de Santa Maria|RS - Novas Inserções Versus Ambiências Preexistentes – In.: 1º Colóquio Iberoamericano – Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto.Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. CONARQ. **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**: Documento Final. Rio de Janeiro, 1999. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/documento_final_portugues.pdf>. Acesso em: 20 out. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. CONARQ. **Legislação arquivística**. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 03 de mai. 2012.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Cartilha Acesso a Informação**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoainformacao/materiaisinteresse/CartilhaAcessoainformacao.pdf>>. Acesso em 22 de mar. 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Meio Ambiente e a Metrópole. **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

_____. A Geografia Cultural e o Urbano. **Introdução à Geografia Cultural** / Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl (organizadores). – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. **Arquivo público e informação**: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

COSGROVE, Denis E. **Social Formation and symbolic landscape**. Madison, EUA: The University of Wisconsin Press, 1998 a.

_____. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 b, 124 p. 92-123.

_____. Mundos de significados: Geografia Cultural e Imaginação. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.) **Geografia Cultural: um século (2)**. Tradução de Tania Shepherd. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p. 33-57.

_____. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Introdução a Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 103-134.

COSGROVE, Denis. E.; DANIELS, Stephen. **The iconography of landscape**. UK: Cambridge University Press, 2000 a.

COSGROVE, Denis E.; JACKSON, Peter. Novos rumos da Geografia Cultural. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. (orgs). **Geografia Cultural: Um Século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000 b, p. 15-32,.

DAL'ASTA, Ana Paula. **Elaboração de Zoneamento Geoambiental para o Perímetro Urbano de Santa Maria** - RS. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **Resgatando imagens, colocando novas dúvidas: reflexões sobre o uso de fotos na pesquisa em história da educação**. Cadernos CERU, série 2, São Paulo, n. 8, p. 9-28, 1997.

DUNCAN, James S. Supraorgânico na Geografia Cultural Americana. **Revista Espaço e Cultura** – nº 13 – dezembro de 1996. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC – Semestral; jan./jun. de 2002; p. 7-27.

_____. Após a guerra civil: reconstruindo a Geografia Cultural como heterotopia. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny; (Org.). **Geografia Cultural: um século (2)**. Tradução de Tânia Shepherd. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

_____. Paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeni. (Org.) **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-144.

FERREIRA, Beatriz Rodrigues. **Memória e esquecimento: a utilização da fotografia na pesquisa e a narração da paisagem urbana a partir e suas casas em ruínas**. Disponível em: <www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Beatriz%20Rodrigues%20Ferreira.pdf> Acesso em 24 de maio de 2011.

FIGUEIREDO, Lauro César. **Sociabilidade e cultura no Paraná: a cidade de Maringá**, 2005. 200f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FOLETTTO, Vani Terezinha. **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria: Pallotti, 2008.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais**. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro - Escola de Comunicação.

_____. Arquivo. **Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação**. Organizado por Bernadete Santos Campello et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 414 p. 369-389.

_____. **Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico**. Niterói: Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense. Obtido por e-mail: jmjardim@cruiser.com.br

FOUCAULT, Michel. ROUANET, Sergio Paulo; et all. **O homem e o discurso**. (A arqueologia de Micchel Foucault). 2ª ed. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro/ RJ, 1996.

GIORDANI, Isabelle. **Centros históricos suas interferências e relações com as cidades**. Disponível em: www.fag.edu.br/.../ARTIGO%20-%20CENTROS%20HISTÓRICOS%20 Acesso em 24 de maio de 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. LTC editora, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL- IPHAN. **Paisagem Cultural**. Portaria nº 127/2009 regulou a chancela da paisagem cultural como um instrumento para promover a preservação de porções singulares do território brasileiro. Disponível em portal.iphan.gov.br Acesso em 23/ 02/2014.

KESSEL, Zilda. Memória e memória coletiva. In: **BIBLIOTECA VIRTUAL DO MUSEU DA PESSOA**. [S.l.], [1999]. Disponível em: http://www.museudapessoa.net/oquee/biblioteca/zilda_kessel_memoria_e_memoria_coletiva.pdf > Acesso em: 25 Nov. 2012.

HASSINGER, Hugo. **Fundamentos Geográficos de la História**. 2ª edição, Madrid, 1952.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. Loyola, São Paulo, 6ª edição, 1996.

JARDIM, José Maria. O acesso á informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**. Rio de Janeiro, 1999.

_____, FONSECA, Maria Odília. Arquivo. **Formas e expressões do conhecimento**: introdução às fontes de informação. Organizado por Bernadete Santos Campello et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 414 p. 369-389.

KOSSOY, B. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, E. (Org.). O fotográfico. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. **Revista Brasileira de História**, jan/jun., ano/vol.25, nº 49. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil, 2005, p. 35 – 42.

LANGE, Celia Maria. **A Construção de Conhecimentos em Espaços de Economia Popular Solidária (O Sentido Pedagógico do Projeto Esperança/Coesperança)**. 2006. Dissertação (Mestrado na Área de Educação nas Ciências). Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências da UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí,RS, 2006.

LEFEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa. Editorial Presença 1977.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Basil Blackwell, 1991. (Originally published 1974).

_____. **A Revolução Urbana**. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Traduzido por Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 5. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. **Possessed by the past**. London: Simon & Schuster, 1996.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização** – Estado Nacional e Espaço Mundial. Coleção Polêmica, 10ª impressão, editora Moderna, São Paulo, 1999.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (Org.) **Santa Maria: Relatos e impressões de viagem**. Santa Maria: UFSM, 1997.

MARQUES, Maria Beatriz. Arquivo e informação: vectores de informação. **Africana**. Número especial. Porto. Universidade Portucalense / Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. 1993.

MARROU, Henry. **Do conhecimento histórico**. Lisboa. Rei os Livros. 1979.

MASCARENHAS, Gilmar. Espaço, Tempo e Paisagem no Morro do Castelo: Obsolescência e Morte de um Lugar. GEO UERJ, **Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, Rio de Janeiro, 2º semestre de 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MEDEIROS, Wilton. As duas cidades. **Sociedade e Cultura**. V.5, n. 002, 2002, p. 163-170.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A Restauração dos Lugares do Passado. **Geo UERJ** - Revista do Departamento de Geografia, nº 12, UERJ, Rio de Janeiro, 2º semestre de 2002.

MELO, Evaneide Maria de. **A paisagem em foco: leituras fotográficas de Jardim do Seridó/RN**. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2008.

MERCHANT, Carolyn. **Geografia Histórica e Gênero** - Uma Aproximação do Programa de Milton Santos ao de Carolyn Merchant. Página Observatório Geográfico de América Latina - Alcoforado, Ihering Guedes. Disponível em <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiahistorica/04.pdf>> Acesso em 14 de Jan. de 2014.

MONDADA, Lorenza; SÖDERSTRÖM, Ola. Do texto à integração: percurso através da Geografia Cultural contemporânea. CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, Textos e Identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 133-155.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS: história & cultura** – v. 5, n. 9, 2006.p. 11-23.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. Imagens e Contextos. **Boletim do Centro de Memória** – UNICAMP, 5 (10), 45-60, 1993.

_____. Texto visual e texto verbal. Em B. Feldman-Bianco & M. L. Moreira Leite (Orgs.). **Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais.** (p. 37-49). Campinas: Papirus, 1998.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista do Centro de Preservação Cultural da USP**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out. 2010. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n10/03.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. de 2011.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt. MARTINEZ, Priscila Amorim. **Arquivos públicos municipais catarinenses: instrumentos de exercício da cidadania.** Florianópolis, 2001. Relatório Final (Projeto de pesquisa) – Programa de Iniciação Científica PIBIC/UDESC/CNPq.

_____. Acessibilidade aos documentos nos arquivos públicos municipais do Estado de Santa Catarina – Brasil. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1, 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p. 335-358.

PADOIN, Maria Medianeira. Uma experiência acadêmica de pesquisa: a história dos 150 anos do município de Santa Maria mostrada por meio de uma exposição. **Estúdios Históricos.** n. 1, 2009.

PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Annablume, 2010.

PEREIRA, Miriam Halphern. Arquivo e historiografia In: **Colóquio sobre as fontes da história contemporânea portuguesa.** Lisboa. Imprensa Nacional. 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. **Revista Mosaico**, v.1, n.1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

PHILO, Chris. História, geografia, e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, Derek et all (org). **Geografia Humana – Sociedade, Espaço e Ciência Social.** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1996.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930.** 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

PRODANOV, Cleber Cristiano; SCHEMES, Cláudia; KERBER, Assander. O patrimônio material e a construção da identidade em Novo Hamburgo (RS): a fotografia e a cidade. **Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História.** Universidade Federal de Goiás. v. 12, n. 2, p. 187-208, 2007.

RECHIA, Aristilda. **Santa Maria Cidade-Sol Coração Gaúcho.** Santa Maria: Oficina gráfica da Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Maria, 1985.

_____. Aristilda. **Santa Maria: Patrimônio Histórico-Cultural**. 3ª ed. Santa Maria: Associação Santa-Mariense de Letras, 2006.

RISSO, Luciene Cristina. Paisagem e Cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, n.23, p. 67-76, Jan/Jun. 2008. Disponível em:<http://www.nepec.com.br/RISSO_Espaco_e_cultura23.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2011.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. A Cidade e suas crises, o Patrimônio pelo Viés da Memória: Por que e como preservar o passado? **Habitus**. Goiânia, v. 4, n.1, 2006, p. 455-470.

ROSENDAHL, Zeny. "Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião". CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2005. p. 191-226.

SALGUEIRO, Tereza Barata. Paisagem e Geografia. **Finisterra**. XXXVI, 72, 2001, p. 37-53.

_____. Espacialidades e Temporalidades Urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandra e LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas Urbanos – Novas Abordagens sobre a Cidade**. Contexto Acadêmica, São Paulo, 2003.

SANTA MARIA. Prefeitura. **Lei Complementar Nº 042, de 29 de dezembro de 2006**.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

_____. **Espaço e Método**. 3ª edição, São Paulo, Nobel, 1992.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção**. /Milton Santos – 3ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 3ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo / razão e emoção**. 2ª Edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1996, pág. 186-207.

_____. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 3º edição, Hucitec, São Paulo, 1999.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Euclides Jorge Varela da. **O património arquivístico cabo-verdiano: estado actual da questão.** Trabalho de Fim de Curso debatido e aprovado na Universidade de Cabo Verde. Praia, 2009.

_____. **Património cultural e identidade:** preservação da memória de comunidade e de acervos para pesquisa. Pesquisas realizadas no âmbito de iniciação científica e apresentada no I Congresso de Iniciação Científica na Universidade De Cabo Verde. Praia, 2009.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. Viver É Lembrar: Memórias e Significados das transformações Urbanas em Manaus. In: X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: História e Política. Recife. **Anais de Resumo...** Recife, 2010.

SILVA, Renata Martins. **O uso da fotografia no ensino da Geografia.** Londrina. 2005. Monografia (Especialização em Ensino de Geografia)- Universidade Estadual de Londrina (pag. 76 a 84).

SIMONATO, Bel. **A revolta da Vacina.** Disponível em:<belsimonato.files.wordpress.com/2011/06/revolta-da-vacina.docx> Acesso em 18 de Julho de 2011.

SOUZA, Lilian Andreza dos Santos; ANGELO, Roberto Berton. Cidades (in)visíveis: imagens, caminhos, fotografias e representações. **Discursos fotográficos.** Londrina, v.4, n.5, p. 159-178, jul./dez. 2008.

SOARES, Maria Terezinha Segadas. A Fisionomia das Unidades Urbanas. SILVA, Fernando Nascimento (Org). **Rio de janeiro em seus quatrocentos anos – Formação e desenvolvimento da cidade.** Distribuidora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 1965.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Bairro Contemporâneo: Ensaio de Abordagem Política (p. 139-172). **Revista Brasileira de Geografia**, 1989.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades.** São Paulo: UNESP, 2008.

STROHAECKER, Tânia Marques. **O Bairro de São Cristóvão:** de arrabalde aristocrático à periferia do centro. Rio de Janeiro, 1989.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória:** temporalidades, experiência e narração. Passo Fundo: EDUCS, 2004.

TESSITORE, Viviane. História administrativa: a «chave» para os arquivos públicos. **Arquivo e História.** n.º 2, Rio de Janeiro, 1996.

TOCHETTO, Daniel. **A Cidade de Santa Maria e o Saneamento de Saturnino de Brito.** 2013. 365 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

TRAVASSOS, Luiz Eduardo Panisset. A fotografia como instrumento de auxílio no ensino da Geografia. **Revista de Biologia e Ciências da Terra.** v. 1, n. 2, 2001.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: **Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

YAMASHITA, Marina Mayumi; PALETTA, Fatima Aparecida Colombo. Preservação do patrimônio documental e Bibliográfico com ênfase na higienização de Livros e documentos textuais. **Arquivística**. Net, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.172-184, ago./dez. 2006.